

2013

Prefeitura Municipal de
Canaã dos Carajás -
PMCC/CLC Consultoria

[Proposta Metodológica – Plano Local de Habitação de Interesse Social]

Canaã dos Carajás

PREFEITO MUNICIPAL

Jeová Gonçalves de Andrade

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

José Luiz dos Santos

SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO

Marcos Paulo de Assis

CONSULTORIA CLC

Coordenação Geral

Simonia Caetano Batista

Coordenação Especializada

Juliana Cristina Leal Salvador Conti

Joelma de Moura Leite

Consultoria Especializada

Rovaine Ribeiro

Mapeamento

Tabilla Leite

Redação Final do Texto

Simonia Caetano Batista

Joelma de Moura Leite

Juliana Cristina Leal Salvador Conti

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Comitê de Coordenação

Ismael Mac Robson Avelar - Coordenador.

Maria Raquel Dutra da Cruz - Secretária.

Clóvis Avelino Ribeiro – Sociólogo.

Ivone César Frigotto – Pedagoga.

Comitê Técnico

Marcos Paulo de Assis – Secretário Municipal de Habitação.

Eliel Sobral da Silva Ramos – Analista de Sistema

Irisleide Lucena de Sousa – Assistente Social

Daniela Lopes de Andrade – Assistente Social

Carol Kelly Lima Amoras Coelho – Arquiteta

Equipe de Apoio

Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

José Luiz dos Santos - Secretário SEPLAN

Arleides Martins de Paula - Assessora SEPLAN

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES

Maria Pereira de Sousa - Secretária

Eliete Natalino Pimentel Pinto - Assistente Social

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOB

Zito Augusto Correia - Secretário SEMOB

Osmar Ribeiro da Silva - Engenheiro Sanitarista

Secretaria Municipal de Governo – SEGOV

José Moreira Soares - Secretário SEGOV

Edilson Valadares - Chefe de Governo

Instituto de Desenvolvimento Urbano – IDURB

Marili Terezinha Rodrigues - Presidente

Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE

Edson Gomes Pereira - Presidente

Glaiston de Paiva Campos - Técnico em Saneamento

Sumário

1. Apresentação	8
2. Estrutura de Coordenação e Organização dos Trabalhos	9
3. Atribuições e Responsabilidades da Equipe Municipal	10
4. Atribuições e Responsabilidades dos Consultores contratados.....	10
5. Estratégias e Mecanismos de Comunicação, Mobilização e Participação da População.....	11
6. Cronograma de eventos de discussão com a Sociedade, com mapeamento das atividades	12
7. Mapeamento dos Atores Institucionais e Sociais que atuam na questão habitacional.....	12
8. Mapeamento da disponibilidade de informações acerca do problema urbano-habitacional local	16
9. Marcos Legais e Regulatórios para o Planejamento Urbano e Habitacional	17
10. Atividades e Produtos previstos	17
11. Prazos e Custos Estimados	22
12. Formas de Articulação com outros Programas e Ações	24
13. Orçamento e Fontes de Recursos para a Elaboração do PLHIS	24
14. Instância de Aprovação da Proposta Metodológica	25

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Custos Estimados	22
Tabela 2 - Cronograma	23
Tabela 3 - Origem dos Recursos.....	25
Tabela 4 - Equipe Técnica de Coordenação e Execução do PLHIS.....	26
Tabela 5 - Disponibilidade de Informação	43
Tabela 6 - Leis Municipais	49

Lista de Figuras

Figura 1 - Configuração da Proposta Metodológica.....	18
Figura 2 - Etapas de Elaboração do PLHIS	19
Figura 3 - Etapas da Elaboração das Estratégias de Ação.....	20

1. Apresentação

Este documento apresenta metodologia para elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS de Canaã dos Carajás, de acordo com as exigências do Ministério das Cidades e aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social CMHIS. Sua elaboração foi fruto de trabalho dos técnicos da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás e equipe da CLC Consultoria Estratégica, empresa contratada para este trabalho.

Este plano tem como principal objetivo orientar as ações em habitação da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, considerando a visão institucional e social da cidade e nortear, baseada em informações locais, as ações que deve reduzir, ou mesmo finalizar, o déficit habitacional que ocorre no município. Será um documento referencial e estratégico para um processo permanente de planejamento das ações relativas à política habitacional.

O município de Canaã dos Carajás já possui dois dos três instrumentos legais necessários para efetivar a adesão ao SNHIS e se habilitar a acessar recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que são o Conselho de Habitação e Fundo Municipal de Habitação. Ao finalizar o Plano Local de Habitação de Interesse Social, o município se torna habilitado a acessar o repasse de recursos habitacionais do Orçamento Geral da União que, a partir de 2006, passaram a compor o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social/FNHIS e, assim, acabar com o déficit habitacional de Canaã dos Carajás.

Neste trabalho são definidas as atribuições de cada equipe que participou do projeto, prazos, custos estimados, fontes de recursos, cronograma de execução de atividades e produtos previstos, enfim todo o plano de trabalho para a elaboração completa do PLHIS. Este trabalho foi aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, cuja ata integra este documento.

2. Estrutura de Coordenação e Organização dos Trabalhos

A Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, vem, desde 2012, empenhando esforços para elaborar o Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS. A Fundação Vale, em parceria com a consultoria da UNESCO, contratou a empresa Geosistemas, para trabalhar tecnicamente na elaboração do Plano.

O objetivo desse apoio foi fornecer subsídios para que o município esteja preparado para receber os impactos, positivos e negativos, do empreendimento da Vale denominado S11D. Dessa parceria, dois documentos foram produzidos denominados pela Fundação Vale de Produto 01 – PLHIS Proposta Metodológica e Produto 02 – PLHIS Diagnóstico do Setor Habitacional, finalizado em dezembro de 2012.

Tais documentos trazem informações importantes sobre o município de Canaã, no entanto, há necessidade de complementaridade em algumas partes, especialmente no que se refere ao dimensionamento da precariedade habitacional no município. Em outubro de 2013 foi firmado contrato entre a Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás e a CLC Consultoria Estratégica, tendo como objetivo a elaboração do referido Plano de Habitação, com as devidas atualizações.

Dando início aos trabalhos, PMCC e CLC Consultoria definiram a criação de um Grupo de Trabalho – GT formado por técnicos da PMCC e da Consultoria. O GT é coordenado pela PMCC / Coordenação de Habitação, definido em 22/10/2013. A escolha dos técnicos da PMCC levou em consideração formação acadêmica, conhecimento técnico do setor habitacional, experiência e participação em outros planos. (anexo 1).

A CLC Consultoria Estratégica disponibilizou 3 profissionais com experiência e formação para a realização desse trabalho (anexo 2). Os trabalhos iniciaram-se com uma reunião ampliada com o GT e outros técnicos da PMCC para apresentação sobre o que é o PLHIS, sua fundamentação legal e a sua importância. Além disso, houve uma sensibilização sobre o prazo e, portanto, a necessidade de produzir in-

formações com celeridade. Ficou definido que haveria reuniões semanais do GT e uma lista com todas as informações necessárias para elaboração do plano foram repassadas pela CLC Consultoria ao GT com o objetivo de dividir tarefas para otimizar o andamento dos trabalhos. O relatório das reuniões e o quadro com as informações necessárias para elaboração do Plano integram este documento (anexo 3).

3. Atribuições e Responsabilidades da Equipe Municipal

À PMCC e equipe técnica local de elaboração do PLHIS caberão as seguintes atribuições:

- constituir, a partir de fontes primárias e secundárias, o banco de dados e informações para a identificação das necessidades e das condições da oferta habitacional no município;
- executar, sob orientação da consultoria, estudos técnicos pertinentes;
- mobilizar os órgãos e instâncias vinculados à PMCC para as ações que se mostrarem necessárias ao desenvolvimento do trabalho;
- definir, conduzir e registrar o processo de participação social na elaboração do PLHIS;
- fornecer à consultoria os dados e informações necessários à execução de suas atribuições;
- providenciar a estrutura logística necessária ao desenvolvimento do trabalho;
- analisar e validar os produtos elaborados pela consultoria;
- responsabilizar-se pela divulgação do PLHIS; e
- enviar o plano concluído ao Ministério das Cidades.

4. Atribuições e Responsabilidades dos Consultores contratados

À equipe de consultoria da CLC caberão as seguintes atribuições:

- na etapa de elaboração da proposta metodológica: indicar as informações preliminares necessárias, orientar a seleção dos procedimentos a serem adotados na etapa de diagnóstico e a definição do cronograma de atividades de elaboração do PLHIS;
- na etapa de diagnóstico: orientar o desenvolvimento das atividades da equipe técnica local, indicando fontes de dados, procedimentos para trabalhos de campo e execução de estudos específicos; e auxiliar a equipe local na análise de dados e informações coletados;
- na etapa de formulação de estratégias de ação: contribuir na definição de diretrizes e objetivos; programas e ações; metas, recursos e fontes de financiamento; indicadores, monitoramento e avaliação da implementação do PLHIS; e indicação de revisão;
- contribuir na geração dos produtos da elaboração do PLHIS; e
- acompanhar os eventos de discussão e validação dos produtos do trabalho nas instâncias de participação social.

5. Estratégias e Mecanismos de Comunicação, Mobilização e Participação da População

A comunicação será realizada por diversos meios: rádio, TV, jornais locais e sítio da PMCC. A divulgação do PLHIS conta ainda com uma equipe de mobilização que tem a função de divulgar as atividades de participação na comunidade. A publicidade dos trabalhos se dará em três ambientes:

- interação entre os técnicos e as secretarias/órgãos do governo;
- contato direto com a sociedade, tendo como espaço as reuniões e as audiências, além da disponibilidade do material do plano na Secretaria de Gestão e Planejamento; e

- sítio da PMCC onde as publicações terão formato de notícias e de documentos para acesso direto da população e dos técnicos.

A mobilização da sociedade para participar dos eventos será realizada por meio da comunicação via rádio, TV, jornais e da mobilização corpo a corpo. Durante o trabalho serão utilizados panfletos e folders.

A participação ocorrerá nas seguintes instâncias:

- reunião com CMHIS para discussão e validação da proposta metodológica;
- audiência pública para consolidação do diagnóstico do PLHIS, a ocorrer na cidade de Canaã dos Carajás, com a participação de representação dos demais núcleos urbanos e das áreas rurais.
- reunião com CMHIS para discussão e validação das estratégias de ação do PLHIS.

6. Cronograma de eventos de discussão com a Sociedade, com mapeamento das atividades

28/11/2013 - reunião com CMHIS para discussão e validação da proposta metodológica

11/12/2013 - audiência pública para validação do diagnóstico do PLHIS.

20/12/2013 - reunião com CMHIS para discussão e validação das estratégias de ação.

7. Mapeamento dos Atores Institucionais e Sociais que atuam na questão habitacional

Uma das atribuições da Secretaria de Planejamento e Gestão de Canaã dos Carajás é estruturar a política habitacional no município e implantar projetos de interesse social. Assim, coube a ela função de coordenar os trabalhos referentes à elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social. A definição da metodologia proposta para elaboração desse plano considerou levantamentos realizados e análises preliminares de dados que buscam identificar as condições existentes para execução do trabalho. Os atores institucionais são:

Município/Prefeitura:

- *SAAE* - responsável, entre outras atribuições por estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas em engenharia sanitária, as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgoto sanitário; atuar como órgão fiscalizador da execução dos convênios entre o município e os órgãos federais ou estaduais para estudos, projetos e obras de construção, ampliação ou remodelação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto sanitários.
- *Secretaria de Trânsito e Transporte - SETRAN* - responsável, entre outras atribuições por organizar, promover e administrar os serviços de sinalização de trânsito, bem como acompanhar, implantar e ajustar a sinalização horizontal, vertical, semaforizada e de segurança e o tráfego de trânsito urbano de peculiar interesse, em acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e a Lei Orgânica do Município; regulamentar, controlar e fiscalizar os transportes públicos municipais, os concedidos e permitidos pelo Município, bem como os serviços por eles prestados e executados; organizar, promover e administrar o sistema de transportes urbanos segundo planos e projetos específicos.
- *Instituto de Desenvolvimento Urbano - IDURB* - responsável, entre outras atribuições por realizar e coordenar a política de desenvolvimento urbano e habitacional do Município de Canaã dos Carajás, objetivando ordenar o desempenho das funções sociais do Município, promovendo, além do bem-estar aos munícipes, a regularização fundiária e moradia digna à população.

- *Secretaria de Obras e Serviços - SEOP* - responsável, entre outras atribuições por planejar, coordenar e executar as atividades concernentes à construção, ampliação, conservação e manutenção de obras públicas municipais e instalações em geral; prover a construção, pavimentação e conservação de estradas, vicinais, bueiros, acostamentos, vias urbanas e logradouros, bem como as respectivas redes de drenagem pluvial; verificar a viabilidade técnica do projeto ou obra a ser executada, sua conveniência e utilidade para interesse público, indicando prazos para início e a conclusão de cada empreendimento em colaboração com a SEGESP; elaborar projetos de obras públicas municipais e os respectivos orçamentos e custos, bem como a programação e o controle sobre sua execução; executar, providenciar e execução de desenhos, projetos, mapas, plantas e orçamentos de custos necessários para a realização de obras e outros serviços públicos, bem como promover a atualização permanente do arquivo destes; acompanhar, controlar e fiscalizar as obras públicas executadas pela Prefeitura ou indiretamente por delegação a terceiros; elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar normas urbanísticas para o município, especialmente as referentes ao desenho urbano, zoneamento, parcelamento territorial do solo, estrutura viária, obras, edificações e posturas em articulação com outras secretarias municipais envolvidas, em consonância com o disposto na legislação pertinente.
- *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES* - responsável, entre outras atribuições por subsidiar a formulação de políticas, diretrizes e planos governamentais no que se refere à habitação popular e responder pela sua implementação; compatibilizar programas, projetos e atividades habitacionais municipais com os de nível federal e estadual; coordenar, acompanhar e avaliar as ações relativas à habitação popular; articular-se na concepção de projetos e programas, com empresas e entidades do ramo habitacional com vistas à implementação de técnicas modernas e eficientes com o objetivo de alcançar melhor produtividade e redução de custos; responder pela proposição de alternativas de unidades habitacionais e pela sua comercialização, obedecidas as normas vigentes, visando proporcionar habitação para a população do município, notadamente para a de média e baixa renda; promover entendimento e negociações junto ao governo federal e estadual aos órgãos de fomento e desenvolvimento, visando a captação de recursos destinados à habitação; desenvolver ações que visem ao atendimento da população carente, em termos de habitação, quando

em situação de emergência ou calamidade pública; apoiar as instalações e operacionalização das centrais de produção de artefatos para a construção de moradias populares.

- *Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMAT* - responsável, entre outras atribuições por coordenar e promover a fiscalização do cumprimento das normas referentes ao meio ambiente; fiscalizar e acompanhar o direcionamento adequado dos esgotos, limpeza de fossas e a destinação final do lixo; demarcar e identificar, afixar placas e preservar por todos os meios possíveis os locais já determinados como áreas de preservação ecológica, bem como promover ou proceder a sua recomposição e reflorestamento, onde for necessário.
- *Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGESP* - responsável, entre outras atribuições, por apoiar e integrar aos demais órgãos municipais na elaboração dos planos de governo, por acompanhar a gestão dos serviços municipais, supervisionando e controlando planos, programas e projetos de governo, por articular a captação de projetos, convênios e parcerias junto aos órgãos federais, estaduais e entidades governamentais e não governamentais.
- *Procuradoria Geral do Município* - responsável, entre outros, por redigir projetos de leis, justificativas de vetos, decretos, regulamentos, contratos, convênios, pareceres sobre questões técnicas e jurídicas e outros documentos de natureza jurídica.
- *Secretaria de Governo - SEGOV* - responsável, entre outras atribuições, por examinar previamente todos os documentos para assinatura do Chefe do Executivo em consulta com a Procuradoria Geral do Município, quando necessário.
- *Secretaria de Finanças - SEFIN* - responsável, entre outras atribuições, colaborar e auxiliar a Secretaria de Gestão e Planejamento na elaboração do Plano Plurianual, da LDO e do orçamento anual, de acordo com as políticas estabelecidas pelo Governo Municipal e as normas em vigor; manter atualizado o cadastro predial territorial urbano, bem como, promover política de cobrança; promover estudos, pesquisas e base de dados para o planejamento municipal necessários ao desenvolvimento das políticas estabelecidas pelo governo municipal.

- Agência de Defesa Agropecuária - ADEPARA
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado - EMATER

União

- Caixa Econômica Federal
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
- Banco do Brasil
- Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS
- Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Os atores sociais são:

- AFAMAPROCA - Associação de Famílias e Moradores sem Residência Própria de Canaã
- CDI Comunidade
- Associação Vale Verde

8. Mapeamento da disponibilidade de informações acerca do problema urbano-habitacional local

Seguindo a sugestão do Ministério das Cidades para a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social, foram mapeadas e sistematizadas em um quadro as informações necessárias, as possíveis fontes e as responsabilidades, as quais servirão de base para coleta e elaboração do diagnóstico do setor habitacional no Município (Anexo 4).

Alguns dados e informações foram disponibilizados em um diagnóstico do setor habitacional produzido pela Fundação Vale em 2012. Nele foram tomados em conta dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 realizados pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, existe a necessidade de se conhecer a precariedade habitacional e estimar as necessidades habitacionais atuais do município para suprir as deficiências dessa base de dados.

9. Marcos Legais e Regulatórios para o Planejamento Urbano e Habitacional

Os marcos legais que estão relacionados com o setor habitacional estão organizados hierarquicamente na seguinte ordem: leis, decretos e portarias. Dentre esses o Plano Diretor, a Lei Orgânica do Município incidem sobre a temática habitacional diretamente, com dispositivos relacionados à Regularização Fundiária, criação de ZEIS entre outros assuntos inerentes à Habitação de Interesse Social.

O Anexo 6 disponibiliza a legislação da seguinte forma: número da lei, ementa e a data.

10. Atividades e Produtos previstos

Para cada etapa do PLHIS, um produto será gerado. Esse produto virá em forma de cadernos contendo, além dos textos técnicos, registro do método de trabalho e da participação da sociedade por meio de material relativo à divulgação.

As etapas do PLHIS, conforme determinação do Ministério das Cidades são:

A. Etapa I - Proposta Metodológica:

A proposta metodológica teve a seguinte configuração (figura 1):

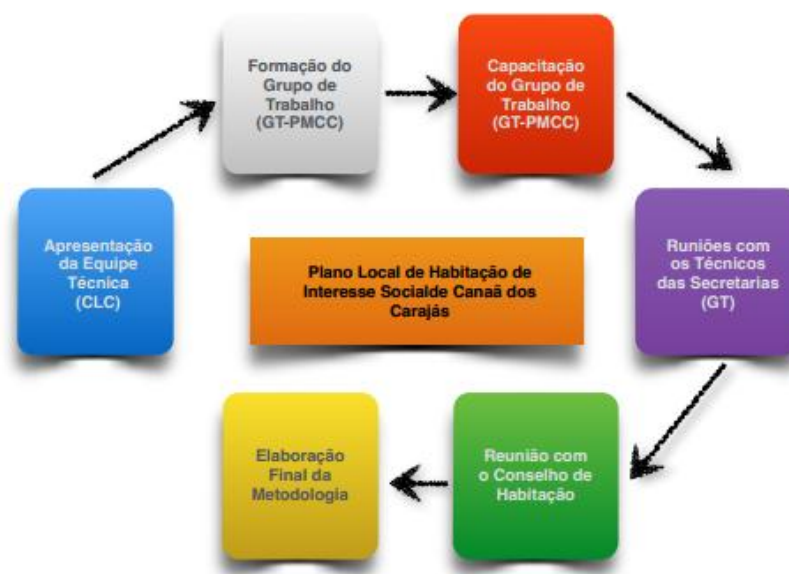


Figura 1 - Configuração da Proposta Metodológica

B. Etapa II - Diagnóstico do Setor Habitacional

Esta se dará através do levantamento, em órgãos competentes, de dados que mostram a situação habitacional do município e consulta direcionada à população. Este material será discutido pela equipe do PLHIS os resultados desta análise serão a base para a construção das diretrizes e objetivos relacionados às estratégias de ação (figura 2).

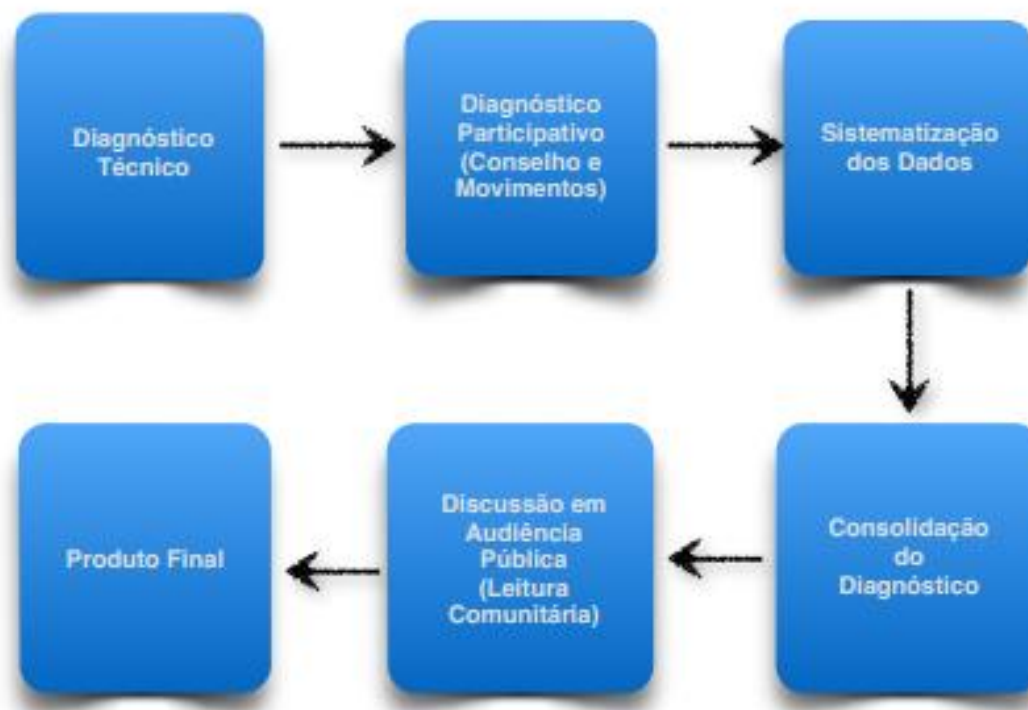


Figura 2 - Etapas de Elaboração do PLHIS

C. Etapa III – Estratégias de Ação

A elaboração das Estratégias de Ação serão estabelecidas através da seguinte sequência (figura 3):



Figura 3 - Etapas da Elaboração das Estratégias de Ação

Primeira etapa: elaboração das diretrizes, dos objetivos, dos programas e das ações;

Segunda etapa: elaboração de metas, recursos e fontes de financiamento;

Terceira etapa: elaboração dos indicadores e das formas de monitoramento e avaliação.

Considera-se para este processo os seguintes conceitos:

- **Diretrizes e objetivos:** diretrizes são orientações gerais que devem nortear a elaboração do PLHIS e a execução dos programas e ações dele rentes. Devem ter por base não só o diagnóstico elaborado, os interesses dos agentes locais e as referências legais existentes, mas também as diretrizes da Política Nacional de Habitação. Os objetivos devem expressar os resultados esperados e quais situações devem ser modificadas. Eles devem ser descritos de forma objetiva e clara, evitando-se a generalidade.
- **Programas e Ações:** Programas são conjuntos de ações articuladas que originarão um produto ofertado à sociedade. Os programas e ações do PLHIS deverão ser priorizados dentro de uma visão estratégica do enfrentamento dos problemas habitacionais.
- **Metas, Recursos e Fontes de Financiamento:** As metas servirão de base para o orçamento das ações relacionadas à política habitacional. Elas correspondem à quantidade de produto a ser ofertado por programa e ação num determinado período de tempo. A definição dos recursos necessários ao cumprimento de cada meta e as fontes de financiamento são fundamentais para que os objetivos traçados para o PLHIS sejam cumpridos. Devem indicar se os recursos são próprios, estaduais, federais ou de organismos internacionais.
- **Indicadores, Monitoramento e Avaliação:** São instrumentos capazes de medir o desempenho dos programas. Devem ser passíveis de aferição e coerentes com o objetivo estabelecido. Eles permitem avaliar se os objetivos e metas serão alcançados no período estipulado.

11. Prazos e Custos Estimados

Tabela 1 - Custos Estimados

<i>Etapa</i>	<i>Prazo</i>	<i>Valor</i>
Elaboração da Proposta Metodológica	Um mês a partir da ordem de serviço e do envio das informações necessárias pelos técnicos da PMC. (conselho)	R\$40.000,00
Elaboração do Diagnóstico do Setor Habitacional	Dois meses a partir da aprovação da Proposta Metodológica pela sociedade civil. (Audiência Pública)	R\$65.000,00
Elaboração do Plano de Ação	Um mês a partir da aprovação do Diagnóstico pela sociedade civil organizada	R\$20.000,00
Total Geral		R\$125.000,00

Tabela 2 - Cronograma

<i>Especificação</i>	<i>1º Mês</i>	<i>2º Mês</i>	<i>3º Mês</i>	<i>4º Mês</i>	<i>5º Mês</i>
Coleta de Informação	X				
Aprovação da Proposta Metodológica (Conselho)	X				
Elaboração do Diagnóstico		X	X		
Audiências Públicas				X	
Sistematização e Elaboração do Plano de Ação				X	X

Fonte: CLC Consultoria

12. Formas de Articulação com outros Programas e Ações

A elaboração do PLHIS prevê uma articulação diretamente ligada a elaboração do Plano de Saneamento, cuja elaboração está mais avançada. A Integração com o Plano Diretor se refere às disposições relativas aos instrumentos de controle, uso e ocupação do solo, acesso à terra urbanizada e mobilidade urbana.

As diretrizes, objetivos e metas definidas no PLHIS estarão também compatibilizadas com aquelas estabelecidas no Plano Nacional e Estadual de Habitação de Interesse Social, levando em consideração as ações em execução ou planejadas pelos governos Federal e Estadual no setor habitacional em especial as que envolvem a região e o município.

O PLHIS também terá articulação com o Plano Plurianual, sobretudo o do período 2014-2017. Em sequência, o PPA 2018-2021 deverá estar em sintonia com o PLHIS.

13. Orçamento e Fontes de Recursos para a Elaboração do PLHIS

Os recursos utilizados para a execução do PLHIS tem origem no Instituto de Desenvolvimento Urbano – IDURB. O quadro abaixo especifica a origem dos recursos na Lei Orçamentária 2013.

Tabela 3 - Origem dos Recursos

<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Programa</i>	<i>Descrição</i>	<i>Elemento de Despesa</i>
IDURB	16.482.1346.1056	Elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social	33.90.36

Fonte: PMCC

14. Instância de Aprovação da Proposta Metodológica

A proposta metodológica será apresentada e posta em aprovação na Plenária do Conselho de Habitação de Interesse Social em 28 de novembro de 2013 (anexo 7).

a. ANEXO 1 - Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás: Equipe Técnica de Coordenação e Execução do PLHIS

Tabela 4 - Equipe Técnica de Coordenação e Execução do PLHIS

<i>Nome, formação e experiência</i>	<i>Instituição</i>
Ismael Mac Robson Avelar - Graduado em Administração de Empresas pela UEMA - Universidade Estadual do Maranhão em 1998, Graduado em Inglês Técnico Gestão em Línguas Estrangeiras pela UFMA - Universidade Estadual do Maranhão em 2005. Foi funcionário público federal pela Infraero de 1982 à 1999 como tesoureiro, foi Gerente de grandes redes de veículos como Dalcarr, Duvel, Auvepar e Nestlé. Foi professor de rede estadual de ensino no Maranhão e Pará, atualmente é funcionário público concursado da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás como Analista de Políticas Públicas e Coordena o Plano Municipal de Saneamento Básico de Canaã dos Carajás - PA.	SEGESP - Plano de Saneamento Básico de Canaã dos Carajás

José Henrique van der Laan - Graduado em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Goiás – UEG em 2004. Atuou como administrador de empresas de 1990 a 2004 em duas grandes empresas de Porangatu-GO. Desde 2005 exerce a função de analista de planejamento e orçamento na Prefeitura de Canaã dos Carajás.

SEGESP

Swyen Barbosa Godeffroy - Graduada em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de Pernambuco (POLI) e pós- graduanda em Gestão e Planejamento de Trânsito , Unicesumar – PR. Funcionária concursada da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás na função de Engenheira de Tráfego lotada na Setran- Secretaria de Trânsito e Transporte de Canaã dos Carajás.

SETRAN

Daniela Lopes De Andrade - Possui graduação (2009) e mestrado (2012) em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, no qual esteve vinculada ao grupo de pesquisa Gestão e Planejamento de Políticas Públicas na Amazônia desenvolvendo pesquisa nas temáticas: participação social, movimentos sociais, política urbana. Atualmente atua como Assistente Social no Departamento de Habitação do município de Canaã dos Carajás- PA.

SEDES – Departamento de Habitação

Wilian Carvalho Noieto - Graduado em Engenharia de Agrimensura pela Feap - Faculdade de Engenharia de Agrimensura de Pirassununga em 2012. Atualmente é contratado pela Prefeitura de Canaã dos Carajás e atua como Engenheiro Agrimensor no IDURB.

IDURB

Erika Sobral Dantas Leal - Graduada (2012) Bacharel em Serviço Social pela Fundação Universidade de Tocantins – UNITINS. Iniciou o curso de Engenharia Civil em 2013 pela Uniube - incompleto, Possui curso técnico de Segurança do Trabalho (2006) e experiência no ramo trabalhista no setor privado. Foi auditora interna ISO14001 e de requisitos legais na adequação do plano de atendimento de emergência, sinistro e pânico da AVCB. Possui experiência em capacitação e treinamentos, e em elaboração e planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo (VALE) de 2003 a 2012. Na Prefeitura Municipal de Canaã atua desde 2013 como Assistente Social e atualmente é Coordenadora do Departamento de Habitação.

SEDES

Richard Alexander Bueno - Técnico e edificações pelo CTP, funcionário contratado da Prefeitura de Canaã dos Carajás lotado na Instituição IDURB, onde ocupa a função de Agente Municipal de fiscali-

IDURB

zação de obras públicas e privadas.

Telmisa Oliveira do Carmo - Graduada no ano de 2003 pela UNAMA - Belém, é pós graduada em Gestão Pública e em Meio Ambiente. Já atuou na capacitação e geração de renda pelo SENAI, coordenou a equipe da Unisol (Universidade Solitária) com as cooperativas e associações. Trabalhou na ALEPA - Assembléia Legislativa do Pará na elaboração de projetos e convênios. Foi Assessora de Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente de janeiro a dezembro de 2008 e Diretora de Habitação de 2011 a 2012. Atualmente é Assessora de Projetos Rurais e Convênios da Secretaria de Gestão e Planejamento da PMCC.

SEGESP

Franksuelmo Barbosa dos Santos - Especialista em Gestão Ambiental pela ESEA em 2012. Graduado em Administração pelo Instituto de Educação Superior de Samambaia – IESA em 2008. Técnico Ambiental pelo SOTER em 2007. Trabalhou com Fiscal de Meio Ambiente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Atualmente é funcionário efetivo da Prefeitura de Canaã dos Carajás. Atua como Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental no departamento de Licenciamento Ambiental da SEMAT.

SEMAT

b. ANEXO 2 – CLC Consultoria Estratégica: Equipe Técnica de Apoio ao PLHIS

<i>Nome, formação e experiência</i>	<i>Instituição</i>
<p>Simonia Caetano - Pós Graduada em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC em 2013. Pós Graduada em Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Local pelo NAEA/UFPA em 2009. Pós Graduada em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC em 2004. Graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará – UFPA em 2002. Trabalha na Prefeitura Municipal de Parauapebas de 2005-2013 coordenado os processos de elaboração do planejamento do PPA 2010-2013 e 2014-2017, e LOA 2009-2013, coordenou a elaboração do Plano Diretor de Parauapebas em 2005/2006. Atualmente coordena a revisão do Plano Diretor e elaboração dos Planos complementares do Município de Parauapebas. No período de 2003 a 2004 trabalhou com a elaboração de agendas 21 e execução de projetos auto-sustentáveis em municípios do sul e sudeste do Pará como Piçarra, Itupiranga, Bom Jesus, São Geraldo do Araguaia.</p>	CLC
<p>Joelma Leite - Especialista em finanças e controladoria pela UNIN-</p>	CLC

TER em 2010. Graduada em Economia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI em 2002. Trabalhou como analista de compras e contratação da VALE em 2004. Foi Secretária Municipal da Mulher, sendo responsável por sua implementação, de 2005 a 2012. É funcionária efetiva da Prefeitura Municipal de Parauapebas. Atua na coordenadoria de planejamento da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Juliana Conti - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Uberaba – Uniube e Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro – FCETM em 2009. MBA em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro – FCETM. Estagiou e trabalhou em grandes escritórios de Arquitetura em Uberaba, Minas Gerais de 2007 a 2012. Atualmente é professora tutora nos cursos de Engenharia da Universidade de Uberaba e é contratada da Prefeitura Municipal de Parauapebas, atuando no desenvolvimento de projetos e na criação de diretrizes urbanas.

CLC

c. ANEXO 3 – Relatório das Reuniões Técnicas

Relatório 1ª reunião ampliada do Grupo de Trabalho do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS de Canaã dos Carajás –

PA

14/10/2013

Participantes:

- Luci Jane Nabut de Oliveira – Secretária Municipal de Meio Ambiente - SEMAT
- José Luis dos Santos - Assessor de Gabinete lotado no Instituto de Desenvolvimento Urbano – IDURB
- Erika Sobral Santos Leal – Assist. Social e Coordenadora do Departamento de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES
- Marili Souza – Coordenadora de Planejamento da Secretaria de Gestão e Planejamento - SEGESP
- Daniela Lopes de Andrade – Assist. Social do Departamento de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES
- Cecilia Maria Cruz do N. Castro – Assist. Social do Departamento de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES
- Eliel Sobral do A. Santos – Departamento de Habitação
- Simônia Caetano – CLC Consultoria Estratégica
- Joelma Leite – CLC Consultoria Estratégica

Pauta:

- que é o PLHIS

- Fundamentos legais
- Como fazer o PLHIS
- Responsabilidades
- Criação do Grupo de Trabalho
- Definição de cronograma de reuniões
- Informes e questionamentos

A reunião teve início as 15:45h

Marili apresentou a Consultora Simônia para os presentes. Simônia iniciou a apresentação falando dos fundamentos legais. Fez um histórico da evolução da política habitacional no Brasil, abordou como deve ser estruturado o PLHIS, de acordo com o Ministério das Cidades, enfatizando as três fases: Proposta Metodológica, Diagnóstico do Setor Habitacional e Estratégias de Ação.

Explicou cada uma delas, enfatizando a necessidade de fornecer as informações com celeridade, em função do prazo exíguo que se dispõe para elaboração do PLHIS.Habitacional e Estratégias de Ação. Explicou cada uma delas, enfatizando a necessidade de fornecer as informações com celeridade, em função do prazo exíguo que se dispõe para elaboração do PLHIS. Durante a apresentação, o Sr. Eliel Sobral questionou a validade do PLHIS, se há um prazo de validade. Simônia explicou que não. Que ele pode ser revisado a cada período determinado no próprio plano. Simônia falou ainda sobre a importância do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social. Que se trata de uma instância de deliberação considerada legítima pelo Ministério das Cidades. Marili informou que Canaã não tem Conselho das Cidades, mas tem o COHAD – Conselho de Habitação de Desenvolvimento Urbano que tem atribuições relativas à política urbana. Informou ainda que os dados a utilizar são os do IBGE. Foi feita uma tentativa, junto ao referido órgão para fazer uma contagem exclusiva de Canaã, mas eles foram enfáticos em dizer que para recontar Canaã deverá ser recontado todo o Brasil.

Érika informou que há uma dificuldade em lidar com o Conselho, em função de se tratar de uma atividade voluntária. Foi feita uma sugestão prévia para montagem do Grupo de Trabalho Permanente do PLHIS de Canaã dos Carajás, a saber:

- Secretaria de Trânsito e Transporte - SETRAN – indicou a engenheira de tráfego Swyene , cujo fone é 9197-2178.
- Plano Municipal de Saneamento indicou o Administrador Ismael Avelar, cujo fone é 9220-3774.
- A Secretaria de Desenvolvimento Social enviou a Assistente Social Daniela Andrade, cujo fone é 9157-1625.
- Departamento de Habitação será representado pela Assistente Social e Coordenadora do referido Departamento Erika Sobral cujo fone é 9102-8896 e email erika.sobral@hotmail.com
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAT indicou o especialista em gestão ambiental Franksuelmo Santos, cujo fone é 9151-5330.
- A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEGESP indicou o Sr. Henrique Van Der Laan, cujo fone é 9176-0021.
- A Secretaria de Obras ficou de enviar um representante para integrar o GT.
- Instituto de Desenvolvimento Urbano - IDURB se comprometeu a enviar representante para integrar o PLHIS na próxima reunião.

O Grupo definiu que haverá reunião semanal com GT do PLHIS às terças-feiras das 15 às 18h no Departamento de Habitação. A Coordenação de Habitação tem um relatório que a Sra. Erika Sobral vai repassar para a Consultoria.

Foi questionado se o material elaborado pela Fundação Vale não pode ser utilizado. Simônia informou que há muitas informações relevantes no referido material, porém faltam dados acerca da precariedade habitacional do município, o que compromete sua legitimidade junto ao Ministério das Cidades.

O IDURB, representado pelo Sr. José Luis irá disponibilizar a cartografia do município existente no Instituto.

A reunião encerrou-se às 18h.

Relatório reunião do Grupo de Trabalho do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS de Canaã dos Carajás – PA

23/10/2013

Participantes:

- Swyene Barbosa Godefroy – PMCC / SETRAN
- Daniela Lopes de Andrade – PMCC / SEDES / Departamento de Habitação
- Erika Sobral – PMCC / SEDES / SEGOV
- José Henrique Von Laan – PMCC / SEGESPE
- Wilian Carvalho Noletto – PMCC / IDURB
- Richard A. Bueno – PMCC / IDURB
- Joelma Leite – CLC Consultoria Estratégica
- Juliana Conti – CLC Consultoria

Pauta:

- Apresentação da equipe
- Apresentação dos conceitos do PLHIS
- Apresentação do quadro de informações necessárias para elaboração do PLHIS

- Divisão de tarefas e determinação de prazos.

A reunião teve início as 15:20h no Departamento de Habitação do município.

Houve uma apresentação do grupo, para que todos se conhecessem. Joelma iniciou fazendo a apresentação dos conceitos básicos do PLHIS – o que é e como será feito o trabalho em Canaã. A reunião foi bastante participativa. Houve a menção do relatório já desenvolvido pela Vale, no sentido de extrair informações já descritas no referido relatório para o PLHIS. Henrique informou que o Plano Diretor está sendo revisado e que fornecerá uma cópia para a consultoria tomar conhecimento. Érika solicitou esclarecimentos a respeito da faixa de renda do público alvo do PLHIS. Willian falou da dificuldade em ter mapas georeferenciados, tanto da cidade como da zona rural.

Juliana deu continuidade à apresentação, falando sobre os conceitos para classificação dos assentamentos precários. Tal ponto gerou muitas discussões, tendo em vista que a caracterização dos assentamentos é um tema que gera muitas dúvidas.

Houve a escolha do facilitador do grupo, a Sra. Érika Sobral. A mesma será responsável por avisar a todos das reuniões, organizar local, recolher as informações e repassar à Consultoria. Em seguida, foi discutido o quadro que descreve as informações necessárias para elaboração do PLHIS, onde houve a distribuição de responsabilidades, de acordo com a facilidade na obtenção da informação e estipulado o prazo para entrega das mesmas. Quadro com as informações, os responsáveis e prazos está anexo a este documento. Ficou acordado que o GT fará reuniões ordinárias, todas as terças-feiras as 14h30min no Departamento de Habitação do Município, localizado a Rua Cumaru, nº 62, próximo a Funcel.

Sem mais, a reunião encerrou-se as 17:25h.

Relatório reunião do Grupo de Trabalho do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS de Canaã dos Carajás – PA

29/10/2013

Participantes:

- Swyene Barbosa Godefroy – PMCC / SETRAN
- Daniela Lopes de Andrade – PMCC / SEDES / Departamento de Habitação
- José Henrique Van Der Laan – PMCC / SEGESPE
- Wilian Carvalho Noleto – PMCC / IDURB
- Richard A. Bueno – PMCC / IDURB
- Franksuelmo B. Santos – PMCC / SEMAT
- Glaidston de N. Campos – SAAE
- Marili Souza – PMCC / Coord. Planejamento
- Ismael M. R. Avelar – Plano Saneamento Básico
- Joelma Leite – CLC Consultoria Estratégica
- Juliana Conti – CLC Consultoria

Pauta:

- Retomada dos encaminhamentos anteriores – tarefas definidas no quadro
- Atores sociais e atores institucionais
- Prazos e sugestão de apresentação da Proposta Metodológica ao CMHIS

- Curriculum da equipe.

A reunião teve início as 15:00h na Rua Jk.

Houve a apresentação de mais dois integrantes que não estavam na reunião passada: Franksuelmo do SEMAT e Glaidston do SAAE. Iniciamos com a leitura do quadro de informações entregue na reunião passada, onde as responsabilidades pela coleta e entrega de tais informações foi dividida. A maioria dos presentes informou que cumprirá o prazo, que é para o dia 30/10/2013. Algumas informações ficaram para ser entregues dia 05/11/2013. Os itens entregues foram: a Lei do Plano Diretor com a alteração feita ao final do ano passado e o Código de Obras e o Código de Posturas do município.

Foi solicitado que cada um dos integrantes do grupo enviasse um mini Curriculum para integrar a Proposta Metodológica. A Consultoria ficou de passar para Marili roteiro da entrevista com os atores sociais. Ficou acordado que, se todas as informações solicitadas forem entregues no prazo estipulado, a apresentação da Proposta Metodológica para o CMHIS fica agendada para o dia 21/11/2013 as 14:30, em local a definir.

O sr. Ismael, responsável pelo Plano de Saneamento, informou que dispõe de diversos dados que podem agilizar a elaboração do diagnóstico do PLHIS de Canaã e ficou de disponibilizá-los no dia seguinte para a equipe da CLC Consultoria. Os quadros com as informações necessárias e os respectivos prazos integram esse documento.

A reunião encerrou-se as 17:00h.

Relatório reunião do Grupo de Trabalho do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS de Canaã dos Carajás – PA

05/11/2013

Participantes:

- Swyene Barbosa Godefroy – PMCC / SETRAN
- Daniela Lopes de Andrade – PMCC / SEDES / Departamento de Habitação
- José Henrique Van Der Laan – PMCC / SEGESPE
- Wilian Carvalho Noleto – PMCC / IDURB
- Richard A. Bueno – PMCC / IDURB
- Franksuelmo B. Santos – PMCC / SEMAT
- Marili Souza – PMCC / Coord. Planejamento
- Ismael M. R. Avelar – Plano Saneamento Básico
- Clóvis Avelino Ribeiro – Plano Saneamento Básico
- Joelma Leite – CLC Consultoria Estratégica
- Juliana Conti – CLC Consultoria

Pauta:

- Retomada dos encaminhamentos anteriores – tarefas definidas no quadro

A reunião teve início as 15:00h na Rua JK.

O quadro foi relido e foram cobradas as tarefas definidas em reuniões anteriores. O mesmo integra este documento. Ismael relatou a importância de verificar a situação de programas habitacionais financiados pelo governo federal que não foram finalizados, em função da prestação de contas.

Joelma explicou que tal procedimento não invalidava o PLHIS, mas que seria importante verificar sim. Ficou encaminhado que o GT do PLHIS irá elaborar um documento para apresentação aos setores responsáveis para que tal situação seja verificada e, caso haja alguma complicação a ser sanada, que seja. Henrique ficou de enviar o número do processo para elaboração do documento.

O grupo definiu rapidamente os assentamentos precários do município, no entanto, o quadro oficial deve ser entregue pela Daniela e Erika dia 12/11/2013. Os assentamentos definidos pelo GT como precários são: Novo Brasil, Vale do Sol, Serra Dourada, 5 de Outubro, Paraíso das Águas, Vale da Benção e Motocross.

Ismael ficou de repassar para a Consultoria o endereço de todos os órgãos públicos do município. O GT ficou de definir, em reunião com técnicos da PMCC e Prefeito, o tamanho mínimo da área destinada à habitação de interesse social. A definição deve ser entregue à Consultoria na sexta-feira 08/11/2013.

Henrique ficou de enviar todos os sistemas de informações por email até o dia 06/11/2013. A Lei do Perímetro Urbano será enviada pelo Richard dia 12/11/2013.

Documentos e informações entregues em 05/11/2013:

- Lista de loteamentos irregulares de Canaã dos Carajás – responsabilidade do Wilian e Richard-IDURB
- História da luta por habitação em Canaã dos Carajás – responsabilidade do Richard – IDURB

- Identificação e mapeamento georeferenciados dos assentamentos em áreas de divisa intermunicipal ou que usem serviço de outro município – responsabilidade do Wilian – IDURB
- CD com entrevista dos atores sociais – responsabilidade Henrique e Marili – Planejamento.

Relatório reunião do Grupo de Trabalho do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS de Canaã dos Carajás – PA

12/11/2013

Participantes:

- Swyen Barbosa Godefroy – PMCC / SETRAN
- Daniela Lopes de Andrade – PMCC / SEDES / Departamento de Habitação
- José Henrique Van Der Laan – PMCC / SEGESPE
- Franksuelmo B. Santos – PMCC / SEMAT
- Telmissa Marques - PMCC / SEGESP / Convênios
- Erika Sobral S. Leal - PMCC / SEDES / Departamento de Habitação
- Juliana Conti – CLC Consultoria

Pauta:

- Retomada dos encaminhamentos anteriores – tarefas definidas no quadro

A reunião teve início as 15:30h na Rua JK.

O quadro foi relido e foram cobradas as tarefas definidas em reuniões anteriores. O mesmo integra este documento.

Henrique levou um mapa impresso do município de Canaã e, junto com a equipe presente da reunião, foram marcados os vetores de crescimento do município. O mapa foi entregue à equipe CLC. Na reunião do dia 19/11/2013 deverão ser identificados no mesmo mapa os loteamentos mais recentes (5 anos) da cidade. O quadro dos assentamentos precários oficial ainda não foi finalizado.

Erica e Daniela solicitaram mais uma semana para a conclusão do mesmo. Foi enviado por e-mail para Daniela durante a reunião a ficha para preenchimento da ação da prefeitura em habitação social. A reunião com técnicos da PMCC e o Prefeito para definição do tamanho mínimo da área destinada à habitação de interesse social não foi realizada. Após a reunião foi solicitado à Marili que providenciasse essa definição e nos informasse na reunião do dia 19/11. Henrique ficou de enviar todos os sistemas de informações por email até o dia 13/11/2013.

Lei do Perímetro Urbano foi entregue pelo Richard e pelo Wiliam dia 12/11/2013 em um CD antes do início da reunião. Telmissa, do setor de convênios da PMCC, passou diversas informações acerca dos programas habitacionais da prefeitura para a Daniela, que irá sistematizá-las e entregá-las no dia 19/11/2013. Ela também ficou responsável por verificar a existência de pendências com relação a projetos habitacionais do município.

A reunião encerrou-se as 17:30h.

d. ANEXO 4 – Disponibilidade de Informação acerca do problema Urbano-Habitacional local.

Tabela 5 - Disponibilidade de Informação

<i>Assunto/Parte</i>	<i>Informações Necessárias</i>	<i>Disponibilidade</i>	<i>Responsável</i>
	Mapeamento georreferenciado do uso e ocupação do solo: residencial (aspectos, edifícios, loteamentos, condomínios fechados, perfil dos ocupantes).		PMCC/Willian
Solo urbano (todos os núcleos urbanos)	Mapeamento georreferenciado do uso e ocupação do solo: comércio e serviços, por porte; indústrias, por porte.		PMCC/Willian
	Mapeamento georreferenciado do uso e ocupação do solo: equipamentos públicos de educação, saúde, lazer (praças, quadras etc) e assistência (CRAS, CREAS, etc).		PMCC/Willian

	Mapeamento georreferenciado de áreas de proteção, preservação e conservação ambiental.	PMCC/Willian
	Propriedade e posse dos vazios infraestruturados - Definir critérios (tamanho da área para implantação de projetos de habitação)	PMCC/Willian
	Imóveis urbanos vazios ou subutilizados: localização em mapa, identificação de sua propriedade e, se possível, tempo em que estão subutilizados - Definir critérios	PMCC/Willian
Saneamento ambiental	Abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem - informações sobre o que existe no município.	PMCC/Ismael
Mobilidade urbana	Sistema viário, sistema de circula-	PMCC/Swyene

	ção, sistema de transporte público de passageiros.	
	Evolução histórica dos núcleos urbanos: origem, perfil e taxa de crescimento da população. Direções de expansão da malha urbana.	PMCC/Henrique e Willian
Evolução Urbana e Histórica da Habitação	Evolução histórica das ocupações em assentamentos precários: origem, perfil e taxa de crescimento da população.	PMCC/Daniela e Richard
	Ação da Prefeitura em habitação social: localização em mapa georreferenciado, número de unidades habitacionais, faixa de renda dos beneficiados e perfil atual dos moradores.	PMCC/Daniela e Érika

	Ação do Governo Federal e do Estado em habitação social: localização em mapa georreferenciado, mero de unidades habitacionais, faixa de renda dos beneficiados e perfil atual dos moradores.	PMCC e CLC/Daniela
	Atores sociais e institucionais (definição de quem são e o que fazem pela habitação no município).	PMCC/Marili
	História da luta popular por habitação	PMCC/Richard
Situação fundiária dos assentamentos precários em área urbana	Identificação dos loteamentos irregulares e do tipo de irregularidade (em relação à legislação urbana ou regularização fundiária).	PMCC/Willian e Richard
	Informações sobre reserva indígena (será tratada no PLHIS?).	PMCC/Franksuelmo

Precariedade habitacional em área rural	Dados e informações sobre habitação precária em áreas rurais (o que tiver).	PMCC
	O município tem secretaria de habitação? Que é responsável pela habitação no município?	PMCC/Érika
	Tem Conselho das Cidades ou similar?	PMCC/Érika
Marcos normativos	Implementação do Plano Diretor e de regulamentação correlata, no que se refere a: (número da lei, data da última revisão e se o instrumento é aplicado ou não e por qual órgão).	PMCC/Henrique
	=> Uso e ocupação do solo	OK
	=> Parcelamento do solo	OK

=> ZEIS OK

=> Parcelamento e edificação/urbanização compulsórios e IPTU progressivo no tempo OK

=> Concessão de uso especial para fins de moradia OK

=> Direito de preempção OK

Sistema de gestão democrática, em especial, Conselho e Fundo Municipal de Habitação PMCC/Daniela

Sistema de informações PMCC/Henrique

Cadastro técnico imobiliário PMCC/Swyene

Política habitacional, programas e projetos existentes para o setor e PMCC/Daniela

respectiva situação de execução.		
Código de obras e código de posturas	OK	PMCC/Richard
Legislação ambiental municipal		PMCC/Franksuelmo
Legislação superveniente: federal, estadual, ambiental, etc.		CLC

Fonte: MCidades (PLHIS Peruíbe, p. 79-82)

e. ANEXO 5 – Legislação municipal relativa ao setor habitacional, 1988 a 2011.

Tabela 6 - Leis Municipais

<i>Número</i>	<i>Ano</i>	<i>Ementa</i>
-----	2012	Lei Orgânica do Município de Canaã dos Carajás
557	2012	Plano Diretor

206	2009	Lei Municipal de Habitação
227	2010	Estrutura Administrativa
225	2009	Cria o Instituto de Desenvolvimento Urbano

f. ANEXO 6 – Relatório da reunião do Conselho do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Canaã dos Carajás, de 28 de novembro de 2013.

10:00 am sexta-feira dia 28/11/2013 auditório do CIAC (Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
FREQUÊNCIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data: 28 de Novembro de 2013.

Hora: 10hs00min.

Local: AV. JK, Centro – Canaã dos Carajás – PA.

PRESENTES:		
Nº	Conselheiros /Nome Completo	Entidade Representante/Fone
01	Katiana Regina Silva Souza	COJ Comunidade 19291-2554
02	Franklúdio B. Santos	SEMAT
03	Regina Selma Pereira	semat
04	ELDANIA CARDOSO SILVA	IDURB - 92469205
05	Mauro Aparedo Tagueo	COO ACCR
06	ELCYSER G. PENA	SE MOB
07	Mª de Socorro de Jesus	SEFIN
08	Cícero de Jesus Lima	SEGES
09	Prumício Luiz Janna	Sec. des Social
10	William Carvalho Neto	IDURB
11	RICHARD A. EVENO	IDURB
12	Suzen Barbra Godeffroy	SETRAN
13	João Henrique dos Reis	Planejamento
14	Helena Silveira de Jesus	UNIC - ERIC
15	Suzana da Silva Sousa	Hamofobom

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL DE
CANAÃ DOS CARAJÁS-PA

RESOLUÇÃO Nº. 004/2013

O Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social de Canaã dos Carajás-PA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 206/2009 de 02 de Fevereiro de 2009 e a Lei complementar de nº 545/2012, de 14 de Novembro de 2012 da reunião extraordinária realizada no dia 28 de Novembro do corrente ano.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar as Proposta Metodológica para o Plano Local de Habitação e Interesse Social de Canaã dos Carajás.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canaã dos Carajás-PA, 28 de Outubro de 2013.

Rômão Freire Gama
Presidente do CMHIS

2014

Prefeitura Municipal de
Canaã dos Carajás -
PMCC/CLC Consultoria

PMCC/CLC Consultoria |
Diagnóstico – Plano Local De Habitação De Interesse Social

[Diagnóstico – Plano Local De Habitação De Interesse Social]

Canaã dos Carajás

PREFEITO MUNICIPAL

Jeová Gonçalves de Andrade

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

José Luiz dos Santos

SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO

Marcos Paulo de Assis

CONSULTORIA CLC

Coordenação Geral

Simonia Caetano Batista

Coordenação Especializada

Juliana Cristina Leal Salvador Conti

Joelma de Moura Leite

Consultoria Especializada

Rovaine Ribeiro

Mapeamento

Tabilla Leite

Redação Final do Texto

Simonia Caetano Batista

Joelma de Moura Leite

Juliana Cristina Leal Salvador Conti

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Comitê de Coordenação

Ismael Mac Robson Avelar - Coordenador.

Maria Raquel Dutra da Cruz - Secretária.

Clóvis Avelino Ribeiro – Sociólogo.

Ivone César Frigotto – Pedagoga.

Comitê Técnico

Marcos Paulo de Assis – Secretário Municipal de Habitação.

Eliel Sobral da Silva Ramos – Analista de Sistema

Irisleide Lucena de Sousa – Assistente Social

Daniela Lopes de Andrade – Assistente Social

Carol Kelly Lima Amoras Coelho – Arquiteta

Equipe de Apoio

Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

José Luiz dos Santos - Secretário SEPLAN

Arleides Martins de Paula - Assessora SEPLAN

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES

Maria Pereira de Sousa - Secretária

Eliete Natalino Pimentel Pinto - Assistente Social

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOB

Zito Augusto Correia - Secretário SEMOB

Osmar Ribeiro da Silva - Engenheiro Sanitarista

Secretaria Municipal de Governo – SEGOV

José Moreira Soares - Secretário SEGOV

Edilson Valadares - Chefe de Governo

Instituto de Desenvolvimento Urbano – IDURB

Marili Terezinha Rodrigues - Presidente

Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE

Edson Gomes Pereira - Presidente

Glaudson de Paiva Campos - Técnico em Saneamento

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Dados físicos e populacionais de Canaã dos Carajás	28
Tabela 2 - Canaã dos Carajás: Crescimento Demográfico 1996-2013.....	30
Tabela 3 - Dados físicos e populacionais de Canaã dos Carajás	31
Tabela 4 - Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) - 2011	32
Tabela 5 - Composição do Produto Interno Bruto de Canaã dos Carajás - 2011	33
Tabela 6 - Maiores PIB's do estado do Pará - 2010.....	34
Tabela 7 - Canaã dos Carajás - Pecuária 2012	35
Tabela 8 - Arrecadação Municipal - CFEM (2012)	36
Tabela 9 - Arrecadação Municipal da CFEM (2013).....	37
Tabela 10 - Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2000-2012	39
Tabela 11- Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 2000-2012	41
Tabela 12- Estatísticas do Cadastro de Empresas 2011 - Canaã dos Carajás.....	42
Tabela 13 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2000-2007.....	44
Tabela 14 - Índice de Desenvolvimento Humano de Canaã Carajás	45
Tabela 15 - IDHM: Brasil, Canaã dos Carajás e Pará - 1991-2010.....	46
Tabela 16 - Canaã dos Carajás: Loteamentos Regulares.....	49
Tabela 17 - Canaã dos Carajás: Loteamentos Irregulares	51

Tabela 18 - Canaã dos Carajás: Loteamentos Irregulares em Léguas Patrimoniais.....	53
Tabela 19 - Atores Sociais do município de Canaã dos Carajás	57
Tabela 20 - Integrantes do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS)	61
Tabela 21 - Canaã dos Carajás: Produção Habitacional Setor Público	80
Tabela 22 - Canaã dos Carajás - Lotes Vazios	99
Tabela 23 - Canaã dos Carajás: Produção Habitacional Setor Público	105
Tabela 24 - Estado do Pará: Déficit Habitacional Básico, Absoluto e Relativo ao total de domicílios segundo a situação de domicílios e a região de integração 2000-2007.	109
Tabela 25 - Déficit Habitacional Total Canaã dos Carajás - 2010	115
Tabela 26 - Déficit Habitacional Urbano Canaã dos Carajás - 2010.....	117
Tabela 27 - Déficit Habitacional Rural Canaã dos Carajás - 2010.....	119
Tabela 28 - Domicílios Precários - Total - Canaã dos Carajás - 2010	119
Tabela 29 - Domicílios Precários - Urbano - Canaã dos Carajás - 2010.....	121
Tabela 30 - Domicílios Precários - Rural - Canaã dos Carajás - 2010.....	122
Tabela 31 - Inadequação de Domicílios Urbanos - Total - Canaã dos Carajás - 2010.....	122
Tabela 32 - Inadequação de Domicílios Urbanos - Adensamento - Canaã dos Carajás - 2010	125
Tabela 33 - Inadequação de Domicílios Urbanos – Abastecimento de Água - Canaã dos Carajás - 2010.....	126
Tabela 34 - Inadequação de Domicílios Urbanos – Esgotamento Sanitário - Canaã dos Carajás - 2010.....	127
Tabela 35 - Inadequação de Domicílios Urbanos – Banheiro Exclusivo - Canaã dos Carajás - 2010.....	128
Tabela 36 - Inadequação de Domicílios Urbanos – Destinação do Lixo - Canaã dos Carajás - 2010	129
Tabela 37 - Inadequação de Domicílios Urbanos – Iluminação Elétrica - Canaã dos Carajás - 2010.....	130

Tabela 38 - Adensamento Excessivo de Domicílios Alugados - Canaã dos Carajás - 2010.....	131
Tabela 39 - Ônus excessivo com aluguel - Canaã dos Carajás - 2010	132
Tabela 40 - Coabitação Familiar Total - Canaã dos Carajás - 2010.....	133
Tabela 41 - Indicadores Demográficos por situação do Domicílio de Canaã dos Carajás, 2010.....	137
Tabela 42 - Déficit Habitacional por situação de domicílio de Canaã dos Carajás, 2010.....	138
Tabela 43 - Déficit Habitacional por componentes de Canaã dos Carajás, 2010.....	138
Tabela 44 - Déficit Habitacional por faixa de Renda de Canaã dos Carajás, 2010.....	139
Tabela 45 - Inadequações Domiciliares por situação do domicílio em Canaã dos Carajás, 2010	141
Tabela 46 - Inadequações Domiciliares por faixa de renda domiciliar em Canaã dos Carajás, 2010.....	142
Tabela 47 - Projeção do Déficit Habitacional para o município de Canaã dos Carajás, 2014-2030.....	146
Tabela 48 - Projeção do Déficit Habitacional absoluto por situação do domicílio e faixa de renda para o município de Canaã dos Carajás, 2014-2030.....	147
Tabela 49 - Projeção do Déficit Habitacional relativo por situação do domicílio e faixa de renda para o município de Canaã dos Carajás, 2014 - 2030.....	148
Tabela 50 - Projeção de Domicílios com Adensamento Excessivo em Domicílios Próprios por situação do domicílio e faixa de renda para o município de Canaã dos Carajás, 2014 - 2030	149
Tabela 51 - Projeção de Domicílios com Carência de Infraestrutura por situação do domicílio e faixa de renda para o município de Canaã dos Carajás, 2014 - 2030	150
Tabela 52 - Projeção de Domicílios com Inexistência de Unidade Sanitária por situação do domicílio e faixa de renda para o município de Canaã dos Carajás, 2014 - 2030	152
Tabela 53 - Projeção Populacional de Canaã dos Carajás para 20 anos.....	155

Lista de Figuras

Figura 1 - Regiões de Integração: Município de Canaã dos Carajás e Municípios Limítrofes	20
Figura 2 - Mesorregiões, Município de Canaã dos Carajás e Municípios Limítrofes	21
Figura 3 - Regiões de Influências das Cidades - 2007 (IBGE)	22
Figura 4 – Microrregiões, Município de Canaã dos Carajás e Municípios Limítrofes	23
Figura 5- Tipologias de Municípios PlanHab	24
Figura 6 - Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal	43
Figura 7 - Canaã dos Carajás: Produção Habitacional do Setor Privado	56
Figura 8 – Estrutura Interna SEMHAB	70
Figura 9 - Estrutura Interna SEPLAN	72
Figura 10 - Estrutura Interna SEFIN	73
Figura 11 - Estrutura Interna SEMOB.....	74
Figura 12 - Estrutura Interna SETTRAN	75
Figura 13 - Estrutura Interna SEMMA.....	76
Figura 14 - Estrutura Interna SEMDES.....	77
Figura 15 - Áreas Especiais de Interesse Social	98
Figura 16 – Canaã dos Carajás: Áreas não Construídas	101
Figura 17 - Canaã dos Carajás: Vetores de Crescimento	104
Figura 18 - Produção Habitacional de Interesse Social.....	107

Figura 19 - Componentes do Déficit Habitacional.....	113
Figura 20 - Déficit Habitacional.....	115
Figura 21 - Inadequação Domiciliar.....	124

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Crescimento da População em Canaã dos Carajás.....	29
Gráfico 2 - Arrecadação Municipal - CFEM (2012)	37
Gráfico 3 – Arrecadação Municipal – CFEM (2013).....	38
Gráfico 4 – Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2000-2012	40
Gráfico 5 - Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2000-2012	42
Gráfico 6 – Canaã dos Carajás - IDHM	45
Gráfico 7 - Comparativo IDH-M.....	47
Gráfico 8 - Evolução da Receita.....	79
Gráfico 9- Canaã dos Carajás: Produção Habitacional do Setor Público e número de pessoas beneficiadas.....	80
Gráfico 10- Déficit Habitacional Total Canaã dos Carajás - 2010.....	116
Gráfico 11 - Canaã dos Carajás: Déficit Habitacional Urbano 2010	118
Gráfico 12 - Canaã dos Carajás: Domicílios Precários – Total – 2010.....	120
Gráfico 13 - Canaã dos Carajás: Domicílios Precários – Urbano – 2010	121
Gráfico 14 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – 2010.....	123
Gráfico 15 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – Adensamento – 2010.....	125
Gráfico 16 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – Abastecimento de Água – 2010	126

Gráfico 17 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – Esgotamento Sanitário – 2010	128
Gráfico 18 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – Banheiro Exclusivo – 2010	129
Gráfico 19 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – Lixo – 2010	130
Gráfico 20 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – Iluminação Elétrica – 2010	131
Gráfico 21 - Canaã dos Carajás: Adensamento Excessivo de Domicílios Alugados – 2010	132
Gráfico 22 - Canaã dos Carajás: Ônus excessivo com Aluguel – 2010	133
Gráfico 23 - Canaã dos Carajás: Coabitação Familiar – Total – 2010	134

Lista de Quadros

Quadro 1 - Tipologias utilizadas no PlanHab.....	25
Quadro 2 - Órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo Municipal de Canaã dos Carajás	66
Quadro 3 - Caracterização dos Assentamentos Precários - Canaã dos Carajás 2014.....	110
Quadro 4 - Conceitos e Ajustes metodológicos utilizados na estimativa do déficit habitacional de Canaã dos Carajás.....	135
Quadro 5 - Conceitos e Ajustes metodológicos utilizados na estimativa das inadequações domiciliares de Canaã dos Carajás, 2010.....	140

Sumário

1. CONTEXTO	17
1.1. Histórico.....	17
1.2. Inserção Regional	18
1.2.1. O PlanHab	24
1.3. Aspectos Geográficos	26
1.4. Aspectos Demográficos e Estrutura Socioeconômica	27
1.4.1. Demografia	27
1.4.2. Economia	32
1.4.3. Emprego e Renda.....	38
1.4.4. Índice de Desenvolvimento Municipal (Saúde, educação e renda).....	43
1.5. A Área Urbana	47
1.5.1. Loteamentos Regulares.....	48
1.5.2. Loteamentos Irregulares	51
1.5.3. Loteamentos Irregulares em Léguas Patrimoniais	53
2. Atores Institucionais e suas capacidades.....	57
3. Condições Institucionais e Administrativas	64
3.1. Capacidade de investimento em habitação da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás	78
3.2. Históricos dos programas habitacionais	79

3.3. Recursos físicos e tecnológicos – sistemas e fontes de informação.	81
4. Marcos Legais e Regulatórios	81
4.1. Legislação Federal	82
4.1.1. Constituição Federal da República	82
4.1.2. Estatuto das Cidades	83
4.1.3. Parcelamento de Solo – Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979	84
4.1.4. Política Nacional de Habitação	85
4.2. Legislação Estadual	88
4.2.1. Constituição Estadual	88
4.3. Legislação Municipal	89
4.3.1. Lei Orgânica	89
4.3.2. Lei Plano Diretor	90
4.3.3. Lei nº 225/2009	92
4.3.4. Lei nº 206/ 2009	93
4.3.5. Lei nº 233/2010	94
4.3.6. Lei nº 624 /2014	95
5. Oferta Habitacional	95
5.1. Caracterização da estrutura urbana de Canaã dos Carajás	96
5.2. Disponibilidade de solo urbanizado	97
5.3. Oferta habitacional de Canaã dos Carajás	102
6. Necessidades Habitacionais	108

6.1. Precariedade Habitacional	108
6.2. Déficit quantitativo e qualitativo	112
7. Déficit Habitacional e Demanda Futura para Canaã dos Carajás	134
7.1. Projeção do déficit habitacional de Canaã dos Carajás 2014 – 2023	145
8. Anexo I.....	153
9. Bibliografia.....	157

1. CONTEXTO

1.1. Histórico

Oriundo de um assentamento agrícola implantado em 1982 pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) do Governo Federal, o atual município de Canaã dos Carajás, a princípio denominado Projeto de Assentamento Carajás, tinha como principal objetivo atenuar os conflitos pela posse da terra na região. A área, que num segundo momento ficou conhecida como CEDERE II (Centro de Desenvolvimento Regional), contava no início dos anos 80 com 1.551 famílias assentadas. Em 5 de outubro de 1994, através da Lei Estadual 5.860, foi desmembrada do município de Parauapebas e deu origem ao município de Canaã dos Carajás, que só foi formalmente instalado com a posse de seus primeiros representantes, em 1º de janeiro de 1997.

A escolha do nome Canaã, que de acordo com a Bíblia significa “Terra Prometida”, aconteceu devido ao fato de grande parte da população que morava na antiga vila CEDERE II ser formada majoritariamente por cristãos protestantes que queriam agradecer a Deus pela terra onde moravam. O nome foi dado em alusão à Canaã palestina, também segundo a Bíblia, terra prometida aos Hebreus por Deus. Já o nome Carajás relaciona-se com o principal acidente geográfico e geológico da região sudeste do Pará, a Serra dos Carajás.

Pouco tempo depois de sua emancipação, prospecções no subsolo de Canaã provaram que o município possuía grandes reservas de cobre, níquel, minério de ferro, ouro, e outros minérios. Assim, já em 1999 a mineradora Vale S.A. (ainda Companhia Vale do Rio Doce) iniciou a montagem da estrutura para extração de cobre na região. Como consequência da grande estrutura exigida em tal processo, houve um grande fluxo de pessoas e de capital para a localidade, fazendo com que sua população multiplicasse por quatro em pouco mais de quatro anos, coincidindo justamente com o início da operacionalização da mina, entre 2003 e 2004.

1.2. Inserção Regional

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará, Canaã dos Carajás está inserida em uma região denominada Região de Integração (RI) Carajás (Figura 1), que está localizada na Região Sudeste do Estado do Pará e é entrecortada pela rodovia PA-150. Segundo indicadores desenvolvidos pelo próprio instituto, ela abrange uma área de 44.814,51 km², o que corresponde a 3,59% do território paraense. Uma das características marcantes dessa região é sua dinâmica socioeconômica e espacial relacionada aos processos oriundos da exploração mineral. Isso faz com que a região seja afetada por intensos processos migratórios. Os municípios que compõem a RI Carajás são: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.

Além disso, o município está situado na mesorregião (Figura 2) do sudeste do estado do Pará. Mesorregiões são subdivisões dos estados brasileiros que congregam vários municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Criado pelo IB-GE em 2004, até 2008 o Território Sudeste era formado pelos municípios de Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, São Domingos e São João do Araguaia. Com o lançamento do Programa “Territórios da Cidadania”, em 2008, foram acrescentados mais sete municípios: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Palestina do Pará, Piçarra e São Geraldo do Araguaia, que têm vínculos importantes com os estados vizinhos do Tocantins e do Maranhão.

De acordo com a regionalização do Ministério da Integração Nacional (MI), município faz parte da Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio.

O Plano Diretor Participativo do município determina que o marco zero do Município de Canaã dos Carajás é o ponto localizado nas coordenadas 9278110.6910 e 627025.5660 do sistema de coordenadas verdadeiras Universal Transversa de Mercator (UTM), altitude 288 m (duzentos e oitenta e oito metros), e é uma das referências para a cartografia municipal.

Em 2010 foi aprovado por meio do decreto federal nº 7.378 do mesmo ano o Macrozoneamento da Amazônia Legal. Nele, o município de Canaã dos Carajás está inserido na macrorregião que engloba os estados do Pará, Tocantins e Maranhão. O cruzamento das rodovias Belém–Brasília e Transamazônica com a Estrada de Ferro Carajás e com a ferrovia Norte-Sul favorecem a conectividade interna dessa região e contribuem para o desenvolvimento de estratégias que visam o fortalecimento da economia agromineral e industrial. Os três municípios responsáveis pela articulação desse conjunto de municípios são Marabá, Imperatriz e Araguaina.

Figura 1 - Regiões de Integração: Município de Canaã dos Carajás e Municípios Limítrofes

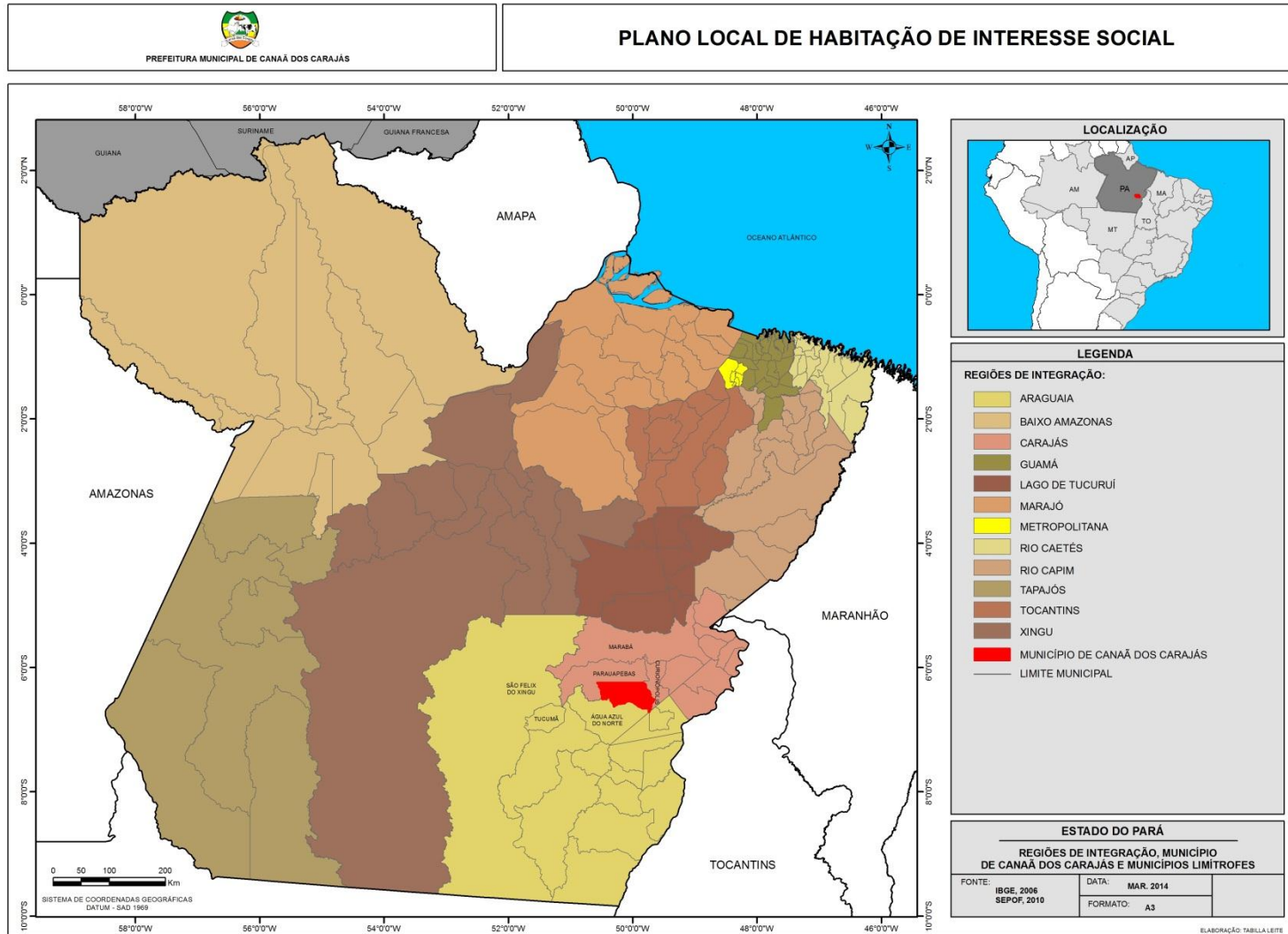
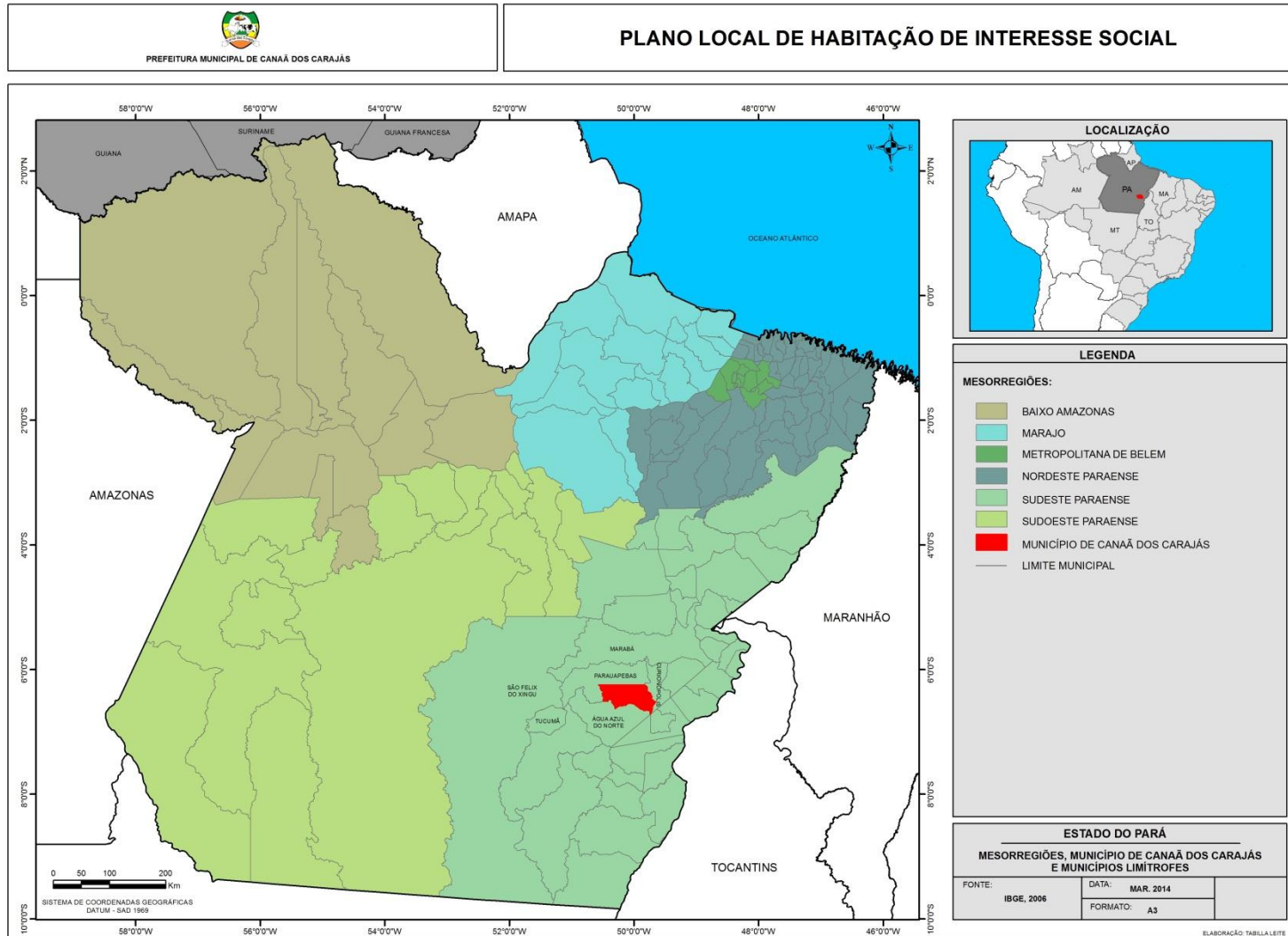
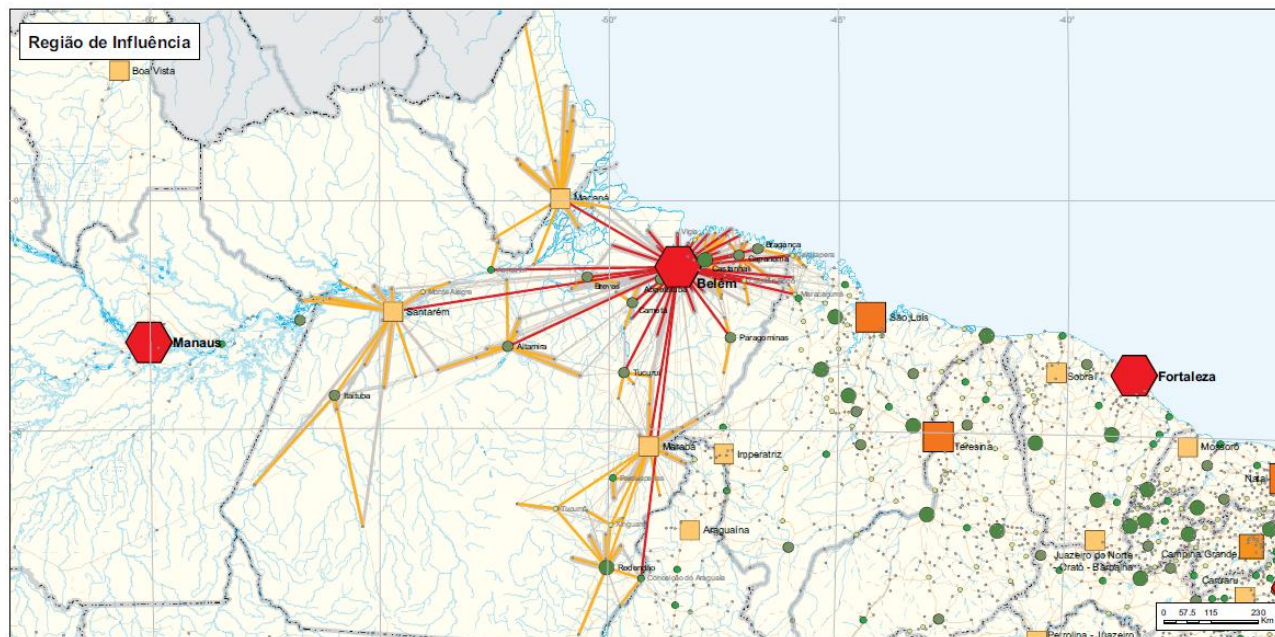


Figura 2 - Mesorregiões, Município de Canaã dos Carajás e Municípios Limítrofes



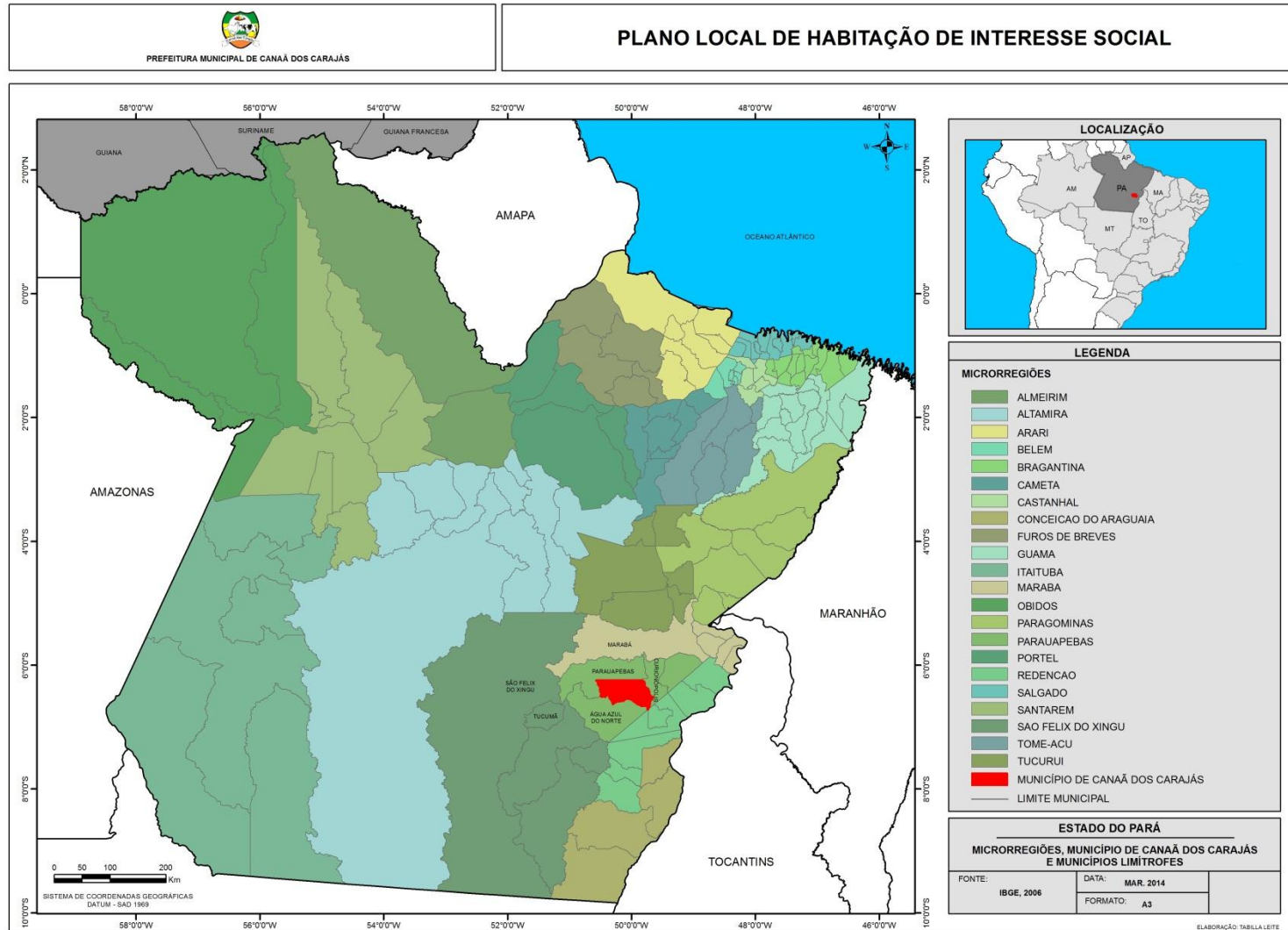
A publicação denominada *Regiões de influência das cidades*, resultado de estudos realizados pelo IBGE entre 1978 e 1993 e atualizados em 2007, buscou definir a hierarquia dos centros urbanos e delimitar as regiões de influência a eles associados a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades¹. Nesse contexto Canaã dos Carajás está inserida na rede da metrópole Belém (figura 3), sendo categorizada pelo IBGE como Centro Local, diretamente influenciada por Parauapebas, um Centro Zona A, cuja influência segue sendo Marabá, uma Capital Regional C.

Figura 3 - Regiões de Influências das Cidades - 2007 (IBGE)



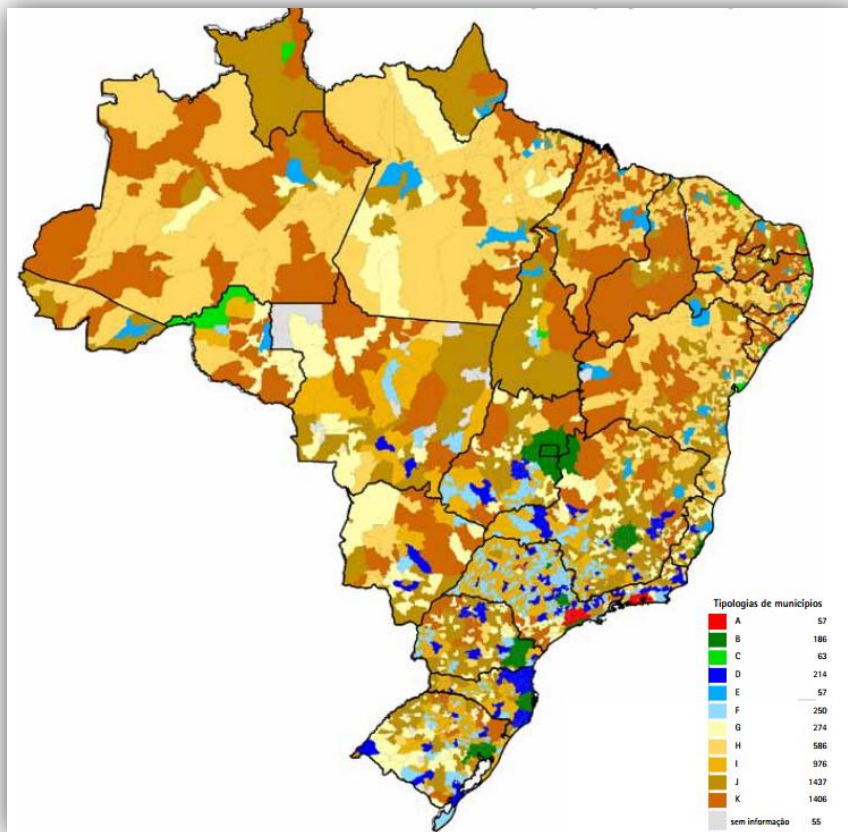
¹ Região de Influência das Cidades.

Figura 4 – Microrregiões, Município de Canaã dos Carajás e Municípios Limítrofes



1.2.1. O PlanHab

Figura 5- Tipologias de Municípios PlanHab



Formulado pelo Ministério das Cidades, o Plano Nacional de Habitação (Plan-Hab) buscou levar em conta a enorme diversidade regional no país, introduzindo leituras regionalizadas que foram utilizadas em análises, propostas e simulações. Essas leituras foram traduzidas em tipologias elaboradas pelo Observatório das Metrôpolis em 2005, e resultaram em uma classificação dos municípios brasileiros por tipologia (figura 5). Essa classificação levou em consideração, dentre outros fatores, o número de habitantes, a importância metropolitana, a polarização regional, as variáveis socioeconômicas e os níveis de pobreza.

Nessa classificação o município de Canaã dos Carajás foi inserido na tipologia identificada pela letra K, que engloba pequenas cidades em espaços rurais de pouca densidade econômica. Entretanto, como em 2010 o município ultrapassou os 20.000 habitantes, é necessária uma análise cautelosa das orientações do Plano Nacional de Habitação para os municípios da tipologia K, uma vez que algumas diretrizes podem não mais se adequar à realidade do município.

Quadro 1 - Tipologias utilizadas no PlanHab

Tipologias Utilizadas no PlanHab
A - regiões metropolitanas do rio de Janeiro e de São Paulo, Metrôpoles situadas em regiões de alta renda, com alta desigualdade social. São denominadas, metrôpoles globais pela concentração de atividades e fluxos econômicos e financeiros
B - regiões metropolitanas e principais aglomerações e capitais do Centro-Sul, Metrôpoles, aglomerações urbanas e capitais situadas em regiões de alto estoque de riqueza e grande importância funcional na rede de cidades. São consideradas cidades pólo em suas respectivas regiões.
C - regiões metropolitanas e principais aglomerações e capitais prósperas do norte e nordeste, Principais centros polarizadores do Norte e Nordeste, com estoque de riqueza inferior aos tipos A e B, com maior concentração de pobreza e alta desigualdade
D - Aglomerados e centros regionais do Centro-Sul, Municípios situados em regiões com alto estoque de riqueza, com importância como centros polarizadores em sua microrregião
E - Aglomerados e centros regionais do norte e nordeste, Municípios com baixo estoque de riqueza, porém com grande importância regional. Cidades pólo situadas em microrregiões de menor dinamismo.
F - Centros urbanos em espaços rurais prósperos, Municípios que estão crescendo moderadamente, situados nas microrregiões mais ricas do país. Têm mais condições de enfrentar o déficit com recursos próprios.
G - Centros urbanos em espaços rurais consolidados, com algum grau de dinamismo, Municípios situados em microrregiões historicamente de maior pobreza e relativa estagnação, mas apresentam situação mais positiva em comparação aos demais tipos subsequentes.
H - Centros urbanos em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza, Municípios que se destacam pelos níveis mais elevados de pobreza, maior número de domicílios sem banheiro e alto déficit habitacional relativo
I - Pequenas cidades em espaços rurais prósperos
J - Pequenas cidades em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente
K - Pequenas cidades em espaços rurais de pouca densidade econômica

1.3. Aspectos Geográficos

Localizado no sudeste do estado do Pará, Canaã dos Carajás faz divisa ao norte e ao oeste com Parauapebas (PA); a leste com Curionópolis (PA); e ao sul com Sapucaia (PA) e Água Azul do Norte (PA) (figura 4). Situada na maior província mineral do planeta, a região onde está inserida é considerada uma verdadeira mina de ouro, apesar de a região também ser rica em minério de ferro, ouro, cobre, zinco, manganês, prata, bauxita, níquel, cromo, estanho e tungstênio. Sua área territorial é de 3.146,407m², e aproximadamente 10% desse território é composto por uma Unidade de Conservação, que foi instituída pelo Decreto nº 2.486 de 1998, e é denominada Floresta Nacional de Carajás. Sua área total é de 3985.826,70 hectares. Nessa região, de acordo com a classificação Kööpen, o clima:

“pode ser definido como tropical chuvoso com seca de inverno. Os parâmetros que determinam este tipo climático são: um forte período de estiagem coincidindo com o inverno do Hemisfério Sul, altos valores totais de precipitação anual e temperatura mensal sempre acima de 18 °C. A região apresenta o período de estiagem com cinco meses consecutivos, de junho a outubro, o período chuvoso vai de dezembro a abril e dois períodos de transição: seco-chuvoso em novembro e chuvoso-seco em maio. A Floresta Nacional de Carajás está inserida no Sistema Hidrográfico Tocantins-Araguaia. As drenagens principais são o Itacaiúnas e Parauapebas, os quais delimitam, respectivamente, a porção oeste-noroeste e a porção leste da Floresta Nacional de Carajás”.²

² Plano de manejo para uso múltiplo da Floresta Nacional de Carajás, ICMBio 2003.

O município é composto, além de seu núcleo urbano, por cinco vilas. São elas: Vila Bom Jesus, Vila Feitosa, Vila Ouro Verde e Vila Planalto.

Uma vez que o município está inserido em uma região de enorme riqueza mineral, existem vários empreendimentos que influenciam na dinâmica regional: dentre eles a Mina do Sossego, que deu início a um novo ciclo de crescimento para o município, o Projeto 118, a Mina Cristalino, o Níquel Vermelho e o S11D, projeto mais recente, que contempla a expansão da atividade mineradora de Carajás.

1.4. Aspectos Demográficos e Estrutura Socioeconômica

1.4.1. Demografia

Em 1999 a mineradora Vale S.A. iniciou a montagem da estrutura para extração do cobre na Mina do Sossego, iniciando a sua instalação em 2002 e operação em 2004. Isso fez com que entre os anos de 2000 e 2006 a população do município de Canaã dos Carajás crescesse consideravelmente, até saltar de 13.870 habitantes em 2006 para 23.757 em 2007. Desde então a população vem aumentando, sendo a estimativa do IBGE para o ano de 2013 de 31.062 habitantes. Isso gerou uma taxa de crescimento geométrico de 9,4, aproximadamente quatro vezes e meia maior que a taxa de crescimento do estado. Entretanto, há que se ressaltar que a projeção de crescimento demográfico do município estimada pelo IBGE não leva em consideração a implantação do Projeto S11D, que, de acordo com a mineradora Vale, impulsionará um novo ciclo de desenvolvimento para a região, expandindo a cadeia produtiva dos estados do Pará e do Maranhão, além de impactar fortemente sobre a renda, o mercado de trabalho, a arrecadação tributária e o ambiente dos negócios em geral. Estima-se pela minerado-

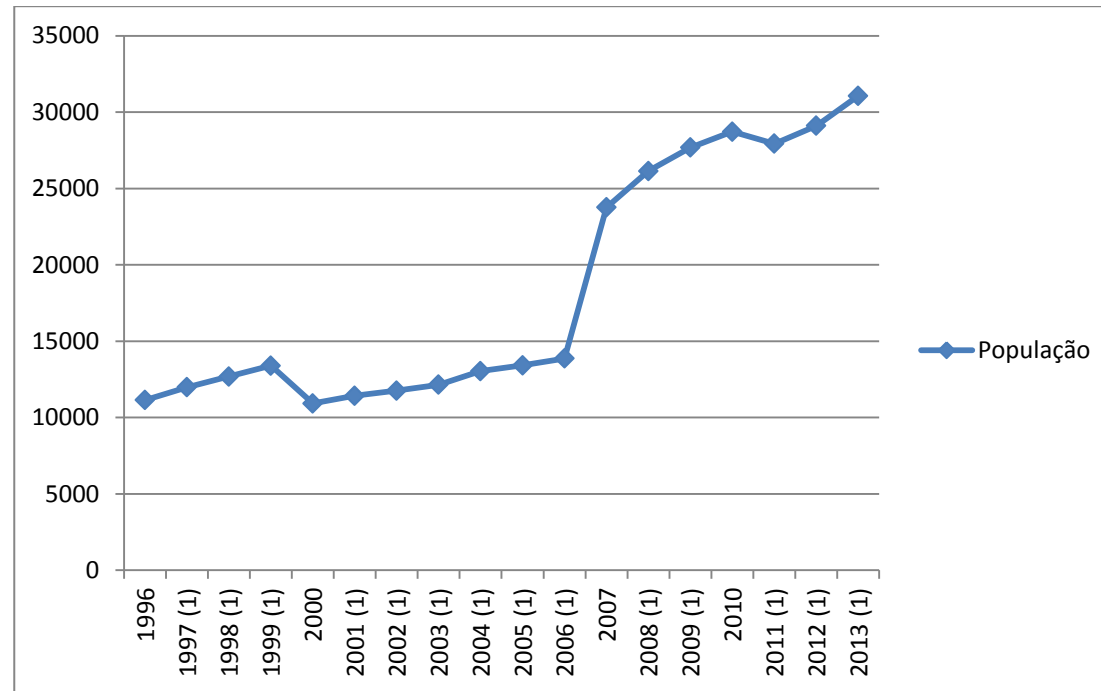
ra uma injeção de US\$ 19,67 bilhões em investimentos para que a produção, a partir de 2016, seja de 90 milhões de toneladas de ferro por ano³.

Tabela 1 - Dados físicos e populacionais de Canaã dos Carajás

Território/População	Ano	Canaã dos Carajás	Estado do Pará
População	2013 ¹	31.062	7.969.654
Área	2010	3.146,407 km ²	1.247.954,666 km ²
Densidade Demográfica	2011 ²	8,88hab/km ²	6,07hab/km ²
Taxa Geométrica de Crescimento	2010	9,4	2,1
Taxa de Urbanização	2010	77,6	68,5
Fonte: IBGE			
(1) População estimada			
(2) Densidade demográfica estimada			

³ Projeto Ferro Carajás S11D – Um novo impulso ao desenvolvimento sustentável do Brasil

Gráfico 1 - Crescimento da População em Canaã dos Carajás



Fonte: IBGE

Tabela 2 - Canaã dos Carajás: Crescimento Demográfico 1996-2013

Anos	População	Área (km2)	Dens. Demográfica
1996	11.139	3.161,5	3,52
1997 ¹	11.980	3.161,5	3,79
1998 ¹	12.688	3.161,5	4,01
1999 ¹	13.398	3.161,5	4,24
2000	10.922	3.147,9	3,45
2001 ¹	11.425	3.147,9	3,63
2002 ¹	11.761	3.147,9	3,74
2003 ¹	12.151	3.147,9	3,86
2004 ¹	13.035	3.147,9	4,14
2005 ¹	13.421	3.147,9	4,26
2006 ¹	13.870	3.147,9	4,41
2007	23.757	3.147,9	7,55
2008 ¹	26.135	3.147,9	8,3
2009 ¹	27.675	3.147,9	8,79
2010	28.716	3.146,4	8,49
2011 ¹	27.928	3.146,4	8,88
2012 ¹	29.101	3.146,4	9,25
2013 ¹	31.062	3.146,4	9,87

Fonte: IBGE

¹ População estimada

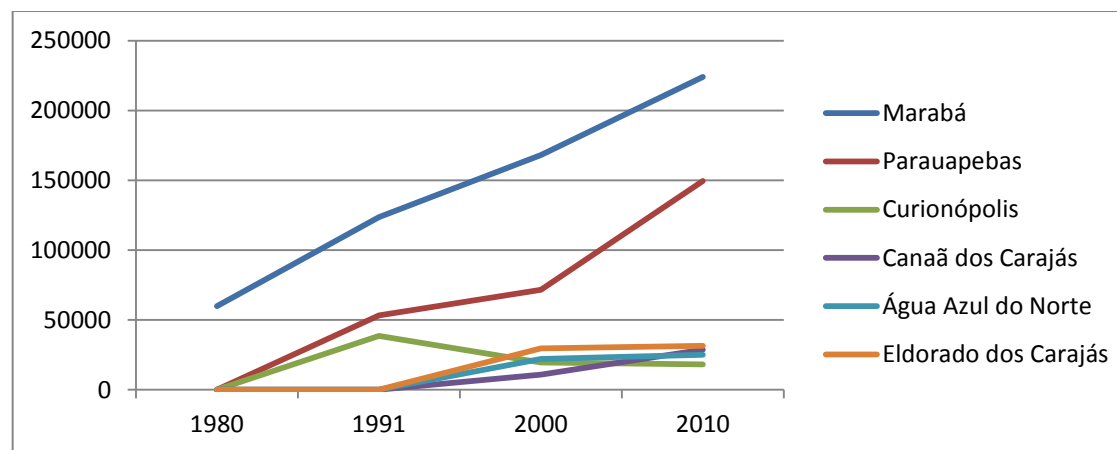
A taxa geométrica de crescimento de Canaã dos Carajás, ou o incremento médio anual da população, no ano de 2010 foi aproximadamente quatro vezes e meia maior que a do estado do Pará. Enquanto a do município foi de 9,4, a do estado foi de apenas 2,1. A taxa de urbanização do município também foi maior que a do estado do Pará no ano de 2010, tendo aumentado significativamente de 35,9% em 2000 para 77,6% em 2010.

Tabela 3 - Dados físicos e populacionais de Canaã dos Carajás

Território/População	Ano	Canaã dos Carajás	Estado do Pará
População	2013 ¹	31.062	7.969.654
Área	2010	3.146,407km ²	1.247.954,666km ²
Densidade Demográfica	2011 ¹	8,88hab/km ²	6,07hab/km ²
Taxa Geométrica de Crescimento	2010	9,4	2,1
Taxa de Urbanização	2010	77,6	68,5
¹ Estimada			
Fonte: IBGE			

Os municípios de Marabá e Parauapebas foram os municípios do sudeste do Pará que cresceram de forma mais acentuada de 1980 a 2010. Marabá passou de aproximadamente 60 mil habitantes em 1980 para quase 225 mil em 2010. Em trinta anos a população quase quadruplicou. Parauapebas também passou por situação semelhante, passando de pouco mais de 50 mil habitantes em 1991 para quase 150 mil em 2010.

Gráfico 2 - Crescimento Demográfico da Microrregião de Parauapebas



1.4.2. Economia

O PIB ou Produto Interno Bruto de um município é o total de bens e serviços produzidos por ele. Ele pode ser agrícola, que inclui o extrativismo vegetal e a pesca; industrial, referente à produção industrial do município; e de serviços, que se refere às prestações de serviços.

Tabela 4 - Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) - 2011

Variável	Canaã dos Carajás	Pará	Brasil
Agropecuária	34.398	3.157.179	105.163.000
Indústria	2.581.738	11.695.676	539.315.998
Serviços	349.024	20.439.321	1.197.774.001

Fonte: IBGE em parceria com órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Sendo a mineração a principal atividade econômica do município, o valor do PIB industrial é o maior entre as três variáveis que compõem o índice, correspondendo a aproximadamente 86% do total. O setor terciário ou de serviços é o segundo maior, responsável por 11,67% do PIB, seguido pela agropecuária, que contribui com apenas 1,14% do total arrecadado.

Tabela 5 - Composição do Produto Interno Bruto de Canaã dos Carajás - 2011

	R\$		%
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	34.398	mil reais	1,14%
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	2.581.738	mil reais	86,29%
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	349.024	mil reais	11,67%
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	26.943	mil reais	0,9%
PIB a preços correntes	2.992.103	mil reais	100%
PIB per capita a preços correntes	107.132,49	reais	

Fonte: IBGE em parceria com órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus.

De acordo com dados divulgados pelo IDESP em 2012, tendo como base dados do IBGE-2010, dos 144 municípios que compõem o estado do Pará, Canaã dos Carajás é o 8º com maior PIB, sendo superado apenas pela capital Belém e pelos municípios de Parauapebas, Ananindeua, Marabá, Barcarena, Tucuruí e Santarém.

Tabela 6 - Maiores PIB's do estado do Pará - 2010

1	Belém	R\$17.987.323,00
2	Parauapebas	R\$15.918.216,00
3	Ananindeua	R\$3.669.747,00
4	Marabá	R\$3.601.647,00
5	Barcarena	R\$3.550.233,00
6	Tucuruí	R\$2.817.702,00
7	Santarém	R\$2.051.529,00
8	Canaã dos Carajás	R\$1.559.968,00
9	Castanhal	R\$1.449.213,00
10	Paragominas	R\$1.235.379,00
Fonte: IBGE, 2010		

A implantação das grandes rodovias estaduais e federais e suas vicinais estimulou a produção pecuária bovina de terra firme no sudeste paraense – região onde está inserido o município de Canaã dos Carajás – com a implantação de pastagens em áreas de floresta. Os fatores climáticos, a valorização das commodities agrícolas e a expansão da pecuária no sudeste do estado foram determinantes para o aumento do desflorestamento na região.

A agricultura de Canaã conta com pequenas hortas e com grandes propriedades e áreas de pastagens. A agropecuária tem ganhado espaço no município, tendo o rebanho local, de acordo com dados da pesquisa Produção da Pecuária Municipal 2012 do IBGE, aproximadamente 180 mil cabeças, sendo que a maior quantidade é destinada ao corte e, em menor volume para a produção de leite.

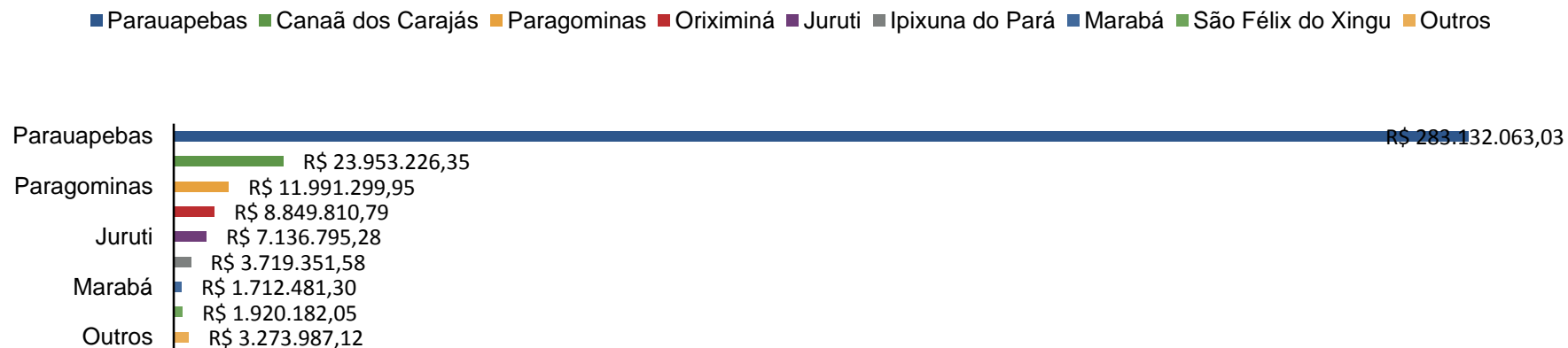
Tabela 7 - Canaã dos Carajás - Pecuária 2012

Bovinos - efetivo dos rebanhos	180.000	cabeças
Equinos - efetivo dos rebanhos	2.850	cabeças
Asininos - efetivo dos rebanhos	120	cabeças
Muare - efetivo dos rebanhos	870	cabeças
Suínos - efetivo dos rebanhos	4.180	cabeças
Caprinos - efetivo dos rebanhos	650	cabeças
Ovinos - efetivo dos rebanhos	800	cabeças
Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo dos rebanhos	19.000	cabeças
Galinhas - efetivo dos rebanhos	10.200	cabeças
Vacas ordenhadas - quantidade	17.200	cabeças
Leite de vaca - produção - quantidade	16.516	Mil litros
Leite de vaca - valor da produção	12.387	Mil Reais
Ovos de galinha - produção - quantidade	26	Mil dúzias
Ovos de galinha - valor da produção	115	Mil Reais
Mel de abelha - produção - quantidade	2.500	Kg
Mel de abelha - valor da produção	45	Mil Reais
Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.		

A exploração de recursos minerais em território municipal gera para o município uma contraprestação pela utilização econômica desses recursos, denominada Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. Ela é calculada sobre o valor do faturamento líquido obtido por ocasião da venda do produto mineral, e é dividida entre União (12%), Estados (23%) e Municípios (65%).

A arrecadação municipal de Canaã dos Carajás proveniente dessa compensação foi, no ano de 2012, a segunda maior do estado, atrás somente de Parauapebas, onde está localizada a maior província mineral do mundo, a Serra dos Carajás, rica em níquel, cobre, manganês, ouro, além de outros metais e pedras preciosas. O valor repassado para o município de Canaã dos Carajás foi de R\$23.953.226,35, enquanto todo o estado do Pará arrecadou R\$345.689.197,45.

Tabela 8 - Arrecadação Municipal - CFEM (2012)	
Parauapebas	283.132.063,03
Canaã dos Carajás	23.953.226,35
Paragominas	11.991.299,95
Oriximiná	8.849.810,79
Juruti	7.136.795,28
Ipixuna do Pará	3.719.351,58
Marabá	1.712.481,30
São Félix do Xingu	1.920.182,05
Outros	3.273.987,12
Total	345.689.197,45
Fonte: DNPM – CFEM 2012	

Gráfico 2 - Arrecadação Municipal - CFEM (2012)

Em 2013 a arrecadação aumentou em quase todos os municípios do estado. Parauapebas, por exemplo, aumentou sua arrecadação em pouco mais de 165 milhões de reais, enquanto Canaã teve um aumento menos expressivo, arrecadando um total de R\$25.818.309,96. Estima-se que o Projeto S11D eleve significativamente o repasse ao município ao longo dos próximos anos.

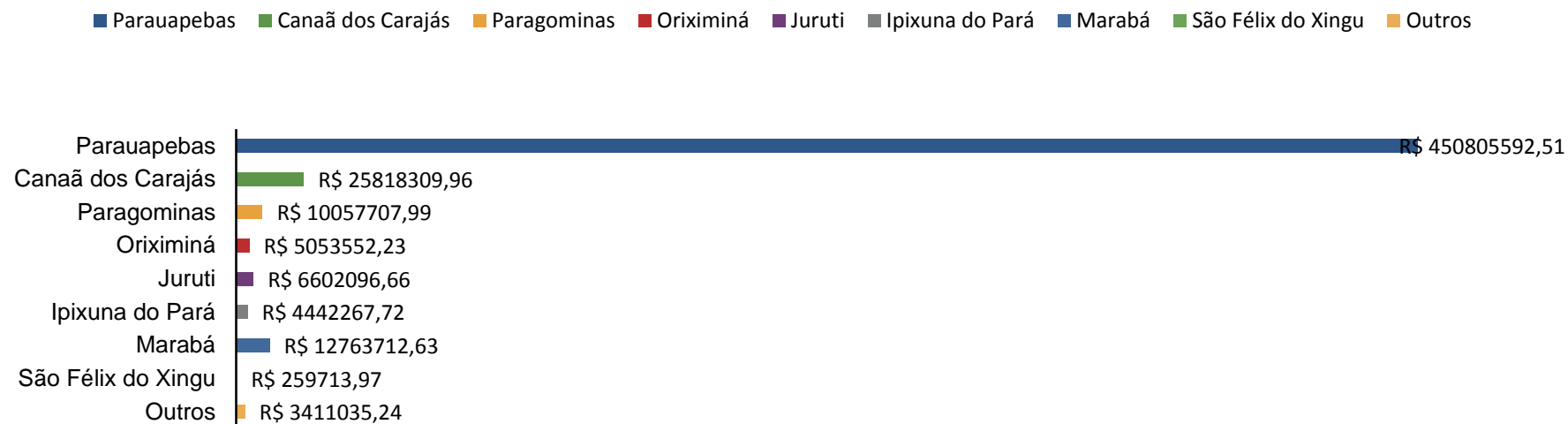
Tabela 9 - Arrecadação Municipal da CFEM (2013)

Parauapebas	R\$ 450.805.592,51
Canaã dos Carajás	R\$ 25.818.309,96
Marabá	R\$ 10.057.707,99
Paragominas	R\$ 5.053.552,23
Juruti	R\$ 6.602.096,66

Oriximiná	R\$ 4.442.267,72
Ipixuna do Pará	R\$ 12.763.712,63
Outros	R\$ 259.713,97
Total	R\$ 3.411.035,24

Fonte: DNPM – CFEM 2013

Gráfico 3 – Arrecadação Municipal – CEFM (2013)



1.4.3. Emprego e Renda

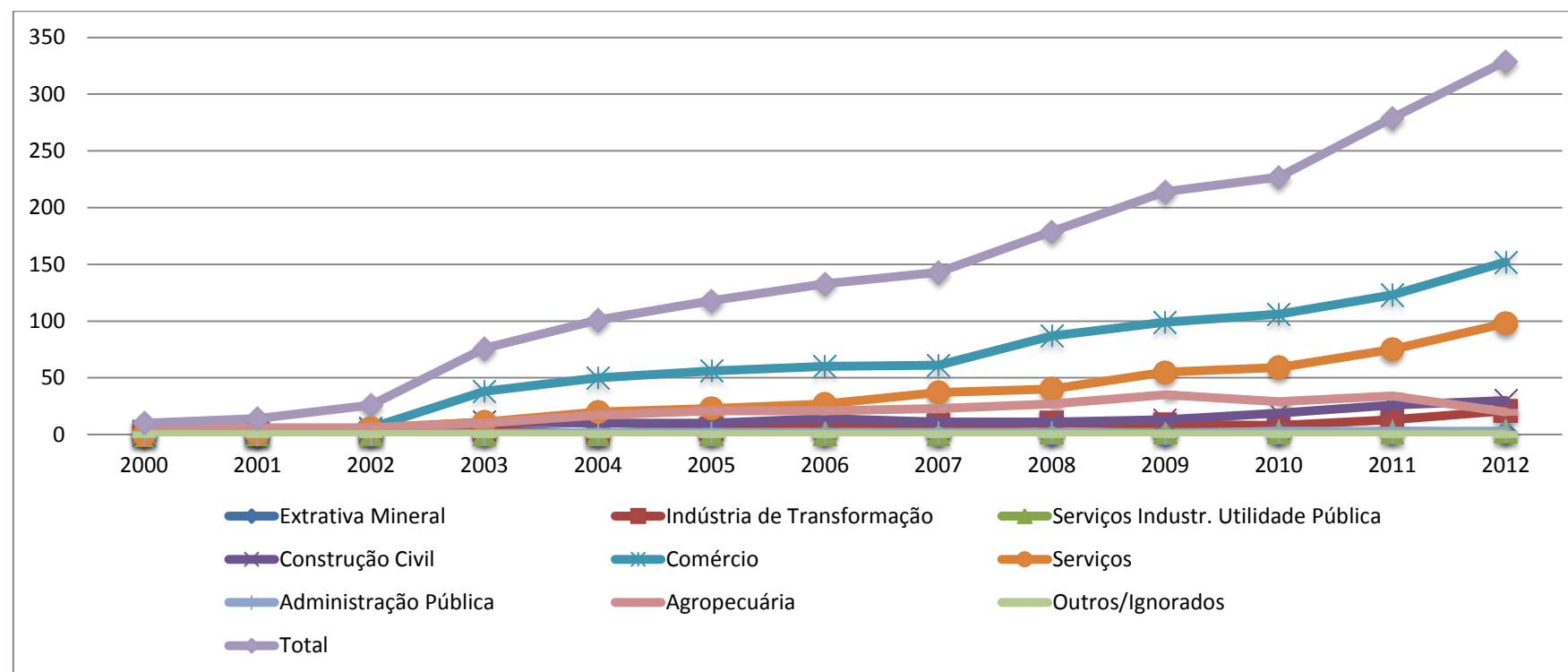
A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – aponta que os setores de comércio e serviços foram os que mais cresceram entre 2000 e 2012. No ano de 2012 o comércio possuía 46,2% dos estabelecimentos com vínculos empregatícios, seguido pelo setor de serviços, com 46,2% e da construção civil, com 9,1%.

Tabela 10 - Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2000-2012

Setor de Atividade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	2
Indústria de Transformação	2	1	1	4	1	5	8	8	10	9	8	13	21
Serviços Indust. Utilidade Pública	-	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	3
Construção Civil	-	2	5	11	10	10	14	11	11	13	19	26	30
Comércio	3	3	6	38	50	56	60	61	87	99	106	123	152
Serviços	-	1	6	11	20	23	27	37	40	55	59	75	98
Administração Pública	-	0	1	1	2	2	2	2	2	1	3	3	3
Agropecuária	5	6	6	10	17	21	21	23	27	35	29	34	20
Outros/Ignorados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	10	14	26	76	101	118	133	143	179	214	227	279	329

Fonte: MTE/RAIS

O número total de estabelecimentos com vínculos empregatícios cresceu vertiginosamente entre o ano 2000 e o ano de 2010, passando de 10 estabelecimentos em 2000 para 329 em 2012. Deve-se ressaltar também o crescimento do setor da construção civil, aquecido, principalmente, pelas expectativas geradas em torno do Projeto S11D.

Gráfico 4 – Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2000-2012

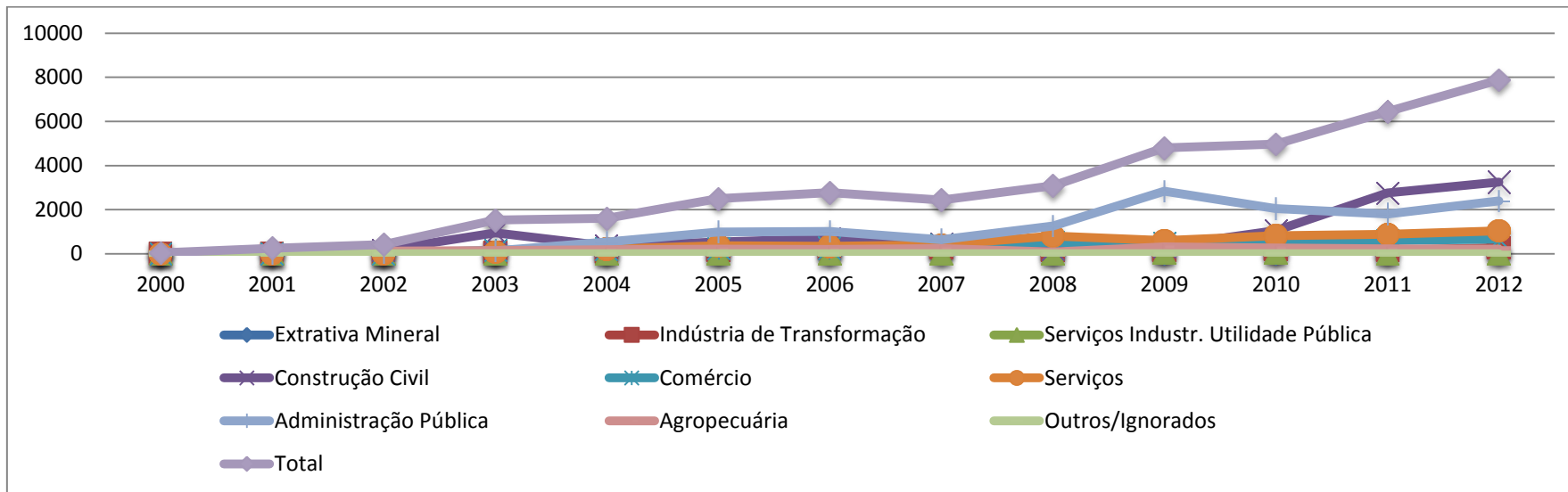
O número de empregos formais cresceu 183% em doze anos, tendo sido o aumento mais significativo na área da construção civil. Esse setor emprega, de acordo com dados do MTE/RAIS, 41% dos trabalhadores formais do município. A administração pública também tem papel importante no estoque de empregos, sendo responsável por 30% do total do estoque de empregos. Outro setor que merece destaque é o de serviços, que, já em 2012 empregava 1042 trabalhadores formais.

Tabela 11- Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 2000-2012

Setor de Atividade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	8	9
Indústria de Transformação	14	13	12	57	92	159	259	300	192	191	216	161	280
Serviços Indust. Utilidade Pública	-	2	3	1	2	3	2	2	2	49	45	7	8
Construção Civil	-	19	158	952	353	541	693	446	231	340	1053	2758	3250
Comércio	14	17	21	167	226	234	268	408	513	469	520	599	671
Serviços	-	17	19	72	215	363	344	408	805	599	815	884	1042
Administração Pública	-	-	87	135	533	989	1016	634	1254	2832	2054	1802	2395
Agropecuária	15	181	126	150	191	212	196	233	88	319	264	229	219
Outros/Ignorados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	43	249	426	1534	1612	2501	2778	2431	3085	4799	4972	6448	7874

Fonte: MTE/RAIS

Gráfico 5 - Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2000-2012



Segundo dados do IBGE, Canaã dos Carajás possuía em 2011, 469 unidades locais ou empresas formais, sendo que dessas, 465 eram atuantes. Essas empresas ocupavam mais de sete mil pessoas e remuneravam mais de 93% delas com média de 3,3 salários mínimos mensais.

Tabela 12- Estatísticas do Cadastro de Empresas 2011 - Canaã dos Carajás

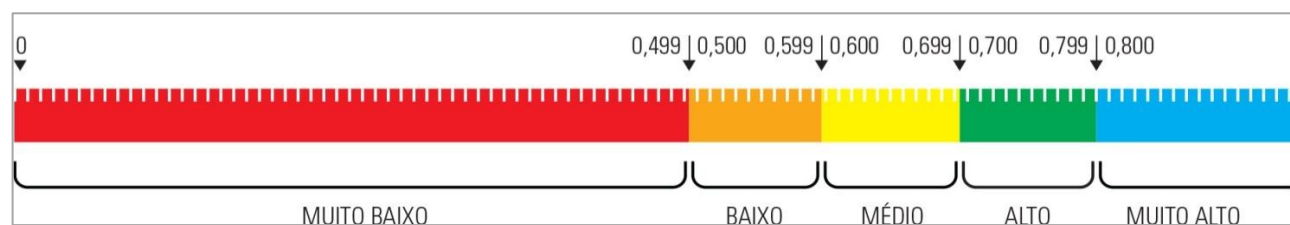
Número de unidades locais	469	Unidades
Pessoal ocupado total	7.172	Pessoas

Pessoal ocupado assalariado	6.688	Pessoas
Salários e outras remunerações	130.771	Mil Reais
Salário médio mensal	3,3	Salários mínimos
Número de empresas atuantes	465	Unidades
Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2011.		

1.4.4. Índice de Desenvolvimento Municipal (Saúde, educação e renda)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – acompanha, além dos três fenômenos sociais medidos pelo IDH global – longevidade, educação e renda – mais de 180 indicadores socioeconômicos. Ele conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano. As faixas de Desenvolvimento Humano Municipal variam de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. As classificações são: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto.

Figura 6 - Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



De acordo com dados do IBGE, Canaã dos Carajás possui hoje um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano do estado do Pará, tendo sofrido intensas reconfigurações nos aspectos sociais e demográficos entre 2000 e 2010. Além disso, de acordo com o índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, Canaã dos Carajás foi um dos municípios que mais se desenvolveu entre os anos de 2000 e 2007 se comparado aos municípios limítrofes, passando da 82ª posição no ranking estadual em 2000 para a 7ª em 2007.

Tabela 13 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2000-2007

Localidade	Nacional		Estadual	
	2000	2007	2000	2007
Canaã dos Carajás	4408°	1788°	82°	7°
Água Azul do Norte	3651°	4126°	47°	35°
Curionópolis	4209°	5056°	72°	87°
Parauapebas	3161°	311°	24°	1°

Tabela 3 - Pará - Índice de Desenvolvimento Municipal 2000-2007 - Fonte: FIRJAN

O IDHM de Canaã dos Carajás cresceu significativamente entre 1991 e 2013, passando de muito baixo (0,276) em 1991 para médio (0,673) em 2013, apresentando um bom índice, principalmente quando comparado a outros municípios da região sudeste do Pará. Esse aumento se deve, em grande parte, pelas políticas públicas adotadas e pelo dinamismo da região.

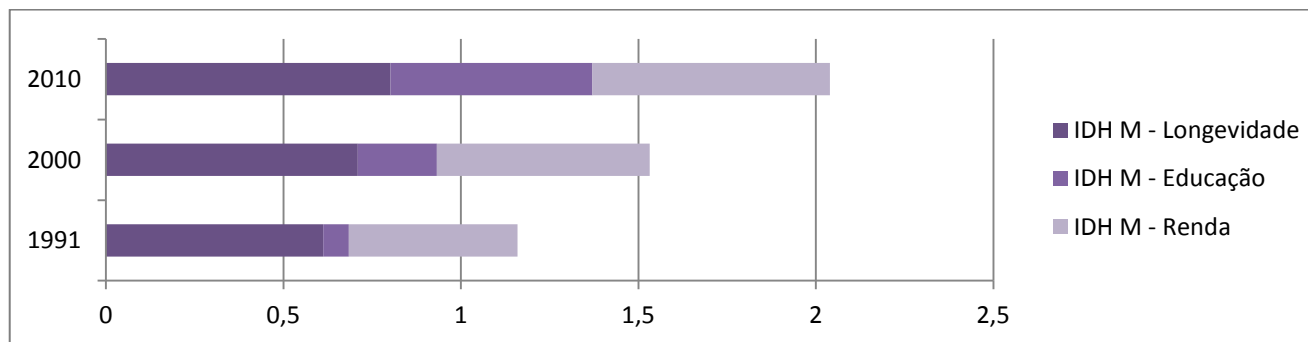
Tabela 14 - Índice de Desenvolvimento Humano de Canaã Carajás

IDHM	Anos		
	1991	2000	2010
IDH M	0,276	0,456	0,673
IDH M - Longevidade	0,612	0,709	0,801
IDH M - Educação	0,072	0,223	0,569
IDH M - Renda	0,475	0,6	0,67

Fonte: PNUD / IPEA / Fundação João Pinheiro

A educação foi a principal responsável pelo aumento do IDHM do município ao longo dos anos, saltando exponencialmente de 0,072 em 1991 para 0,569 em 2010. A renda foi o segundo fator que mais impactou nesse crescimento, seguida pelo fator longevidade.

Gráfico 6 – Canaã dos Carajás - IDHM



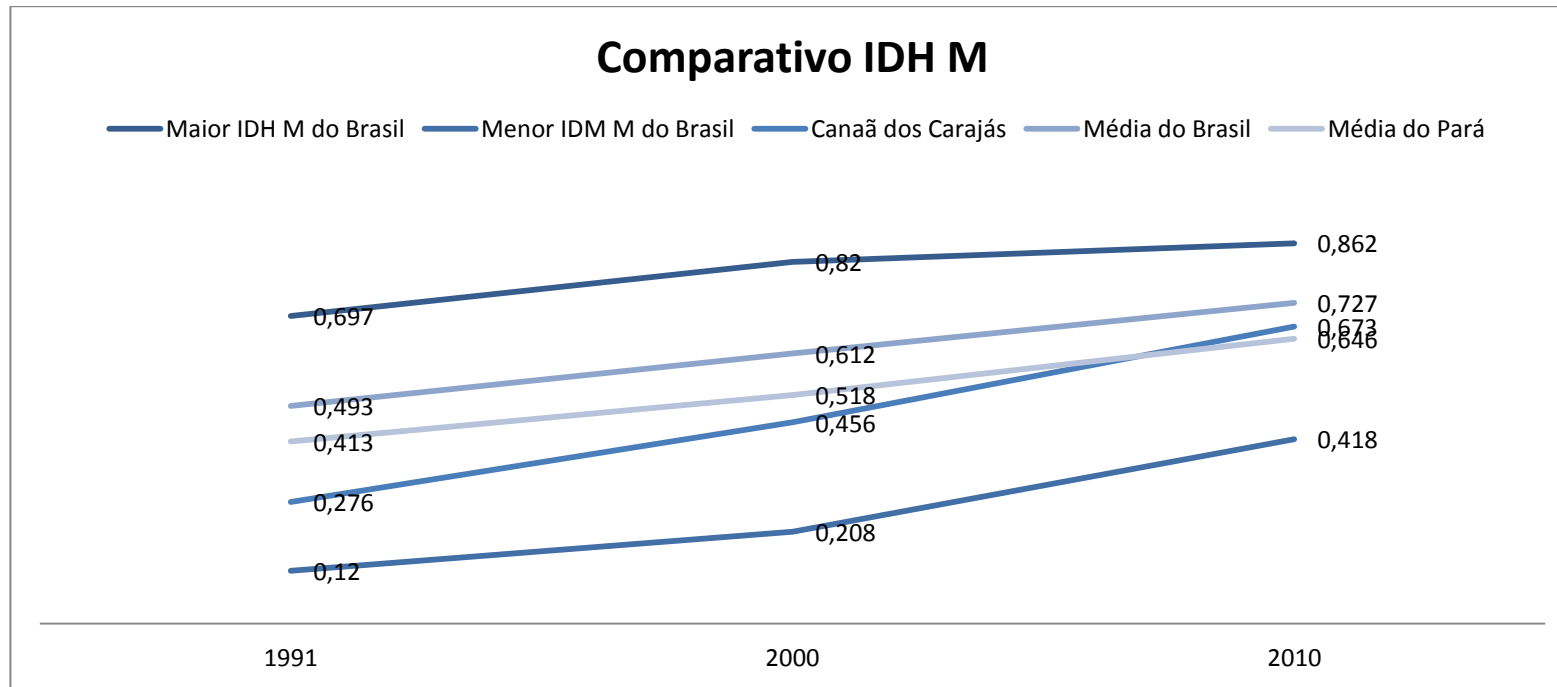
Canaã dos Carajás atualmente está à frente de municípios como Marabá e Redenção no ranking de IDHM divulgado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Sua posição atual quando comparada nacionalmente é a 2.598ª, enquanto Marabá ocupa a 2.716ª posição e Redenção a 2.621ª. Regionalmente o município também tem se destacado, ocupando a 6ª colocação, atrás somente da capital Belém, Ananindeua, Parauapebas, Santarém e Marituba. Em 10 anos o município superou a média estadual, se aproximando a cada ano da média nacional.

Tabela 15 - IDHM: Brasil, Canaã dos Carajás e Pará - 1991-2010

IDHM	ANOS		
	1991	2000	2010
Maior IDH M do Brasil	0,697	0,82	0,862
Menor IDM M do Brasil	0,12	0,208	0,418
Canaã dos Carajás	0,276	0,456	0,673
Média do Brasil	0,493	0,612	0,727
Média do Pará	0,413	0,518	0,646

Fonte: PNUD

Gráfico 7 - Comparativo IDH-M



1.5. A Área Urbana

De acordo com o Diagnóstico do Setor Habitacional elaborado pela empresa Geosistemas Engenharia e Planejamento em dezembro de 2012, a área urbana de Canaã dos Carajás se formou a partir do núcleo do assentamento rural na área do Centro de Desenvolvimento Regional (CEDERE 2). A primeira década de desenvolvimento do núcleo foi caracterizada pela precariedade de infraestrutura e da existência de

pequenas casas comerciais voltadas para o atendimento à população da região. Nesse período havia uma forte dependência dos serviços disponíveis nos municípios de Marabá e Parauapebas⁴.

O crescimento acelerado da população estimulado pela mineração foi determinante para a configuração urbana atual do município. Espaços públicos precários e uma malha viária subdimensionada e, em alguns pontos imprópria e loteamentos e ocupações irregulares são algumas das heranças desse crescimento.

O desenvolvimento da área urbana se deu a partir da principal avenida da cidade, a Weyne Cavalcante, cuja origem é rodovia PA-160. O cruzamento das avenidas Weyne Cavalcante e Pioneiros marca o ponto central da cidade, de onde partem os primeiros pontos de ocupação, e onde se percebe ainda um pequeno conjunto de eixos dotados de integração viária, que se expande numa rede com baixos níveis de integração, concorrendo para a fragmentação do tecido urbano⁵.

1.5.1. Loteamentos Regulares

Canaã dos Carajás apresenta um histórico de ocupações irregulares e loteamentos sem a devida documentação necessária. Vários loteamentos já estão implantados, independente da aprovação por parte do IDURB e Cartório e já estão sendo comercializados.

Considerando todos os loteamentos identificados em pesquisa de campo e pelas informações da equipe técnica do IDURB, eles foram divididos em 3 categorias: loteamentos regulares (registrados em cartório e aprovados pelo IDURB), loteamentos irregulares (estão sendo co-

⁴ DIAGONAL URBANA. *Revisão do Plano Diretor Participativo de Canaã dos Carajás, Pará*. Relatório da Leitura Técnica, 2011

⁵ GEOSISTEMAS. *Diagnóstico do Setor Habitacional*, 2012

mercionalizados, mas têm alguma pendência documental junto ao órgão regulamentador – IDURB) e loteamentos irregulares em léguas patrimoniais (loteamentos já sendo comercializados porém sem a certidão de perda de vocação agrícola emitida pelo INCRA (documento de regularidade da posse da terra pelo município).

A seguir, têm-se o quadro caracterizando as três categorias citadas.

Tabela 16 - Canaã dos Carajás: Loteamentos Regulares

Loteamento	Nº de lotes	Ano de Aprovação	Situação	Equipamento Público
Loteamento Bairro Ouro Preto		2010	Comercializando terrenos	0
Monte Castelo			Área sendo comercializada	Escola João Nelson
Jardim América		2008	Registrado em cartório, comercializado terrenos	0
Serra Dourada I, II, III		2012	Registrado em cartório, comercializado terrenos	0
Novo Horizonte II, III		2008	Registrado em cartório, comercializado terrenos	Escola, posto de saúde e fórum
Nova Canaã			Registrado em cartório, comercializado terrenos	Escola, PETI e Centro Profissionalizante

Vale do Sossego		Registrado em cartório, comercializado terrenos	0
Jardim Bela Vista I, II	2012	Registrado em cartório, comercializado terrenos	0
Santana	2009	Registrado em cartório, comercializado terrenos	Escola Estadual, Escola Municipal e Posto de Saúde
Vale dos Sonhos I, II, III		Registrado em cartório, comercializado terrenos	
Parque dos Carajás	2012	Registrado em cartório, comercializado terrenos	
Parque Carajás	2012	Registrado em cartório, comercializado terrenos	
Via Oeste	2012	Registrado em cartório, comercializado terrenos	
Vale Carajás	2012	Registrado em cartório, comercializado terrenos	
Montes Belo (aguardando Lei)	2013	Registrado em cartório, comercializado terrenos	
Alvorada I	2012	Registrado em cartório, comercializado terrenos	
Sítio Nova Canaã	2014	Registrado em cartório, comercializado terrenos	
Nova Canaã II	2013	Registrado em cartório, comercializado terrenos	
Loteamento Flor de Liz I e II	2012	Registrado em cartório, comercializado terrenos	
Mata da Serra	2012	Registrado em cartório, comercializado terrenos	

Montes Belos II	2012	Registrado em cartório, comercializado terrenos
TOTAL DE LOTES		Não Fornecido pela PMCC

Fonte: Equipe técnica PMCC. Elaboração: CLC Consultoria

1.5.2. Loteamentos Irregulares

O fato de existirem loteamentos irregulares mostra a fragilidade do poder público em exercer seu papel fiscalizador e regulador. Além disso, o fato dos loteamentos estarem sendo comercializados sem a devida legalidade, incita outros proprietários de terra a negligenciar o processo de regularização para abertura de loteamento, o que, futuramente, gerará grandes transtornos para o executivo local, uma vez que possivelmente não serão cumpridas as exigências de implantação da infraestrutura básica e a responsabilidade posteriormente será imputada ao Poder Executivo municipal. Existem atualmente no município 11 loteamentos irregulares, sendo que uma grande quantidade deles já comercializa lotes, mesmo não estando regularizados.

Tabela 17 - Canaã dos Carajás: Loteamentos Irregulares

Loteamento	Nº de lotes	Bairro	Situação	Equipamento Público
Novo Paraíso	400		Projeto urbanístico não apresentado, aguardando regularização.	
Residencial Vale Verde	745		Projeto urbanístico não foi apresentado, apesar de notificação do IDURB. Loteamento	Creche Bem. Faustino

				todo aberto. Área sendo comercializada.
Residencial Jardim das Palmeiras	739			Processo parado aguardando loteador apresentar projeto de regularização.
Parque Shalon				Aguardando apresentação de projeto.
Residencial Bela Vista	1265			Aguardando apresentação de projeto.
Parque dos Ipês	SI	SI		Projeto não consta nos arquivos da Prefeitura
Paraíso das Águas	381			Aguardando lei de autorização de registro
Novo Brasil I	1272			Aguardando lei de autorização de registro
Alto Bonito I e II	400			Loteamento parado, sem titulação por falta de lei autorizativa mat. 025
Novo Brasil II	1300			Projeto Habitacional Municipal, parado aguardando lei autorizativa para titulação mat. 025
Jardim Florido	90			loteamento parado, sem titulação por falta de lei autorizativa mat. 025
TOTAL DE LOTES	6642			
Fonte: Equipe técnica PMCC. Elaboração: CLC Consultoria				

1.5.3. Loteamentos Irregulares em Léguas Patrimoniais

As terras originariamente pertencentes ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA ainda estão em processo de transferência para o município, por isso os loteamentos irregulares em léguas patrimoniais apresentam, em geral, um dos dois tipos de irregularidades existentes: falta dos projetos por parte do loteador e a localização em áreas de vocação agrícola. São eles:

Tabela 18 - Canaã dos Carajás: Loteamentos Irregulares em Léguas Patrimoniais

Loteamento	Nº de lotes	Bairro	Situação	Equipamento Público
Novo Paraíso	400		Projeto urbanístico não apresentado, aguardando regularização.	
Residencial Vale Verde	745		Projeto urbanístico não foi apresentado, apesar de notificação do IDURB. Loteamento todo aberto. Área sendo comercializada.	Creche Bem. Faustino
Residencial Jardim das Palmeiras	739		Processo parado aguardando loteador apresentar projeto de regularização.	
Parque dos Imigrantes	450		Aguardando retificação na lei de autorização de registro.	
Parque Shalon			Aguardando apresentação de projeto.	
Residencial Bela Vista	1265		Aguardando apresentação de projeto.	
Parque Ecológico	SI	SI	Projeto não consta nos arquivos da Prefeitura	
Paraíso das Águas	381		Aguardando lei de autorização de registro	

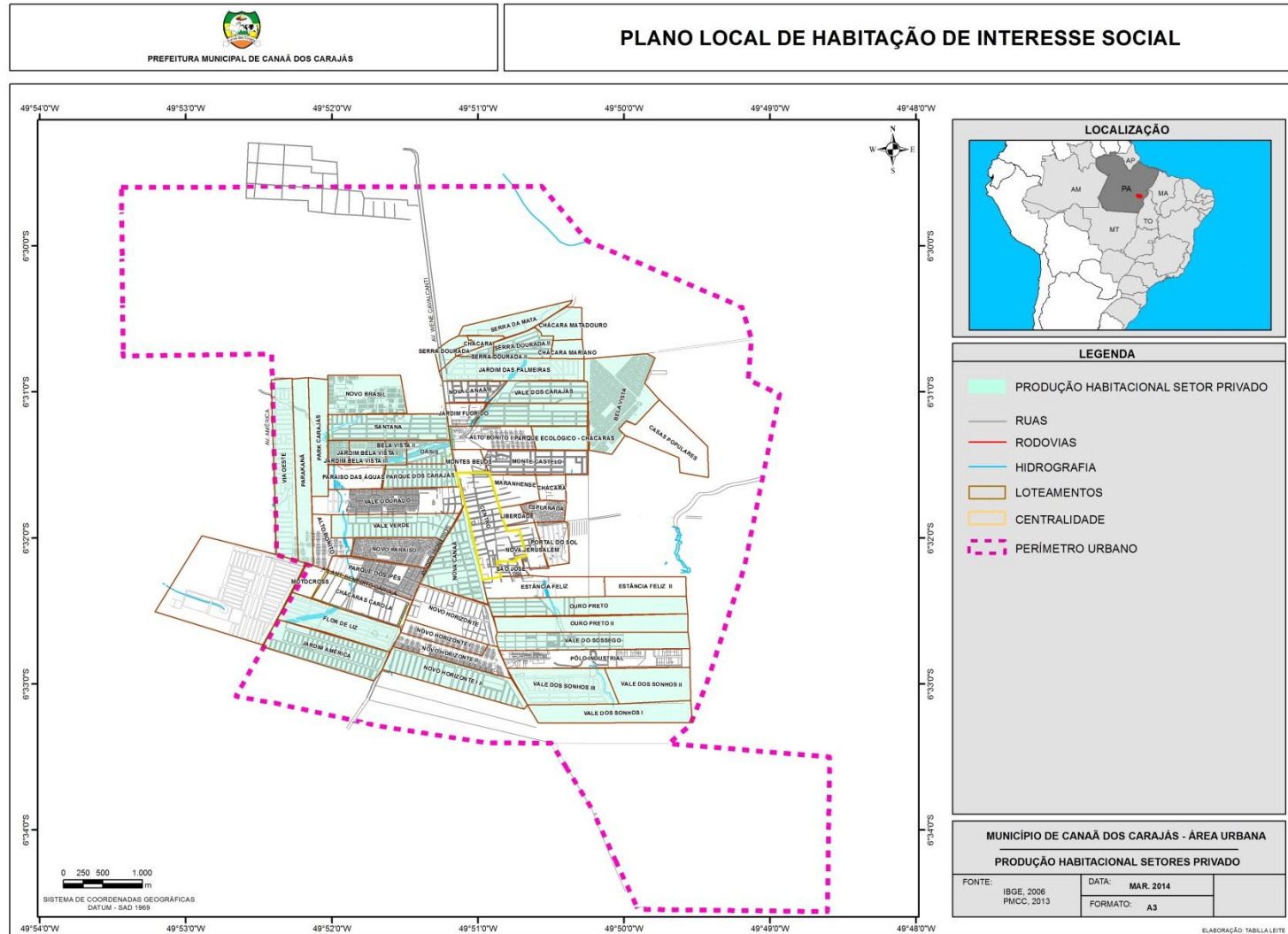
Novo Brasil	1272		Aguardando lei de autorização de registro
Alto Bonito I e II	400		Loteamento parado, sem titulação por falta de lei autorizativa mat. 025
Novo Brasil	1300		Projeto Habitacional Municipal, parado aguardando lei autorizativa para titulação mat. 025
Jardim Florido	90		Loteamento parado, sem titulação por falta de lei autorizativa mat. 025
Loteamento Esplanada	300	Centro	Apto à titulação pelo IDURB. Matrícula 019
Bairro Liberdade	SI	Centro	Apto à titulação pelo IDURB. Matrícula 019
Maranhenses	500	Centro	Apto à titulação pelo IDURB. Matrícula 019
João Pintinho	SI	Centro	Apto à titulação pelo IDURB. Matrícula 019
São José	SI	Centro	Apto à titulação pelo IDURB. Matrícula 019

Porta do Sol	300	Centro	Apto à titulação pelo IDURB. Matrícula 019
Estância Feliz	300	Estância Feliz/Centro	Projeto aprovado, apto à titulação pelo IDURB. Matrícula 019
Vale Dourado	350	Parque dos Ipês	Apto à titulação pelo IDURB. Matrícula 1300
Novo Horizonte	400	Novo Horizonte I	Apto à titulação pelo IDURB. Matrícula 1299
TOTAL DE LOTES	8042		

Fonte: Equipe técnica PMCC. Elaboração: CLC Consultoria

O número de loteamentos particulares cresce a um ritmo bastante elevado no município. Isso pode ser observado na figura 7, que identifica e localiza a Produção Habitacional do Setor Privado.

Figura 7 - Canaã dos Carajás: Produção Habitacional do Setor Privado



2. Atores Institucionais e suas capacidades

No município de Canaã dos Carajás, atores sociais e institucionais têm papel fundamental na política habitacional desenvolvida pelo poder público. Alguns desses atores são:

Tabela 19 - Atores Sociais do município de Canaã dos Carajás

	Associação de Famílias e Moradores sem Residência Própria de Canaã - AFA-MAPROCAN	Luiza da Silva Sousa
	Associação de Moradores da Vila Ouro Verde	
	Liderança de Vila Mozartinópolis	
	Liderança de Vila Feitosa	
	Associação dos Moradores do Bairro Portal do Sol	Marcos
	Associação dos Moradores da Vila Bom Jesus	
	Associação dos Moradores do Bairro Novo Brasil	
	União dos Moradores do Bairro dos Maranhenses	
	Associação de Moradores do Bairro Novo Horizonte	
	Associação de Moradores do Bairro Estância Feliz	Eliel
	Associação dos Moradores da Vila Planalto e Região	
	Associação dos Moradores do Bairro Nova Jerusalém	
Imprensa	Rádio Cidade FM	
	Rádio 101 FM	

	Jornal O Gazeta	
	Jornal O Estado de Carajás	
	TV Serra Sul	
Meio Acadêmico	Diretoria da Estação Conhecimento	
	Universidade Federal do Pará	
Meio Ambiente	ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	
	IBAMA	
	CONAMA	
	CONSEMA	
	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	
Outros	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás	Graça Reis
	Associação Comercial Industrial e Agropastoril de Canaã dos Carajás (ACIAC-CA)	Anderson Reis
	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Vila Feitosa - AS-COPROVIF	
	Associação das Cantinas Comunitárias Parauapebas e Região	
	Associação das Mulheres da Vila Bom Jesus	
	Associação de Apicultura de Canaã dos Carajás	
	Associação de Artesãs e Artesãos Solidários de Canaã dos Carajás	
	Associação de Pastores e Líderes Evangélicos de Canaã dos Carajás	
	Associação de pequenos empreendedores de Canaã dos Carajás	

Associação de Produtores do Vale Bonito

Associação do PA Maria de Lurdes VS-52

Associação dos Idosos, Deficientes, Pensionistas e Aposentados de Parauapebas e Região.

Associação dos Olericultores de Canaã dos Carajás

Associação dos Pequenos Produtores Rurais Bela Vista

Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia - Sol Nascente - AS-TRAN

Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Feitosa

Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Ouro Verde

Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Ouro-VALE VERDE

Associação dos Pequenos Produtores Rurais da VP-21 Bela Vista

Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vs 58 e Região

Associação dos Pequenos Produtores Rurais da VS-58 e VS 53 - Nova União

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale da Serra Grande

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale da Serra Grande - APRO-VASG

Associação dos Pequenos Produtores Rurais Serra Dourada

Associação dos Produtores Rurais da Serra Sul - VALE BONITO

Associação dos Produtores Rurais da Serra Sul Vale Bonito

Associação dos Produtores Rurais de Serra Dourada - APRODUZ

	Associação dos Trabalhadores Rurais Sol Nascente	
	Associação Itakya	
	Associação Mista Canaã dos Carajás - AMCC	
	Associação Mista de Canaã dos Carajás	
	Associação Mista dos Feirantes de Canaã dos Carajás	
	Comissão Pastoral da Terra - CPT	
	Conselho Comunitário Terra para Paz	
	Cooperativa Agropecuária de Canaã dos Carajás - COACCR	
	Cooperativa Agropecuária de Canaã dos Carajás e Região - COOACCR	Valdir
	Cooperativa de Transporte Rodoviário de Canaã dos Carajás	
	Cooperativa Mista de Assentamento Sul e Sudeste do Pará	
	Delegacia Sindical dos Trabalhadores de Saúde Pública do Estado do Pará	
	EMATER	
	Fazendo o Amanhã Melhor	
	IDURB (Instituto que regulariza as Habitações no Município)	
	Jovens Unidos em Busca de Cristo	
Outros	Associação Vale da Benção	Cazuza
	CDI Comunidade	Maria Zilda
	STTR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Pixilinga
	Associação de Moradores Vale do Sossego	Sebastiao Lopes

SINDITAXI	Clécio
Associação dos Mototaxistas	Francisco das Chagas
Associação Santa Vitória	Magno
Associação de moradores Bela Vista	Marinete Pereira
Brigada de emergência	Lindogilson

Fonte: PMCC, 2014

Seis dessas associações foram eleitas em Conferência para compor o Conselho Municipal de Habitação Interesse Social. Esse conselho é paritário, sendo 50% dos membros composto pelo poder público e 50% composto pela sociedade civil organizada (tabela 20).

Tabela 20 - Integrantes do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS)

	Entidades Não Governamentais	Titular	Suplente
1	COOACCR - Cooperativa Agropecuária de Canaã dos Carajás e Região	Valdivino Rodrigues Prado	Mauro Aparecido Fogaça
2	ACIACCA - Associação Comercial Industrial e Agropastoril de Canaã dos Carajás	Wesley Primo	Fabiane Machado de Souza
3	CDI - Comitê para Democratização da Informática	Andréia de Prado Rodrigues	Maria Zilda Oliveira Silva de Lima

4	AFAPROCAN - Associação das Famílias sem Moradia Própria de Canaã dos Carajás	Luiza da Silva Sousa	Arnaldo Cruz Almeida Júnior
5	Brigada de Emergência	Ademar Garcia Leal	Lindon Gilson França Ferreira
6	Associação Vale Verde	Valmir Marques de Oliveira	Rubens Barbosa de Sousa

	Entidades Governamentais	Titular	Suplente
1	IDURB - Instituto de Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás	Liliane Borges Souza	Gleisiane do Nascimento Brito
2	SEFIN - Secretaria de Finanças	José Waine de Amorim	Dilma de Fátima Franco Carvalho
3	SEGESP - Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento	Cícero Ferreira Lima	Mikaela Gonçalves
4	SEMAT - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Luce Jane Nabut de Oliveira	Regina Selma Pereira
5	SEOP - Secretaria de Obras Públicas	Gesiel Gomes Ribeiro	Eliana Helena dos Santos Correa
6	SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social	Rumão Freire Gama	Eliete Natalino Pimentel Pinto

Os representantes de algumas das associações que compõem o CMHIS foram entrevistados e a síntese das entrevistas segue:

- Associação de Famílias e Moradores sem Residência Própria de Canaã - AFAMAPROCAN

A AFAMAPROCAN, representada por Luiza da Silva Sousa, conselheira do CMHIS, afirma que o Conselho Municipal de Habitação deveria se reunir toda semana às segundas e sextas-feiras desde a comprovação do edital. Nas últimas reuniões do Conselho, o principal

tema abordado tem sido o projeto Minha Casa Minha Vida, em fase de cadastro e visitas pelos assistentes sociais. Além desse tema, Luiza afirma que nas reuniões é normal acontecer discussões a respeito do que seria o melhor para a população de Canaã dos Carajás com relação à habitação. Para ela, existe uma boa relação entre o poder Executivo e o Conselho, o que faz com que as situações estejam sempre claras para ambas as partes.

- Comitê para Democratização da Informática - CDI Comunidade

Para Maria Zilda, representante do CDI Comunidade - entidade parceira da Prefeitura Municipal de Canaã - e Conselheira do CMHIS, o Conselho foi criado para suprir uma necessidade e tem atuado principalmente no apoio aos projetos do programa Minha Casa Minha Vida. Recentemente foi responsável por definir e aprovar os critérios do programa Minha Casa Minha Vida. Para ela, o maior problema que o Conselho enfrenta é a assiduidade dos próprios conselheiros nas reuniões ordinárias e extraordinárias. Muitas vezes as reuniões têm que ser remarcaadas por falta de quórum, o que provoca atrasos nas decisões e deliberações. Além disso, ela aponta que a falta de publicidade das atividades do Conselho faz com que a Comunidade não esteja ciente das atividades realizadas por ele, e conseqüentemente reclame da falta de acesso a informações. Maria Zilda enxerga como principal problema habitacional no município de Canaã dos Carajás a questão das invasões. Por ser um problema relativamente antigo, ela entende que o poder público deveria intervir e coibir esse tipo de ocupação.

- Associação Vale Verde

Valmir Oliveira, secretário da Associação Vale Verde e conselheiro do CMHIS, enxerga com otimismo a relação entre o poder Executivo e o Conselho, confirmando a existência de uma relação transparente entre ambos, o que pode trazer bons resultados para a Habitação Social no município. Segundo Valmir, quando os Conselheiros são convocados, a grande maioria procura comparecer às reuniões, sendo que a pauta principal dos últimos encontros tem englobado principalmente o projeto Minha Casa Minha Vida. O foco principal é assegurar a conclusão de cem por cento das visitas às famílias cadastradas no programa para que o benefício realmente beneficie cada uma das famílias

selecionadas. Para Valmir existem dois problemas principais relacionados à habitação no município de Canaã dos Carajás: as invasões e as ocupações em áreas de risco.

3. Condições Institucionais e Administrativas

A política habitacional brasileira está organizada como um sistema nacional, ou seja, há uma divisão de intergovernamental de responsabilidades na área social, onde a União executa políticas de garantias de renda (previdência, compensação de desemprego, etc.), estados e municípios executam as políticas de prestação de serviços. Desta forma, estados e municípios têm papel executor na produção de programas de habitação, bem como no cadastramento das pessoas que serão beneficiárias. Para a implantação de políticas municipais de habitação, é necessária ainda a criação de um fundo específico e de conselho gestor (composto, tanto por membros do poder público quanto da sociedade civil organizada). Essas medidas são justificadas pela necessidade de garantir recursos para a política de habitação, bem como promover a participação e controle social.

Por isso é tão importante para um Plano de Habitação descrever de forma precisa como o município está estruturado para desenvolver a política habitacional. Detalhar qual a capacidade do município para suprir as necessidades habitacionais dos seus cidadãos é fundamental para que organismos financiadores da habitação possam verificar a necessidade de recursos para determinado município, além de sua estrutura técnica para gerir os empreendimentos.

Os municípios são, portanto, atores centrais na política habitacional brasileira, pois têm autoridade para decidir se farão (ou não) programas habitacionais, ao mesmo tempo em que, no Sistema Nacional de Habitação, são eles os entes responsáveis pela gestão da política habitacional em nível local⁶.

A Prefeitura Municipal de Canaã está estruturada da seguinte forma (quadro 2):

⁶ MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA DE HABITAÇÃO. *Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional 2012. p.24*

Quadro 2 - Órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo Municipal de Canaã dos Carajás

Secretaria de Governo - SEGOV

Gabinete do Prefeito

Gabinete do Vice-Prefeito

Procuradoria Geral do Município - PGM

Controladoria Geral Interna do Município - CGIM

Secretaria de Administração - SEMAD

Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN

Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA

Secretaria de Obras e Serviços Públicos - SEMOB

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Produção Rural - SEMPRU

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES

Secretaria Municipal de Transporte – SETTRAN

Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDEC

Secretaria Municipal de Habitação - SEMHAB

Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE

Fundação de Cultura Esporte e Lazer - FUNCEL

Instituto de Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás – IDURB

Fonte: Lei 624 de 13 de fevereiro de 2014

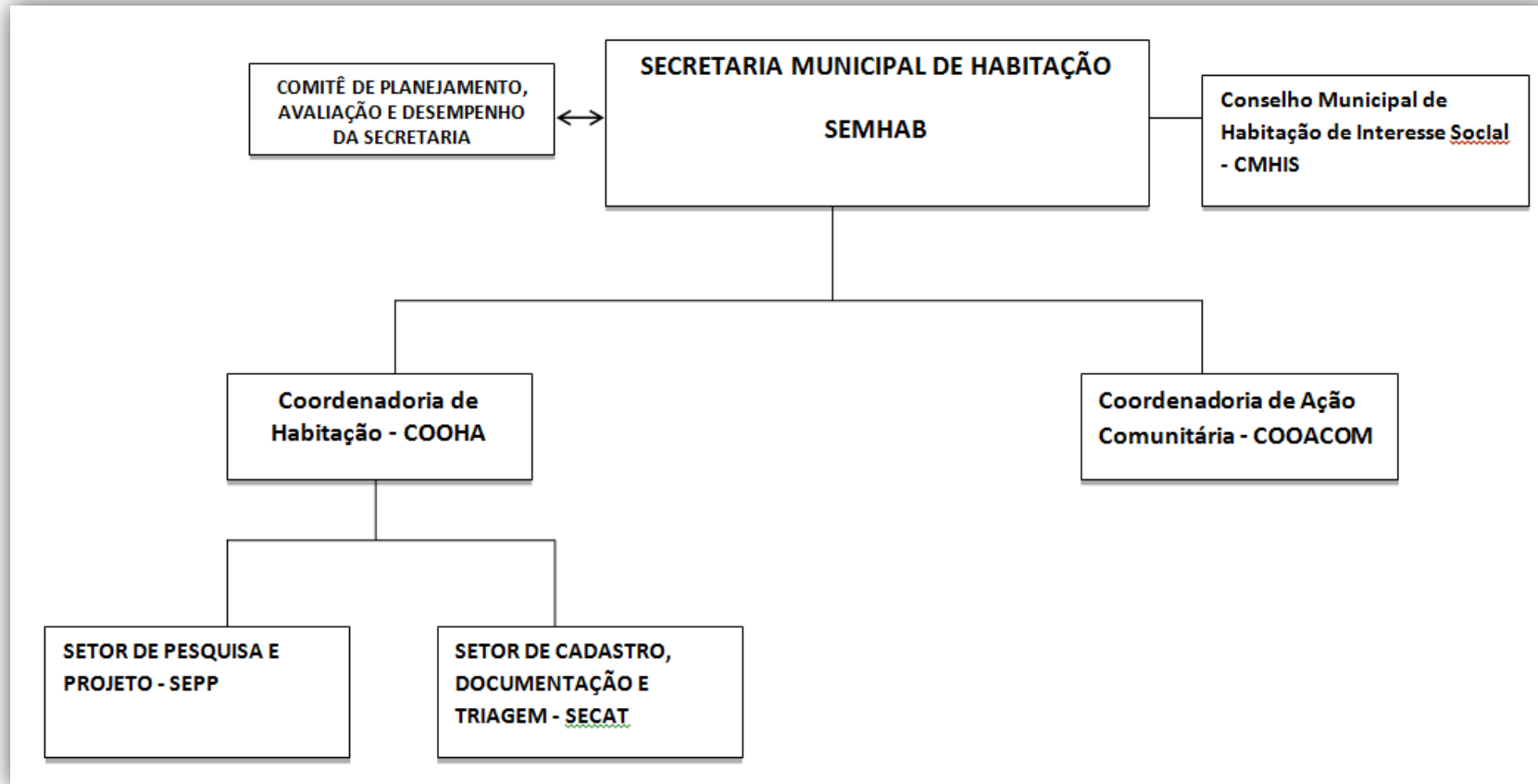
A Prefeitura de Canaã dos Carajás conta hoje com 2346 funcionários. Algumas secretarias estão diretamente ligadas à questão habitacional como, por exemplo, a Secretaria de Obras, a de Desenvolvimento Social, a de Transporte, a de Finanças, a de Planejamento, a de Meio Ambiente, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, e o Instituto de Desenvolvimento Urbano - IDURB. No entanto a Secretaria responsável por organizar e implementar a política habitacional é a Secretaria Municipal de Habitação, instituída em 13 de fevereiro de 2014, cujas atribuições estão definidas no artigo 84 da Lei 624/2014. São elas:

- I- Executar ações, direta ou indiretamente, visando ao desenvolvimento do Município de Canaã dos Carajás;
- II- Planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar e controlar as atividades setoriais a cargo do governo municipal que visem ao desenvolvimento social por meio de ações relativas à habitação;
- III- Subsidiar a formulação de políticas, diretrizes e planos governamentais no que se refere à habitação popular e responder pela sua implementação;
- IV- Compatibilizar programas, projetos e atividades habitacionais municipais com os de nível federal e estadual;
- V- Coordenar, acompanhar e avaliar as ações relativas à habitação popular;
- VI- Promover entendimento e negociações junto ao governo federal e estadual e aos órgãos de fomento e desenvolvimento, visando à captação de recursos destinados à habitação em parceria com a Secretaria Municipal de Planejamento;
- VII- Desenvolver ações que visem ao atendimento da população carente, em termos de habitação, quando em situação de emergência ou calamidade pública;

- VIII- Apoiar as instalações e operacionalização das centrais de produção de artefatos para construção de moradias populares;
- IX- Cooperar com o Programa Municipal de Regularização Fundiária, promovendo o cadastramento das comunidades envolvidas.
- X- Manter relações com as comunidades envolvidas e interessadas na Regularização Fundiária no território geográfico do Município de Canaã dos Carajás.
- XI- Promover, organizar a guarda de documentos, com vistas em manter a integridade física e digital dos processos habitacionais;
- XII- Identificar, cadastrar e selecionar famílias da zona urbana e rural com vistas a serem contempladas com programas habitacionais;
- XIII- Elaborar pareceres, vistorias e ou laudos do acompanhamento social de famílias em situação de moradia de risco;
- XIV- Atender, receber, registrar e encaminhar as correspondências aos órgãos pertinentes;
- XV- Responder pela proposição de alternativas de unidade habitacionais e pela sua comercialização, obedecidas às normas vigentes, proporcionando habitação para a população de média e baixa renda;
- XVI- Articular-se com instituições públicas e privadas e com os demais órgãos da administração municipal que atuam no setor, visando cooperação técnica e a integração de ações que facilitem a consecução dos objetivos da secretaria;

- XVII- Articular-se na concepção de projetos e programas, com empresas e entidades do ramo habitacional com vistas à implementação de técnicas modernas e eficientes e com o objetivo de alcançar melhor produtividade e redução de custos;
- XVIII- Propor normas, rotinas e procedimentos de elaboração, execução, análise e avaliação de concessões e transferências de terrenos e de unidades habitacionais;
- XIX- Administrar e prestar contas dos recursos financeiros dos Fundos Municipais vinculados à Secretaria segundo o Plano de Aplicação aprovado pelos respectivos Conselhos Municipais e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XX- Fornecer subsídios para o funcionamento dos respectivos Conselhos vinculados à Secretaria;
- XXI- Organizar, designar, instaurar o Comitê de Planejamento, Avaliação e Desempenho da Secretaria, conforme artigo 93 desta Lei.
- XXII- Dar cumprimento a outras atribuições atinentes a sua área de competência, que lhes venham a ser determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal.

Figura 8 – Estrutura Interna SEMHAB



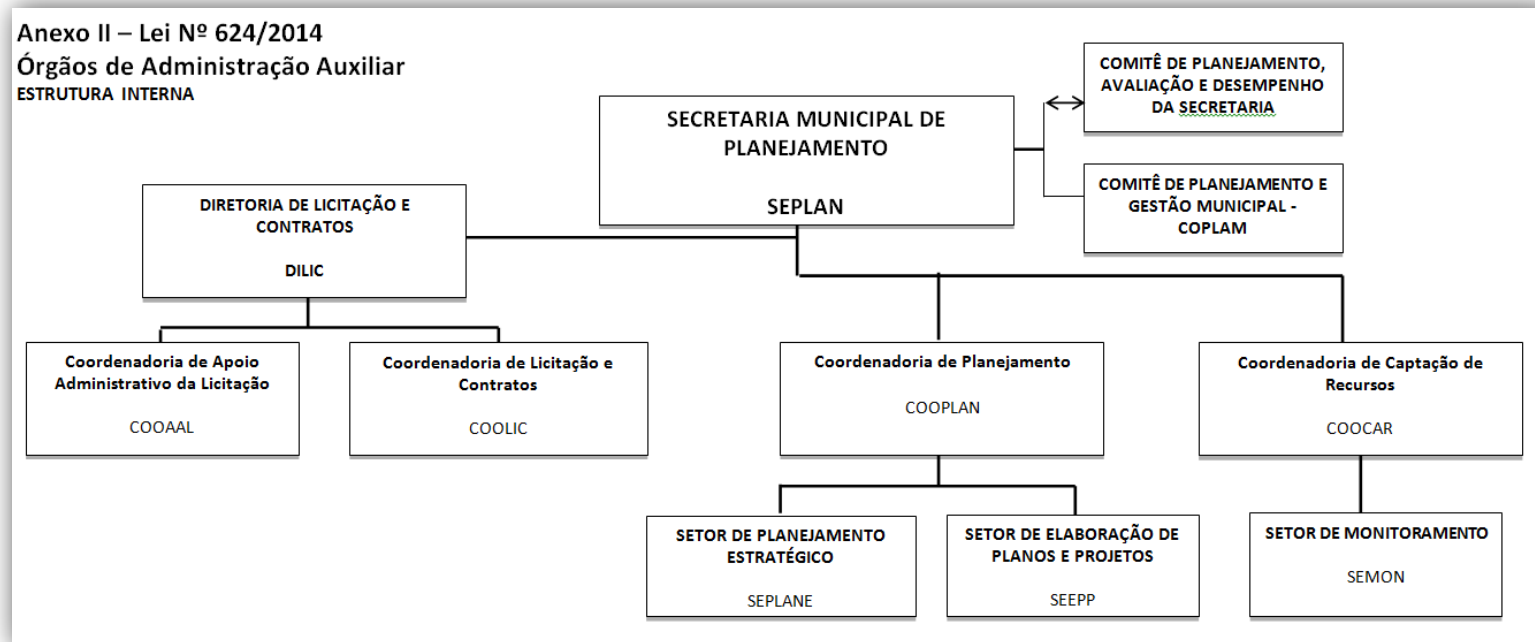
A Secretaria Municipal de Habitação conta hoje com vinte servidores em cargos diversos. Dentre eles podemos citar assistentes sociais, agentes de serviços administrativos, agentes de serviços gerais e sociólogos. Esses servidores estão distribuídos em: Comitê de Planejam-

to, Avaliação e Desempenho da Secretaria, Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, Coordenadorias de Habitação – COOHA – e de Ação Comunitária – COOACOM e Setores de Pesquisa e Projeto e de Cadastro, Documentação e Triagem – SECAT.

Os outros órgãos e secretarias que possuem relação direta com a questão habitacional possuem atribuições que complementam a atividade da Secretaria de Habitação. São eles:

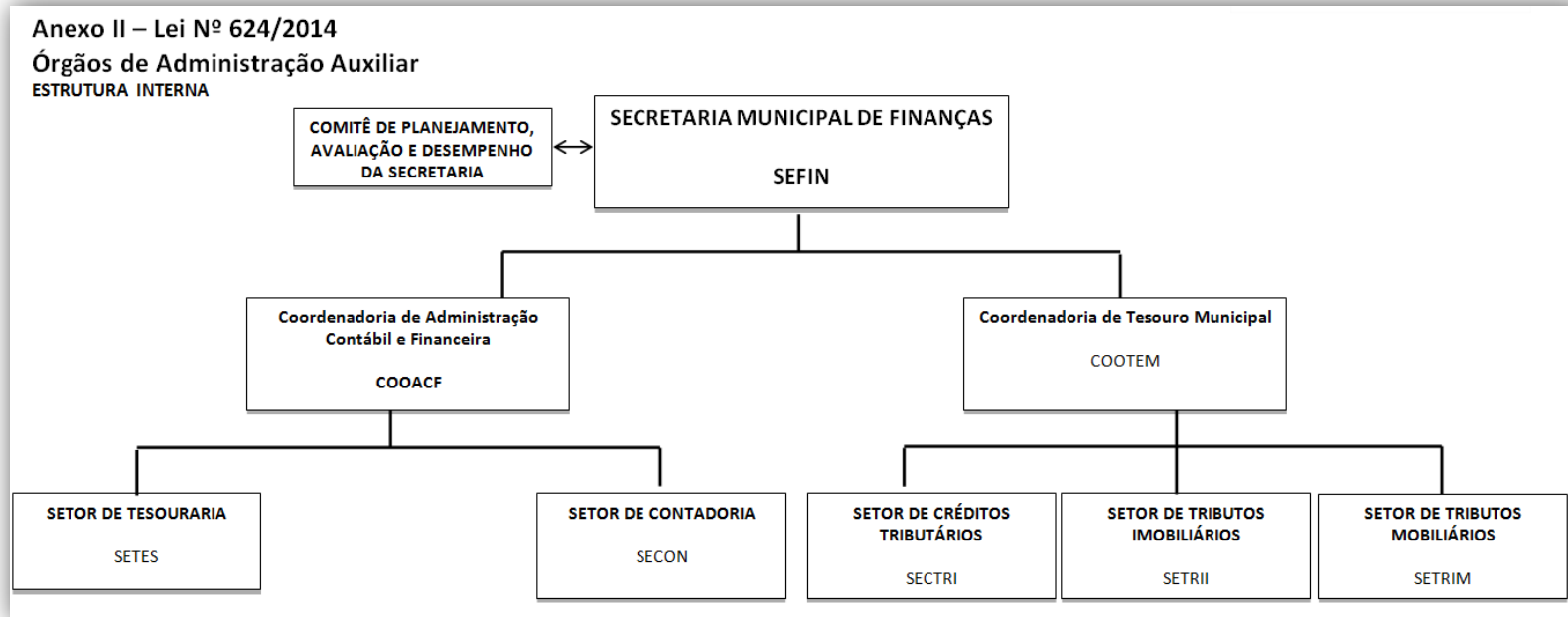
- SEPLAN – Órgão do governo responsável pelo planejamento geral de obras e serviços do município. A Secretaria Municipal de Planejamento é responsável pela elaboração das peças orçamentárias definidas por lei e que descrevem todos os programas e ações que o município executará durante o mandato do gestor. No caso de Canaã dos Carajás é a secretaria responsável pela elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social

Figura 9 - Estrutura Interna SEPLAN



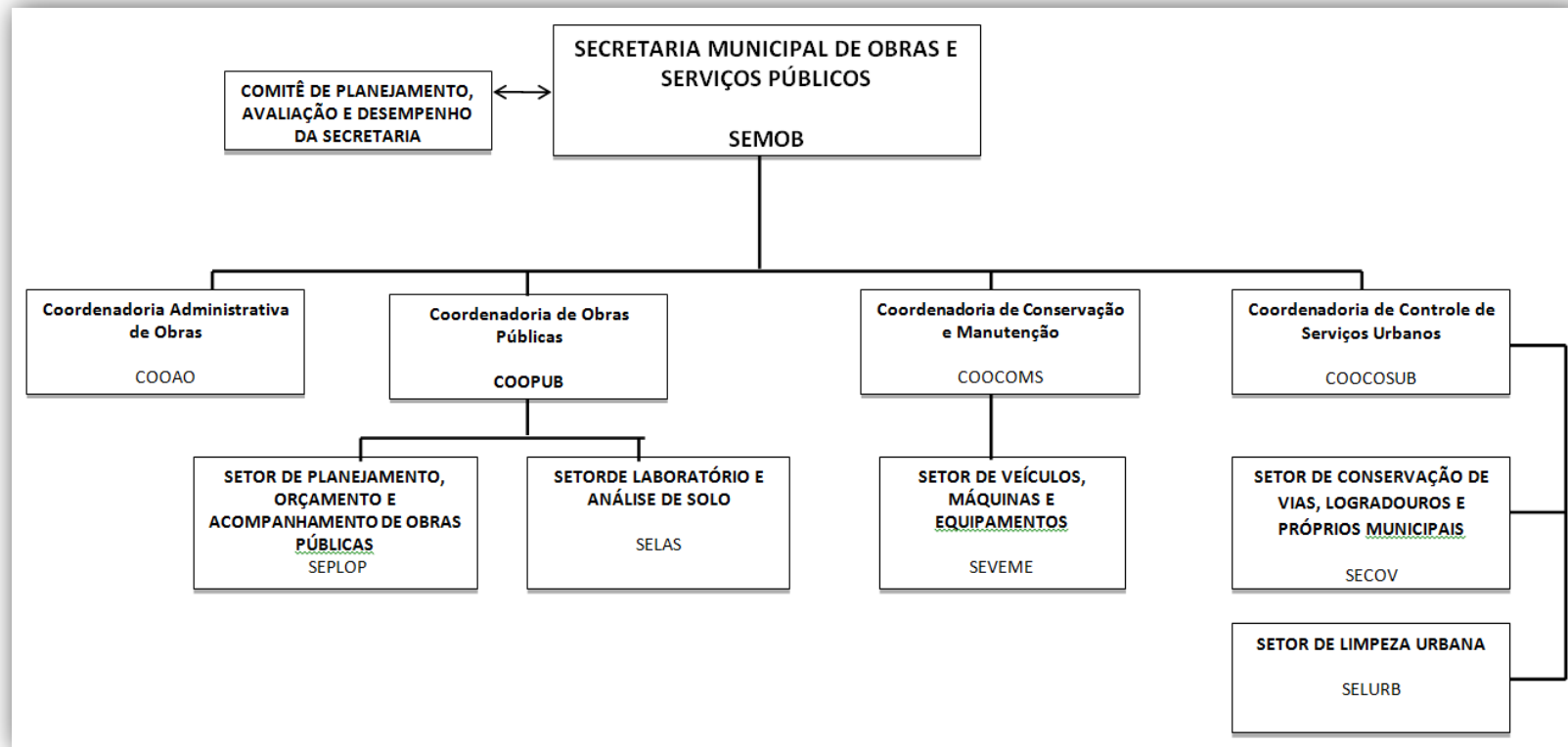
- SEFIN – Toda obra ou projeto precisa de recursos financeiros para acontecer. A Secretaria de Finanças é responsável pela organização do pagamento de todas as obras e convênios do município, incluindo obras e serviços inerentes à habitação.

Figura 10 - Estrutura Interna SEFIN



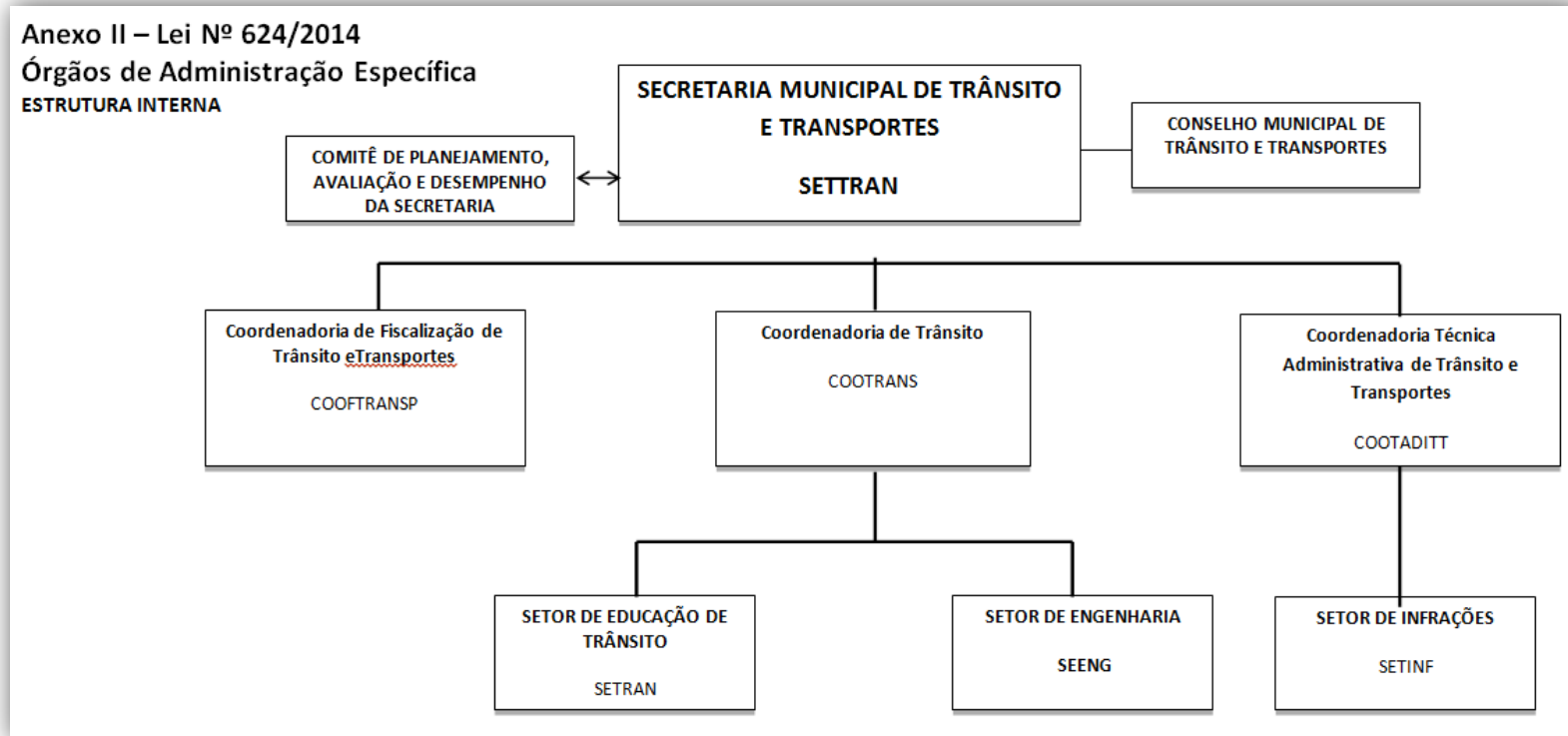
- SEMOB – A Secretaria Municipal de Obras Públicas tem como atribuição executar obras de infraestrutura que melhorem a qualidade de vida da população. EM relação à habitação ela atua na execução de obras de infraestrutura e construção de equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, praças etc.

Figura 11 - Estrutura Interna SEMOB



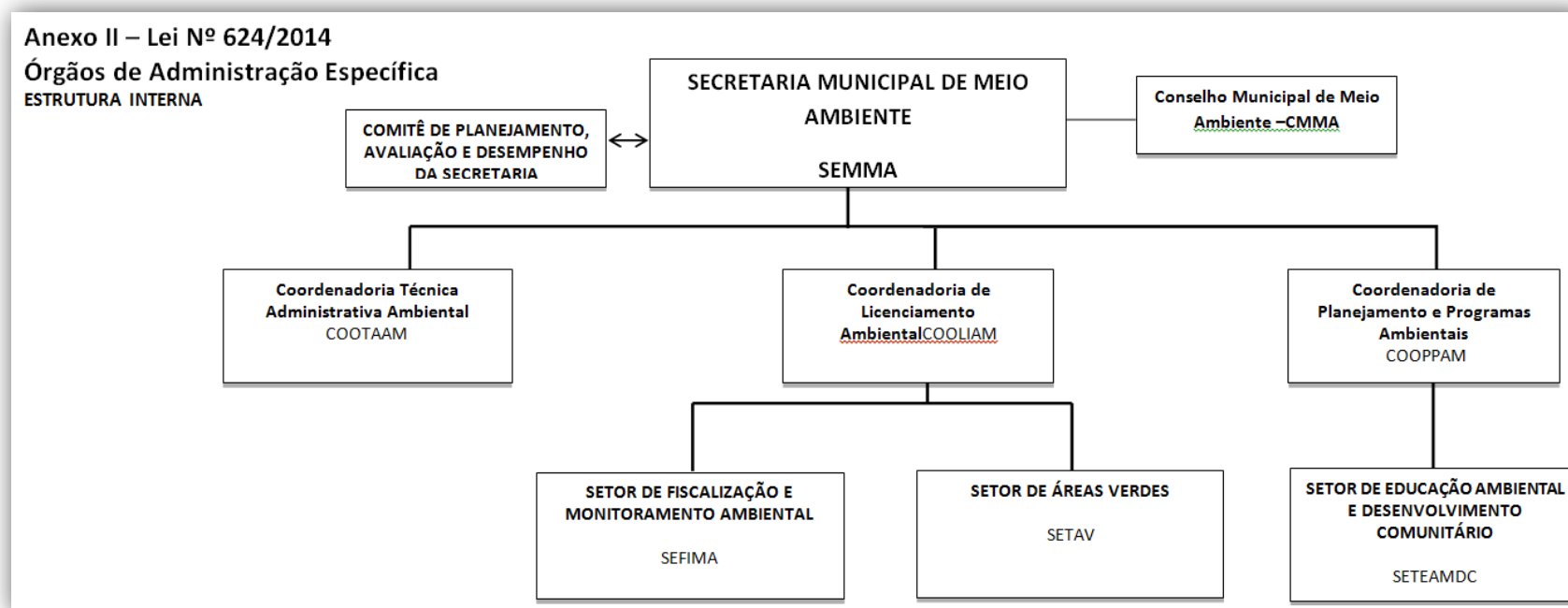
- SETTRAN – Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte tem como finalidade organizar o trânsito do município, bem como o transporte público. Ele é o responsável por definir linhas de atuação das empresas de ônibus/vans do município de forma a atender a população que usa esses transportes.

Figura 12 - Estrutura Interna SETTRAN



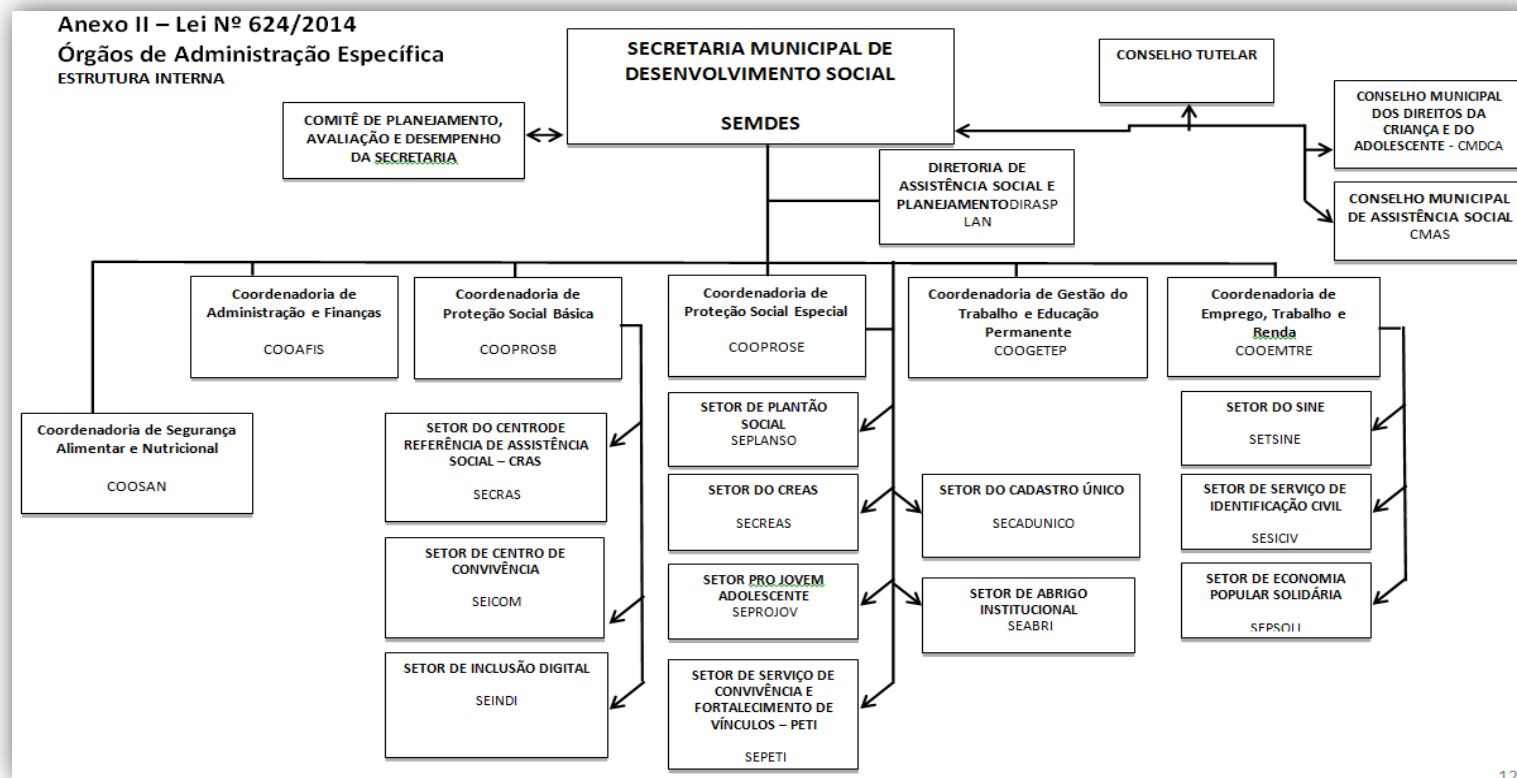
SEMMA – A Secretaria de Meio Ambiente é fundamental na implantação de novos programas habitacionais e loteamentos, pois é a responsável pela fiscalização das áreas de proteção ambiental e proteção permanente. A SEMMA impede a ocupação destas áreas para fins de habitação.

Figura 13 - Estrutura Interna SEMMA



SEMDES – A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social atua como interlocutora no processo de qualificação de mão de obra local, através de cursos profissionalizantes para capacitação ao mercado de trabalho. Além disso, é responsável pelos programas sociais que devem acompanhar a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.

Figura 14 - Estrutura Interna SEMDES



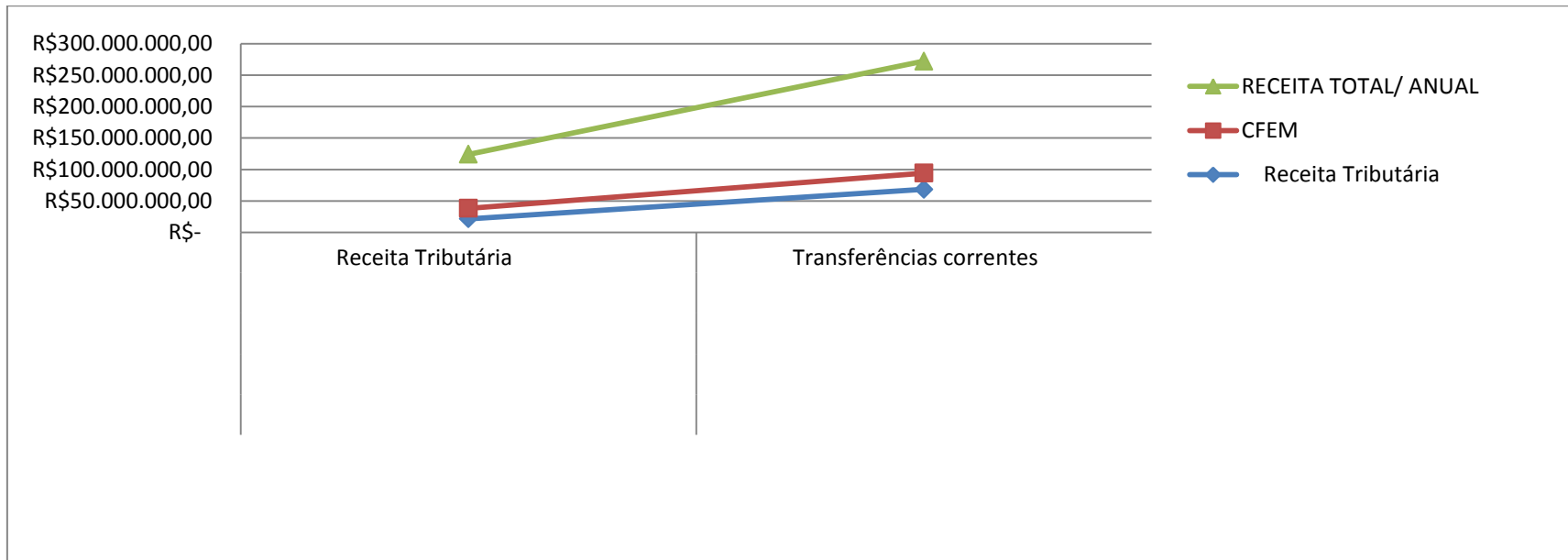
- SAAE – Autarquia do município responsável por todo o sistema de distribuição de água e pelo serviço de esgoto do município. O SAAE é o gestor do sistema de abastecimento de água de todos os programas habitacionais implantados e em implantação de Canaã dos Carajás.
- IDURB – O Instituto de Desenvolvimento Urbano é o responsável pela regularização fundiária de todo o território de Canaã dos Carajás. É o responsável pela aprovação dos loteamentos privados e públicos, expedindo licença de operação e documento comprobatório de regularidade.

3.1. Capacidade de investimento em habitação da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás

De acordo com dados da PMCC, a receita orçamentária de Canaã dos Carajás cresceu 107,43% no período de 2010 a 2013. Já a receita própria cresceu 209% no mesmo período. Isso mostra um aumento na capacidade de investimento do município.

Canaã dos Carajás está entre os dez municípios com melhor PIB per capita do Pará. Sua receita total cresceu consideravelmente no período 2010-2013, motivada, entre outros, pelo aumento da CFEM (compensação financeira pela exploração de recursos minerais). Todos os investimentos feitos em habitação até o momento foram financiados com recursos do Governo Federal. A partir de 2015, com a criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, é que o município disporá de recurso específico para habitação.

Gráfico 8 - Evolução da Receita



3.2. Históricos dos programas habitacionais

A Prefeitura de Canaã dos Carajás já desenvolveu alguns projetos de habitação em parceria com o Governo Federal (tabela 21 e gráfico 9). Pelo Programa Minha Casa Minha Vida, dois projetos foram desenvolvidos e estão em fase final de implantação. Trata-se da construção de 933 Unidades Habitacionais do tipo casa denominado Residencial Canaã, que irá beneficiar em torno de 3.732 pessoas, e das 60 unidades habitacionais que estão em fase de construção e que atenderão aproximadamente 240 pessoas. Essas últimas unidades, tipo casa, estão distribuídas pelos bairros Maranhense, Novo Horizonte e Paraíso das Águas. Outro programa implantado pela Prefeitura de Canaã com recur-

os do Governo Federal é o Programa de Habitação de Interesse Social. Este previu a construção de 27 unidades habitacionais (casas), no entanto, apenas 16 foram entregues, beneficiando aproximadamente 64 pessoas no Bairro Novo Brasil.

Gráfico 9- Canaã dos Carajás: Produção Habitacional do Setor Público e número de pessoas beneficiadas

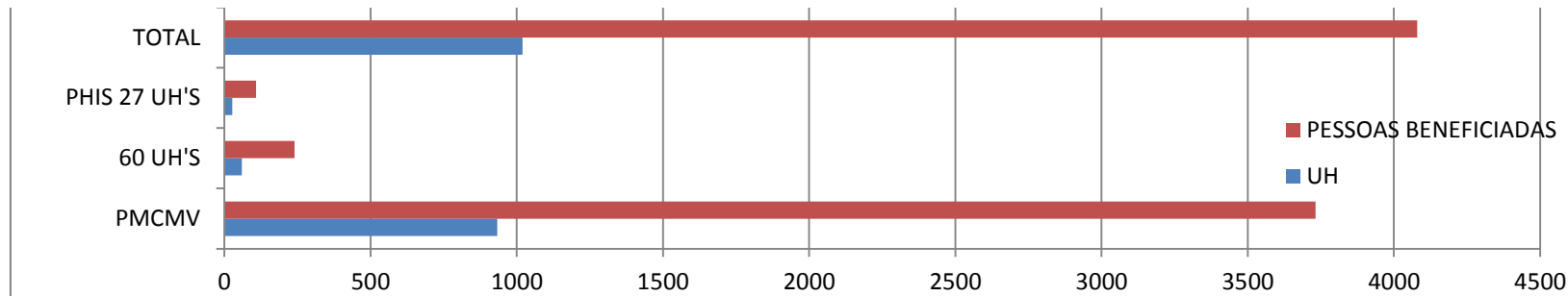


Tabela 21 - Canaã dos Carajás: Produção Habitacional Setor Público

Programa	Quantidade de UH's	Pessoas Beneficiadas
PMCMV	933	3732
60 UH's	60	240
PHIS 27 UH's	27	108
TOTAL	1020	4080

Fonte: PMCC

3.3. Recursos físicos e tecnológicos – sistemas e fontes de informação.

De acordo com a PMCC, o sistema de Gestão Pública utilizado pelo executivo municipal é o ASPEC, que é um sistema de desenvolvido por empresa de mesmo nome, que permite aos municípios administrar tarefas operacionais sempre em consonância com a legislação vigente. Esse sistema é o mais utilizado por grande parte das prefeituras da região em que se encontra Canaã dos Carajás.

3.4. Participação e controle social.

Em 2009 foi criado, através da Lei 206/2009, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS. Já o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social teve sua criação datada de fevereiro de 2014. Tais instrumentos são condicionantes para adesão ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social FNHIS

O CMHIS, conforme já descrito anteriormente por alguns dos seus conselheiros, se reúne periodicamente e o principal assunto de pauta tem sido o programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida. O referido Conselho foi responsável pela aprovação da Proposta Metodológica deste PLHIS no dia 28 de novembro de 2013. Enquanto isso, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, instituído pela Lei nº 624/2014, uma vez que foi sancionada no ano de 2014, somente contará com recursos previstos em orçamento no ano de 2015.

4. Marcos Legais e Regulatórios

A política habitacional no Município de Canaã dos Carajás tem marco regulatório embasado tanto na legislação federal vigente quanto na estadual, que dialogam diretamente com a Política de Desenvolvimento Urbano do Município.

Esse documento discorre sobre a legislação incidente nas questões habitacionais, partindo das normas constitucionais até as normas locais, listando-se os respectivos instrumentos jurídicos aplicáveis à política de habitação de interesse social.

4.1. Legislação Federal

A elaboração e implementação da Política Habitacional de Interesse Social tem como base a legislação vigente e regulamentação correlata, tendo como fundamento a Constituição Federal, na qual estão definidos os princípios e as normas fundamentais da organização do Estado e da sociedade civil, expressando a correlação das forças dos entes do tecido social.

O conjunto de leis que regula a matéria urbanística e habitacional tem forças jurídicas vinculantes desde que, quando elaboradas, estejam de acordo com a Constituição Federal.

A Habitação de Interesse Social é assunto prioritário em todas as instâncias de governo. Para tanto, foi instituído um sistema que envolve todos os segmentos: financeiro, jurídico, social e ambiental.

4.1.1. Constituição Federal da República

Conforme o artigo 5º, incisos XXII e XXIII, o direito à propriedade, por ser um dos direitos fundamentais do cidadão, é dever do Estado. É importante destacar que junto à propriedade está sua função social. Por meio da Emenda Constitucional 26, foi incluído o direito a moradia como direito social fundamental, harmônico ao princípio da dignidade humana inserido no inciso III do artigo 1º do Estatuto Fundamental – CF 1988.

O título VII da Constituição que trata da “Ordem Econômica e Financeira” volta a abordar a questão da Política Urbana em seu Capítulo II, denominado “Da Política Urbana” e abrange dois artigos. O primeiro, o artigo 182, em seu parágrafo primeiro torna o Plano Diretor obrigatório, enquanto que no artigo 183 é apresentada a possibilidade de adquirir para si a área urbana, de até duzentos e cinquenta metros quadrados, utilizada como moradia, desde que já ocupada por cinco anos ininterruptamente, sendo que no parágrafo terceiro do mesmo artigo esclarece que não poderão ser adquiridos por usucapião os imóveis públicos.

Como princípio da Carta Magna, as políticas públicas devem estar em harmonia com o meio ambiente, que nos termos do art. 225 da Constituição Federal devem ser preservados e defendidos pelo poder público e pela coletividade.

Esta configuração hierárquica da ordem jurídico-constitucional convive com o princípio da repartição de competências. Em princípio, a União legisla em assuntos de interesse geral, os Estados em assuntos regionais e os Municípios no interesse local, portanto, no art. 25 da Constituição Federal estabelece-se que cabe ao Estado legislar onde suas competências não forem vetadas. Já o art. 182 determina que a política de desenvolvimento urbano seja executada pelo Poder Público Local, estabelecendo a obrigatoriedade do Plano Diretor em cidades com mais de vinte mil habitantes, conceituando-o como “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”.

4.1.2. Estatuto das Cidades

O Fundamento Legal do Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 10.257/01 e que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição, estabelece as diretrizes gerais da política urbana, com normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O Estatuto da Cidade, no seu art. 2º, adota como diretrizes gerais da política urbana, dentre outras, o planejamento urbano-ambiental, a gestão pública democrática com participação democrática, a sustentabilidade urbana, a cooperação público-privada na urbanização de interesse social e a ordenação do solo urbano, de forma a evitar a utilização inadequada dos imóveis, prevendo a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, levando em consideração a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

O Estatuto traz no art. 4º, um rol de instrumentos jurídicos e urbanísticos que devem ser utilizados no desenvolvimento urbano pelo Município.

4.1.3. Parcelamento de Solo – Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979

Denomina-se loteamento o projeto de parcelamento que implica na criação de lotes, bem como de traçado viário. Entretanto, se a criação das novas propriedades aproveitar o traçado viário existente, denominar-se-á desmembramento. Portanto, todo o parcelamento do solo para fins urbanos é definido de acordo com a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. De acordo com o art. 2º da mesma lei, o parcelamento do solo pode ser feito de duas maneiras: como loteamento, que além da divisão em lotes, inclui a feitura de novas vias de circulação ou modificação das já existentes; ou como desmembramento, que, na divisão em lotes, aproveita a malha viária já existente, sem construção de

novas vias de circulação. Ainda no mesmo artigo, estabelece-se o conceito de lote como “terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em se se situe”.

Nos loteamentos em ZEIS (AEIS, como são denominadas em Canaã dos Carajás), a urbanização poderá ser progressiva. Em seu art. 4º, inciso II, consta que nos projetos de habitação de interesse social os lotes poderão ter padrões diferenciados, se aprovados pela municipalidade.

4.1.4. Política Nacional de Habitação

4.1.4.1. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

A Lei nº. 11.124, de 16 de junho de 2005, cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), promove a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

A partir dessa Lei, para pleitear recursos federais com foco na área de Habitação de Interesse Social, todas as unidades federativas do Brasil devem firmar o Termo de Adesão ao SNHIS, submetendo-se às normas do Sistema, criando um Fundo Habitacional Local de Interesse Social, um Conselho Gestor desse Fundo e elaborar um Plano Local de Habitação de Interesse Social, além do relatório de gestão, para controle do Governo Federal.

4.1.4.2. Lei Federal nº. 11.977 – Minha Casa, Minha Vida.

A Lei Federal nº. 11.977, de 7 de julho de 2009 dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, que objetiva a criação de mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até dez salários mínimos, e que preencham os requisitos das políticas estaduais e municipais de prioridade de atendimento habitacional, específicas para cada localidade.

O plano compreende o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), que visa o atendimento de famílias com renda de até seis salários mínimos que manifestem o desejo tanto de adquirir novas unidades como a requalificação de uma já existente; o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que tem como finalidade subsidiar a produção ou aquisição de trabalhadores rurais; a autorização para a União transferir recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) até o limite de R\$ 14.000.000.000,00 (quatorze bilhões de reais) e ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); a autorização para a União conceder subvenção econômica tendo em vista a implementação do MCMV em municípios com população de até 50.000 habitantes, no montante de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para atendimento a beneficiários com renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos, por meio de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil ou de agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação – SFH; a autorização para a União participar do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), até o limite de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), a fim de garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos e assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel para mutuários com renda familiar mensal de até dez salários mínimos; e a autorização para a União conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular.

A Lei traz ainda, no capítulo III, disposições sobre regularização fundiária de assentamentos urbanos que, segundo a Lei, consiste em um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes. O art. 47 define área urbana consolidada como a parcela de área urbana com densidade demográfica superior a 50 habitantes por hectare e malha viária implantada e que tenha, no mínimo, dois dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados: drenagem de águas pluviais urbanas, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, distribuição de energia elétrica ou limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

O mesmo artigo define Regularização Fundiária de Interesse Social como regularização fundiária de assentamentos irregulares ocupados, predominantemente, por população de baixa renda nos casos: a) em que tenham sido preenchidos os requisitos para usucapião ou concessão de uso especial para fins de moradia; b) de imóveis situados em ZEIS; ou c) de áreas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios declaradas de interesse para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social;

Segundo a Lei, a regularização fundiária pode ser promovida tanto pelo Poder Público quanto por seus próprios beneficiários, por cooperativas, associações, fundações e organizações sociais. A legitimação da posse devidamente registrada favorece o detentor da posse direta para fins de moradia que pode ser cedida aos moradores, desde que: não sejam concessionários, foreiros ou proprietários de outro imóvel urbano ou rural; não sejam beneficiários de legitimação de posse concedida anteriormente; e a área total do lote não seja superior a 250m².

4.1.4.3. Lei nº 11.888, de 2008.

O Estatuto das Cidades cria a Lei nº. 11.888, que dispõe sobre a Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social, que assegura às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita ao projeto e a construção de habitação de interesse social. A Lei 11.888 instaura uma nova dimensão cultural no processo de urbanização das cidades brasileiras, que é a busca por qualidade no espaço construído.

A Lei da Assistência Técnica tem como objetivo a ampliação e a democratização do mercado de trabalho profissional de arquitetos, engenheiros e profissionais afins, e também o desenvolvimento de novas políticas de ocupação e gestão do território, que devem priorizar a inclusão social nas estruturas urbanas existentes, além da conservação ambiental.

A Lei dá início a uma fase de direito à habitação de qualidade para as populações mais pobres e abre uma oportunidade de inclusão para profissionais dessa área. Assim, a assustadora informalidade de mais de 60% das edificações deverá diminuir. Espera-se que o Brasil tenha uma mudança significativa da paisagem e do padrão de urbanização de nossas cidades.

Ainda sem execução, a Lei necessita de regulamentação em todas as unidades federativas, embora exista verba disponível no Ministério das Cidades para sua execução.

4.2. Legislação Estadual

A base normativa do Estado do Pará referente ao setor habitacional esta alicerçada na Constituição Federal e no Sistema Nacional de Habitação. Os municípios contam com poucos investimentos do estado em Habitação, ficando a região metropolitana, com maior investimento.

4.2.1. Constituição Estadual

4.2.1.1. Lei N° 12.801, de 15 de Janeiro de 2008

Essa Lei autoriza o Poder Executivo a adotar medidas visando à participação do Estado no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Conselho Estadual de Habitação - CEH, institui o Fundo Paraense de Habitação de Interesse Social - FPHIS e o Fundo Garantidor Habitacional - FGH, além de e dar providências correlatas.

4.3. Legislação Municipal

A legislação municipal relativa ao setor habitacional está vinculada diretamente à legislação urbanística, constituindo um conjunto de regras que tem como marco orientador a legislação federal.

4.3.1. Lei Orgânica

O Capítulo III da Lei Orgânica do Município, estabelece em seu art. 173 e parágrafo único, como se dará a execução da política urbana associada aos programas habitacionais:

Art. 173. Para assegurar as funções sociais da cidade, o Poder Executivo deverá utilizar os instrumentos jurídicos, tributários, financeiros e de controle urbanístico existente a disposição do Município, incluindo, obrigatoriamente, nos seus orçamentos anuais e plurianuais, verbas específicas destinadas a etapas de um programa de construção de moradias populares.

Parágrafo Único – O Município promoverá, em consequência com uma política urbana e respeitadas as disposições do Plano Diretor, programas de habitação populares destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do Município.

A administração municipal se organizou de maneira a cumprir a determinação legal, partindo do princípio determinado pela política nacional e a Lei Orgânica do Município.

4.3.2. Lei Plano Diretor

A análise do arcabouço legal do município, instituído desde a sua criação até o ano 2014, permite inferir que houve, em um primeiro momento, a preocupação em dotar o município de um conjunto de leis que definissem a infraestrutura e instituições. No que concerne ao urbano, o processo se deu principalmente a partir da doação de terrenos às instituições (SEDUC, IBAMA, empresas de engenharia etc). Concomitantemente, houve a preocupação em ampliar a área urbana do município a partir da aquisição de terrenos em áreas localizadas em meio rural, adquiridos mediante pagamento aos proprietários privados desses terrenos.

O Plano Diretor no Capítulo II, seção I art. 8º regulamenta as AEIS, que são destinados à Habitação de Interesse Social conforme transcrito abaixo:

XI – Ambiente Especial de Interesse Social I (Aeis I) – constitui-se de áreas destinadas primordialmente à implantação de projetos habitacionais destinados à população de baixa renda, visando minimizar o déficit habitacional e a alocação de famílias oriundas de requalificação urbana em áreas degradadas ou impróprias para habitação, delimitado no Mapa Temático nº 21, integrante da presente Lei;

XII – **Ambiente Especial de Interesse Social II (Aeis II)** – constitui-se de áreas habitadas por população de baixa renda, destinadas à requalificação urbana e habitacional, visando à melhoria da qualidade de vida e acesso aos serviços públicos, delimitado no Mapa Temático nº 22, integrante da presente Lei;

Dando sequência à política de habitação, o Plano diretor regulamenta a Habitação de Interesse Social. No capítulo 5 – Articulação da Política de Ordenamento Territorial com Políticas Setoriais – seção I, discorre sobre Habitação Popular:

Artigo 431. A política municipal de habitação tem como objetivo permitir o acesso à moradia, bem como melhorar as condições de habitabilidade da população de baixa renda, atendendo às seguintes diretrizes:

I – regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais precários e de baixa renda;

II – priorização da remoção de unidades residenciais dos núcleos habitacionais que estejam em condições de risco ou que interfiram na implantação de obras públicas, garantindo a relocação em melhores condições de habitabilidade e a recuperação ambiental da área;

III – estímulo a formas de participação efetiva da comunidade e suas entidades representativas no estudo, encaminhamento e solução dos programas habitacionais, instituindo inclusive o Conselho Municipal da Habitação (CMH), cuja formatação será apresentada pelo órgão municipal competente;

IV – promoção da participação da população beneficiada pelos programas habitacionais no gerenciamento e administração dos recursos, por meio de autogestão e cogestão;

V – promoção do acesso à terra para produção de moradia para a população de baixa renda, conforme diretrizes estabelecidas pelos Ambientes Especiais de Interesse Social (Aeis), ou ainda pela utilização adequada das áreas ociosas e da aplicação dos instrumentos previstos nesta Lei;

VI – integração do município em ações de política habitacional regional;

VII – oferecimento de suporte técnico e construtivo à autoconstrução;

VIII – Criação do Fundo Municipal da Habitação (FMH), o qual deverá ser gerenciado pelo Poder Público, e do Conselho Municipal de Habitação (CMH), indicado no inciso III deste artigo.

A Lei do Plano Diretor do Município foi revisada em 2012, e as alterações que se destacam com relação à Habitação de Interesse Social se encontram no **Art. 10** – que reescreve o artigo 56 da Lei nº 162, de 15 de novembro de 2007 passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 56. Nos loteamentos tipo “B”, caracterizados como populares deverão ser atendidas as disposições constantes desta Lei, da Lei Estadual e da Lei Federal, devendo ainda possuir área mínima de 200 (duzentos) metros quadrados, devendo, ainda, ser executadas todas as obras de infraestrutura dos projetos relacionados no art. 51.

4.3.3. Lei nº 225/2009

Essa lei cria o Instituto de Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás – IDURB, autarquia municipal que norteia a política de habitação do município. Essa lei também cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Departamento e a divisão de

projetos habitacionais. Portanto, a política de habitação no município está organizada e é autônoma, cumprindo as diretrizes da política nacional.

No artigo 4º e inciso II ao VI a lei determina ao IDURB que:

Art. 4º. Para a consecução de seus fins, o Instituto de Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás - IDURB poderá:

II – estudar, planejar e adotar os procedimentos necessários à execução dos projetos de habitação popular e de interesse social;

III – promover a construção de unidades habitacionais e adotar os procedimentos para a sua concessão, ou alienação;

IV – realizar parcelamentos e loteamentos urbanos, priorizando a população de baixa renda;

V – intermediar financiamento para construção e reforma de unidades habitacionais, para a população;

VI – fomentar e auxiliar a criação de cooperativas habitacionais, sem fins lucrativos, para construção da casa própria, para população de baixa renda.

4.3.4. Lei nº 206/ 2009

Com a implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, o município instituiu a Lei 226/2009, na qual institui a política municipal de habitação, o Fundo de Habitação de Interesse Social e o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e ainda institui o sistema Municipal de Informações, como é possível visualizar logo no primeiro artigo:

Art. 1º - Esta Lei estabelece as diretrizes e normas da Política Municipal de Habitação – **PMH**, cria o Conselho Municipal de Interesse Social – **CMHIS**, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – **FMHIS**, regula as formas de acesso à moradia e institui o Sistema Municipal de Informações Habitacionais – **SMIH**.

Mesmo com todo o aparato legal para a execução das políticas habitacionais, o Município não aderiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social lançado pelo Governo Federal por meio do Ministério das Cidades em 2007.

Em 2012 o município assinou o Termo de Adesão. Nesse documento, o município manifesta a intenção de participar do SNHIS, comprometendo-se a elaborar leis através do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, que compreende a Lei de Criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social. Ainda como requisito à adesão, o Município se compromete em elaborar o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS.

4.3.5. Lei nº 233/2010

Com o advento da política nacional Minha Casa, Minha Vida, o município instituiu uma lei municipal que autoriza o executivo municipal a desenvolver ações para implementar o programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) estabelecido pela Lei Federal nº11.977/2009.

É importante ressaltar que a Lei prioriza regulamenta os usuários do programa Minha Casa Minha Vida, como pode se ver no artigo 5º:

Art. 5º - Só poderão ser beneficiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, pessoas ou famílias devidamente cadastradas no CADÚNICO e que atendam ao estabelecido no referido programa;

4.3.6. Lei nº 624 /2014

Em 2014 o Município institui a Secretaria Municipal de Habitação com a missão de ampliar e melhor o atendimento, sobretudo ao público alvo do Minha Casa Minha Vida de 0 a 3 salários mínimos. A nova pasta deverá cuidar especialmente da Habitação de Interesse Social em conjunto com o Conselho, cujos membros foram nomeados por meio do Decreto nº660 de 22 de abril de 2013.

5. Oferta Habitacional

Neste item será feita uma abordagem do que já foi produzido em termos de unidade habitacional no município de Canaã dos Carajás, em termos quantitativos, considerando também a provisão de infraestrutura por parte do poder público municipal. Em todo o Brasil, a comunidade tem demandado acesso à moradia de interesse social e acesso aos equipamentos públicos, em especial creches, escolas, postos de saúde e equipamentos de geração de emprego e renda, buscando realizar, desta forma, o direito à cidade e à moradia digna. Neste sentido, faz-se um resgate do conceito de moradia digna:

“...é aquela localizada em terra urbanizada, com a situação de propriedade regular e com acesso a todos os serviços públicos essenciais por parte da população (transporte coletivo, água, esgoto,

luz, coleta de lixo, telefone e pavimentação) e servidas por equipamentos sociais básicos de educação, saúde, segurança, cultura e lazer”.⁷

5.1. Caracterização da estrutura urbana de Canaã dos Carajás

O Plano Nacional de Habitação classifica o município de Canaã dos Carajás como K, ou seja, pequenas cidades em espaços rurais pobres, com alto dinamismo.

O município dispõe dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos. Eles são de responsabilidade, segundo informações contidas no Plano de Saneamento do município, da empresa White. Ainda segundo esse Plano, essa coleta cobre todos os bairros da sede e das vilas rurais. Na sede, os resíduos são coletados diariamente, exceto aos domingos, já na zona rural em todas as vilas, a coleta ocorre uma vez por semana às quintas-feiras.

Originalmente em Canaã dos Carajás, o abastecimento de água era realizado através de poços artesianos. Atualmente o sistema é gerido pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Canaã dos Carajás, e engloba a captação, o tratamento, o armazenamento e a distribuição da água. Em relação à população urbana de 2010 (IBGE), o índice de atendimento urbano de água é de 87,72% de todo o município.

O “Diagnóstico Integrado da Socioeconomia do Sudeste do Pará” elaborado pela empresa Diagonal em 2006, afirma que em relação ao esgotamento sanitário, Canaã dos Carajás atendia à época apenas 23% de sua população com tal serviço. Essa porcentagem aumentou ao

⁷ Política e Plano Nacional de Habitação apresentado em Porto Alegre no Seminário de Análise do Diagnóstico e produto das Oficinas Regionais. Março 2008

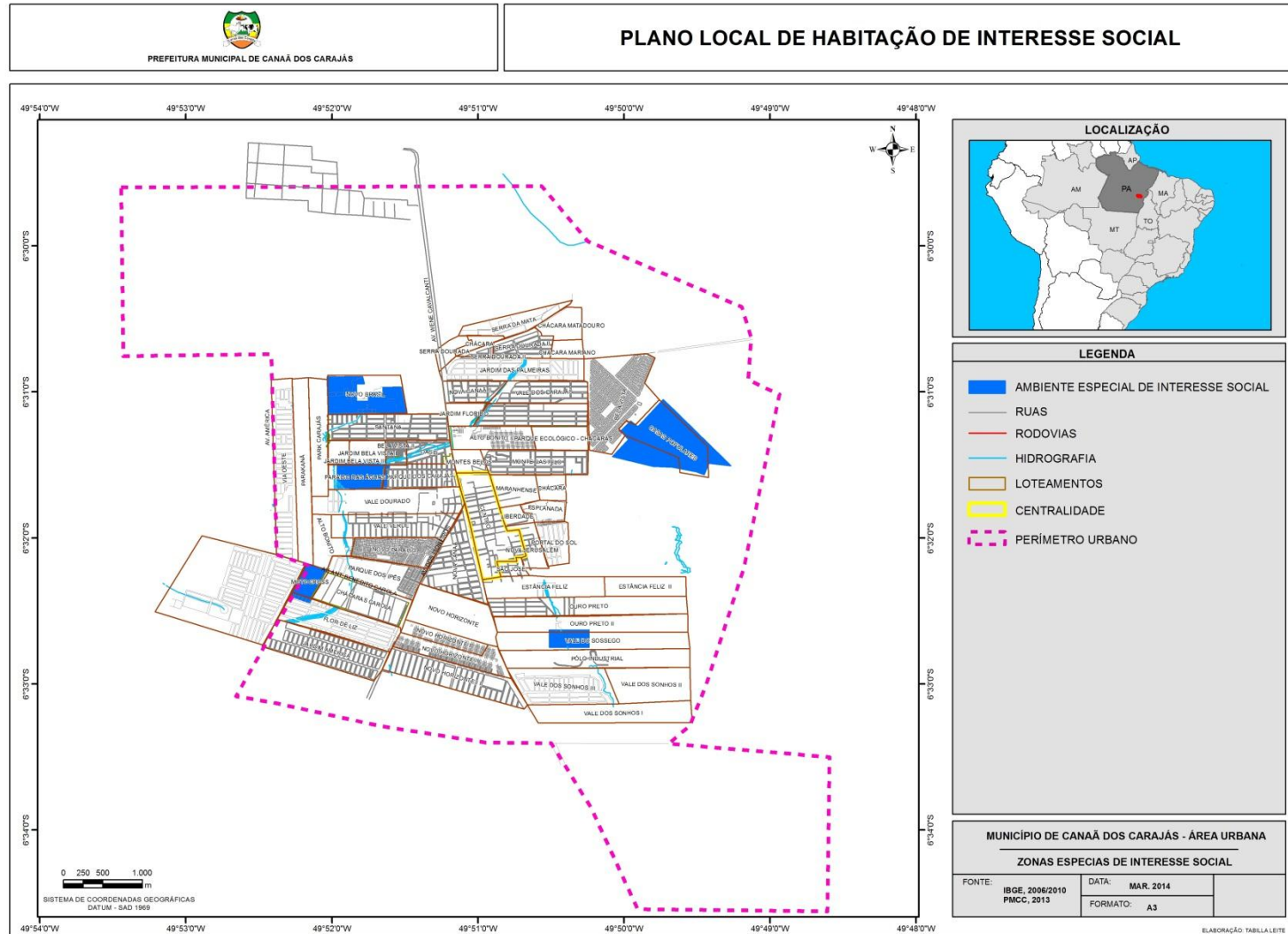
longo dos anos, e em 2012, 53% da população já contava com serviços de saneamento. Apesar desse aumento, os dados mostram a necessidade de investimento massivo em infraestrutura urbana para garantir mais qualidade de vida à população.

Em 2010, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, o município possuía 7446 domicílios, sendo que desses, aproximadamente 21% ou 1634 domicílios estão situados na zona rural.

5.2. Disponibilidade de solo urbanizado

No Plano Diretor do Município, Lei complementar nº162 de 2007, foram instituídas as Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS (Figura 17) e áreas de Interesse para a Habitação Social, destinadas às famílias de baixa renda. Nessas áreas, espera-se que ocorra a promoção da inclusão social, a regularização fundiária e a urbanização das áreas precárias. Como o município apresenta um crescimento extremamente dinâmico, principalmente em função da atividade mineradora, já existe a necessidade de revisão do Plano Diretor para inserção de novas AEIS, bem como para outras possíveis alterações.

Figura 15 - Áreas Especiais de Interesse Social



Dentro do município, de acordo com o Departamento de Tributos, foram identificados 10.969 lotes vazios distribuídos em diversos bairros/lotamentos. A relação por bairro/lotamento segue:

Tabela 22 - Canaã dos Carajás - Lotes Vazios

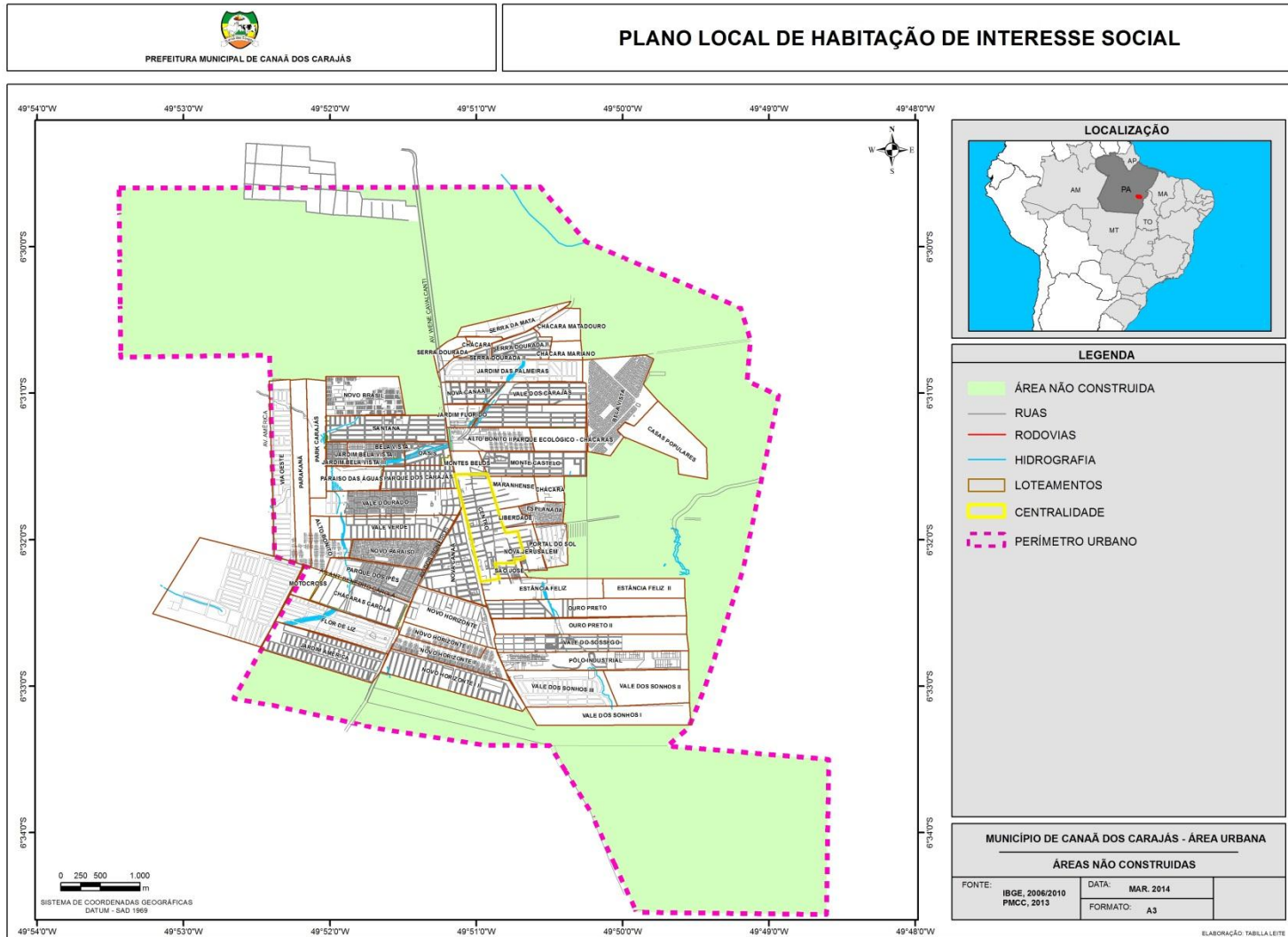
Bairro	Quantidade	Área (m ²)
Alto Bonito II	7	2309,81
Gleba Buriti/Carajás I e II Parte A	8	1192163,20
Resid. Jardim América II	161	48527,90
Jardim das Palmeiras	160	60586,55
João Pintinho	3	786,00
Liberdade	12	4060,58
Lot. Antônio Carola	7	210914,78
Gleba Três Braços	5	3921329,00
Lot. Do Luiz Mariano	1	314,39
Lot. Esplanada	15	4487,60
Lot. Estância Feliz II	10	3067,50
Lot. Nova Carajás Centro	29	12830,15
Lot. Oásis	40	34077,97
Lot. Ouro Preto	217	71476,62
Lot. Portal do Sol	21	7876,24
Lot. São José	1	275,33
Lot. Serra Dourada II	25	7568,46
Lot. Serra Dourada III	32	10733,54
Lot. Vale do Sossego	193	76625,84
Lot. Vale Dourado	11	3430,00
Lot. Via Oeste	17	3455,00

Maranhense	44	17428,60
Não Informado	901	13172229,45
Nova Jerusalém	46	15286,33
Novo Brasil	703	123245,63
Novo Horizonte	985	369109,46
Pólo Industrial	1	2486,98
Portal do Sol	136	45529,56
Remanescente do LT. 09, QD. 42	1	50884,87
Resid. Serra Dourada	429	133480,53
Resid. Vale dos Sonhos	667	224349,89
São José	3	1479,00
Vale do Sossego	8	4764,00
Vale dos Carajás	1	292,93
Vale Verde	13	4200,49
Zona Urbana de Canaã dos Carajás	1	330077,00
Alto Bonito	31	211511,05
Estância Feliz	197	173326,77
Centro	346	314870,93
Centro - Setor Vale Verde	106	31806,25
Centro Lot. Esplanada	1	359,48
Centro Setor Liberdade	11	8581,07
Centro Setor São José	94	43252,14
Centro Vale Dourado	22	7955,59

Chácara Soberano	1	6430,41
Chácaras Imobiliária e Construtora Canaã	3	15939,07
Jardim América	800	279883,02
Lot. Boa Viagem	137	48183,69
Bela Vista	35	16724,02
Bela Vista 2	46	14447,40
Monte Castelo	423	216422,86
Lot. Santana	55	17627,30
Parque dos Ipês	156	69427,12
Parque dos Ipês II	97	35102,33
Parque dos Carajás	493	194817,47

Nova Canaã	229	78417,61
Novo Paraíso	185	76593,40
Montes Belos	8	2536,50
Nova Canaã II	162	58067,35
Novo Horizonte II	376	128398,12
Novo Horizonte III	865	741840,21
Vale Dourado	352	110146,31
Parque Shallon	18	6633,83
Parakana	801	287449,91
Parque dos Imigrantes	5	1450,00
Total	10969	23369942,39

Figura 16 – Canaã dos Carajás: Áreas não Construídas



5.3. Oferta habitacional de Canaã dos Carajás

A oferta habitacional trata-se da produção de moradias de interesse social feitas pelo poder público na esfera municipal, estadual e federal. Em Canaã dos Carajás não houve atuação do estado no sentido de produzir moradias de interesse social e o município não dispõe de recursos suficientes para construção de habitações de interesse social. Cabe, portanto, ao Governo Federal tal tarefa, através de convênios e da atuação da Caixa Econômica Federal, visando o desenvolvimento de ações voltadas principalmente para a redução do déficit habitacional no município.

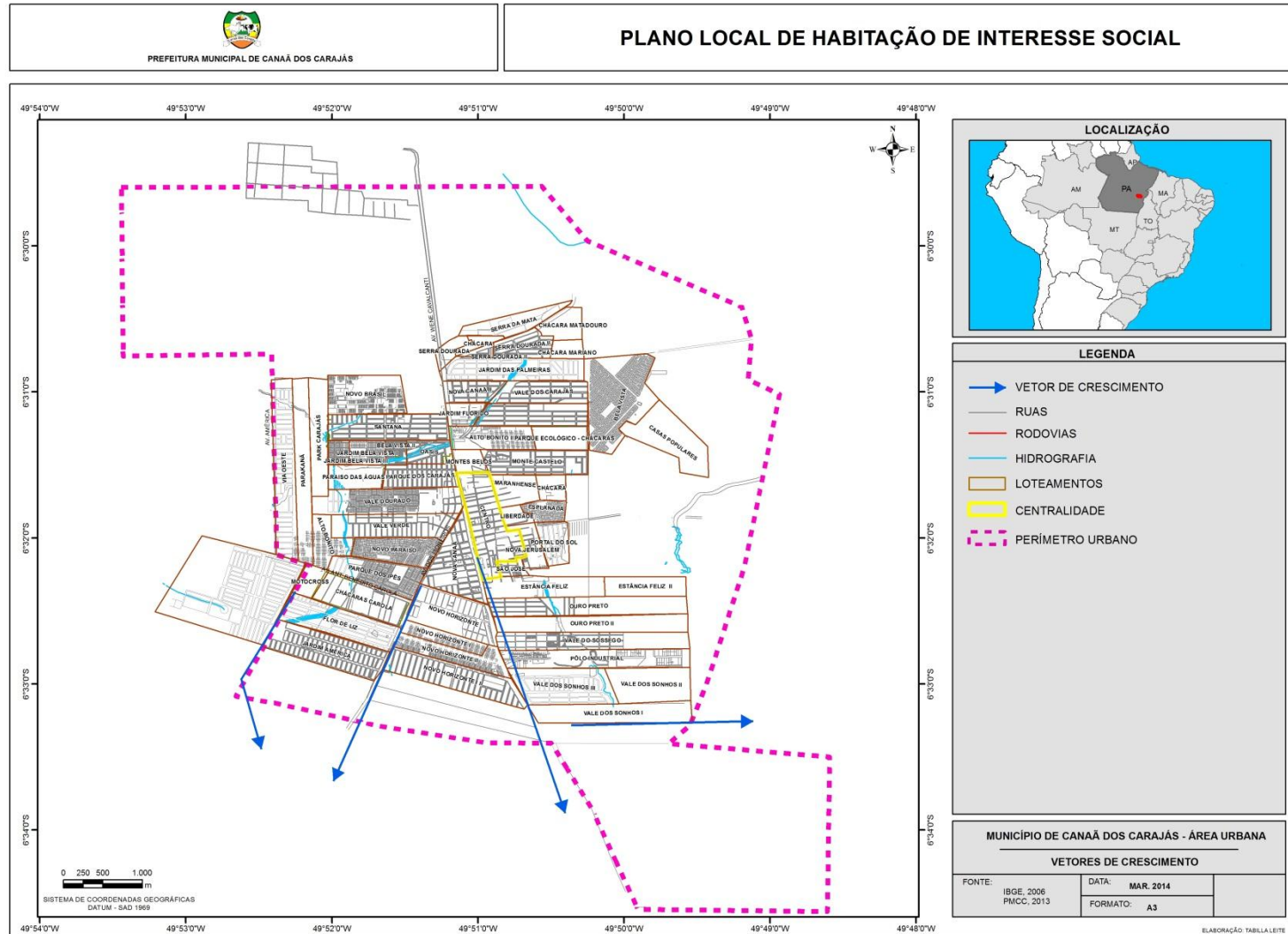
Em Canaã dos Carajás, o déficit concentra-se na faixa de 0 a 3 Salários Mínimos (SM) (IBGE,2010). Para acesso à moradia, a população desta faixa de renda tem utilizado a autoconstrução, quase sempre em locais clandestinos, irregulares ou públicas em áreas com restrições ao uso e ocupação do solo (áreas de risco), portanto totalmente ilegais do ponto de vista jurídico. Foram identificadas algumas áreas onde há predominância de autoconstrução, em áreas públicas e sem infraestrutura urbana, a saber:

- ✓ Santa Vitória (Motocross): trata-se de uma ocupação que teve início no ano de 2012, na qual inúmeras famílias ocuparam uma área pública de 96.695,00 m²⁸. Hoje existem 475 famílias morando em lotes que medem 8 metros de largura por 20 metros de comprimento. Os lotes organizam-se em 5 ruas e uma travessa e energia elétrica está em fase de implantação. Cerca de 70% das casas são de alvenaria, e gira em torno de 50% do total as que possuem banheiro interno. Não há equipamentos públicos, rede de água ou esgoto. As pessoas utilizam fossa séptica e poços (sisternas).

⁸ Fonte: IDURB

- ✓ 05 de Outubro: trata-se de área institucional destinada a princípio para a construção de equipamentos públicos no loteamento regularizado Monte Castelo. São aproximadamente 80 famílias distribuídas em lotes cujos tamanhos variam entre 60 m² e 125 m². O fornecimento de eletricidade é clandestino e não há rede de água ou esgoto. Os moradores utilizam fossa séptica e poço. As unidades habitacionais são, em sua maioria – cerca de 75 % - de madeira e o restante – aproximadamente 25% - de alvenaria. A renda média dos moradores oscila entre 1 e 2 salários mínimos.
- ✓ Vale da Benção: Trata-se de uma ocupação recente, na qual 885 famílias ocupam uma área de 208.250,00 m². A área ocupada havia sido destinada à implantação do distrito industrial e cedida aos empresários por um período de 10 anos.
- ✓ Jardim Florido: ocupação com características similares às da ocupação 05 de Outubro, ou seja, área institucional de loteamento regular, nesse caso o Jardim das Palmeiras, destinada inicialmente à construção de equipamentos públicos, mas que foi ocupada indevidamente por famílias em busca de moradia. No total são 26 lotes de 240 metros quadrados. Não têm rede de esgoto ou água e por essa razão utilizam fossa séptica e poços artesianos. Entretanto, ainda existe uma grande quantidade de domicílios que não dispõem nem mesmo da fossa séptica, o que faz com que sejam utilizadas fossas negras. A rede de energia está em fase de implantação. Aproximadamente 50 % dos moradores moram em apenas 1 cômodo além do banheiro. A renda média dos moradores varia de R\$ 900,00 a R\$ 1.000,00.

Figura 17 - Canaã dos Carajás: Vetores de Crescimento



Os programas habitacionais existentes hoje no município estão descritos a seguir (figura 18):

Tabela 23 - Canaã dos Carajás: Produção Habitacional Setor Público

Item	Programa	Quantidade de UH's	Pessoas Beneficiadas
1	PMCMV	933	3.732
2	60 UH's	60	240
3	PHIS 27 UH's	27	108
TOTAL		1.020	4.080

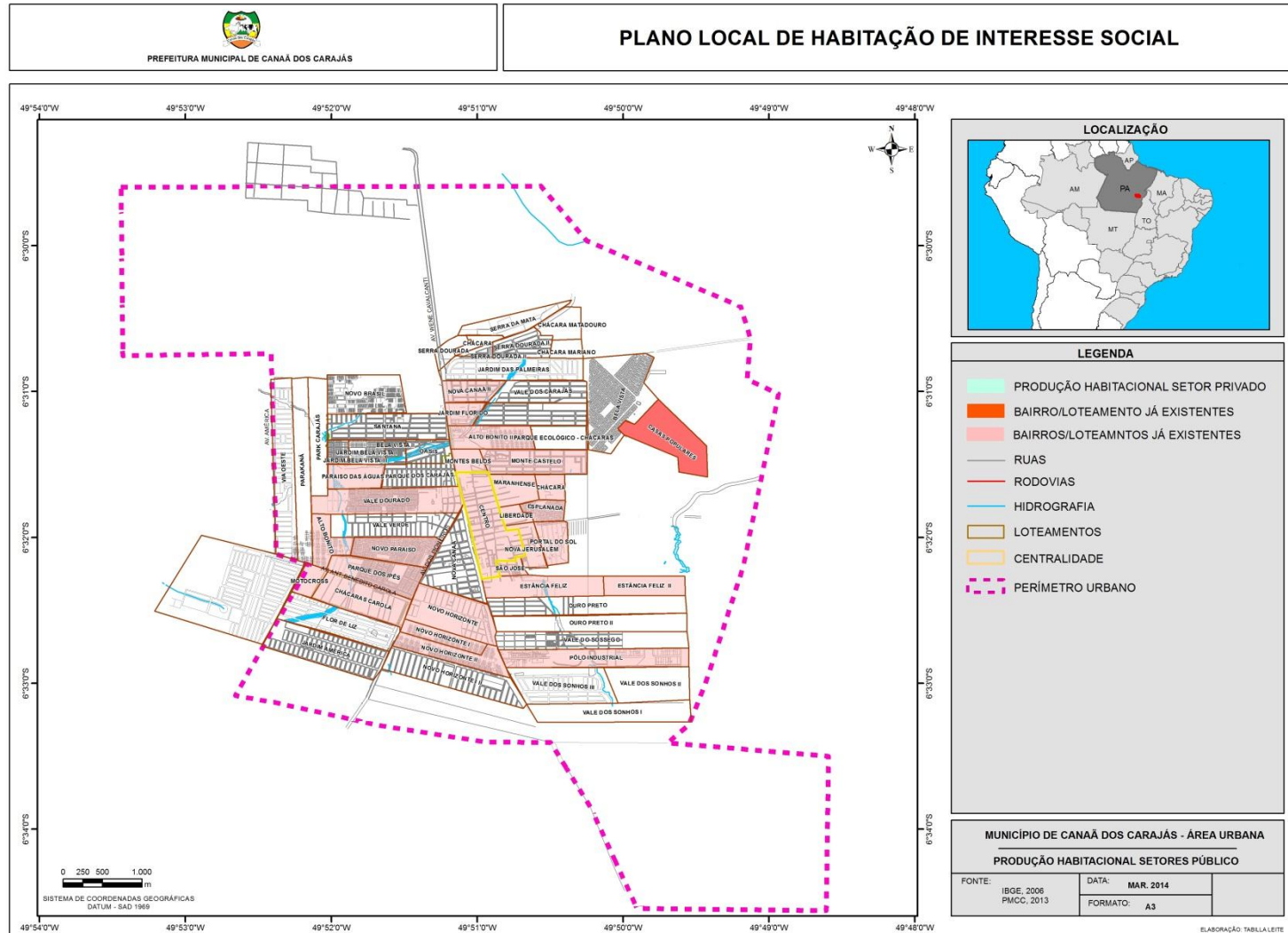
Fonte: Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, 2013

O item 1 corresponde ao Programa Minha Casa Minha Vida, onde estão sendo construídas 933 unidades habitacionais que atenderão 3.732 pessoas. Desse total, 28 são adaptadas para deficientes físicos. Este projeto prevê moradias com 2 quartos, cozinha, área de serviço externa, sala de estar e jala de jantar, inseridas em lotes de 200m², cobertas com telhas de barro. A área será totalmente urbanizada, contendo rede de água e esgoto, energia e equipamentos públicos.

O item 2 trata de unidades habitacionais construídas em 3 bairros distintos: Bairro dos Maranhenses (23 unidades), Bairro Paraíso das Águas (14 unidades) e Bairro Novo Horizonte (17 unidades). Seis unidades ainda não foram concluídas, e as outras 54 foram entregues à população.

Já o item 3 descreve o Programa Habitacional de Interesse Social, que, em parceria com o Governo Federal, o município, assessorado pela Associação de Moradores do Bairro Novo Brasil, produziria 27 unidades habitacionais, não necessariamente próximas entre si, mas todas inseridas no mesmo “bairro”, o Novo Brasil. Este bairro teve sua origem a partir de um programa habitacional municipal, no qual a gestão municipal 2008-2012 doou lotes para a população cuja renda mensal domiciliar não ultrapassasse 3SM, cadastrada nos programas assistenciais da Prefeitura. Alguns lotes foram oferecidos como contrapartida do município ao governo federal e o recurso foi liberado para construção de 27 UH's. No entanto, apenas 16 UH's foram entregues até o momento, de acordo com o departamento criado para gerenciar o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV no município.

Figura 18 - Produção Habitacional de Interesse Social



O município de Canaã dos Carajás está em expansão acelerada. Muitos loteamentos estão sendo lançados e, embora não sejam de interesse social podem dar uma dimensão do volume de novas unidades habitacionais devem ser produzidas por particulares nos próximos anos. Além disso, indicam o termômetro do mercado imobiliário que servirá de base para aquisições de áreas para implantação de programas habitacionais de interesse social.

6. Necessidades Habitacionais

O município de Canaã dos Carajás, tal qual a maioria dos municípios brasileiros, apresenta problemas habitacionais. No entanto, suas características diferem dos grandes centros. Considerando o conceito de favelas definido pela Política Nacional de Habitação (PNH), estas não existem em Canaã, bem como cortiços. Além disso, por ser um município cuja emancipação remete há poucos anos, não há conjuntos habitacionais degradados. O que é comum no município em questão são assentamentos precários oriundos de ocupações irregulares.

6.1. Precariedade Habitacional

De acordo com dados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, a Região de Integração de Carajás possuía no ano 2000 um déficit total de 16.619 habitações, sendo esse número um dos menores do estado do Pará. Essa quantidade ainda sofre uma grande queda até o ano de 2007, totalizando 17.166 nesse mesmo ano.

Tabela 24 - Estado do Pará: Déficit Habitacional Básico, Absoluto e Relativo ao total de domicílios segundo a situação de domicílios e a região de integração 2000-2007.

Municípios	Déficit Total 2000			Déficit Total % 2000			Déficit Total 2007			Déficit Total % 2007		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
ARAGUAIA	24895	8619	16275	32	18	52	16054	5558	10495	16	9	27
BAIXO AMAZONAS	43233	17729	25504	37	25	53	27880	11433	16447	12	7	21
CARAJÁS	26619	12491	14128	30	21	49	17166	8055	9111	9	6	21
GUAMÁ	56528	26993	29535	52	39	75	36453	17407	19047	27	21	39
LAGO DE TUCURUÍ	25565	9522	16044	44	27	71	16486	6140	10346	22	12	43
MARAJÓ	22101	9861	12240	33	37	31	14253	6359	7893	17	16	17
METROPOLITANA	105945	103584	2361	25	25	26	96556	94405	2152	17	17	17
RIO CAETÉ	53814	26381	27433	67	58	78	34703	17013	17691	36	31	42
RIO CAPIM	41011	16068	24943	42	29	57	26447	10362	16085	22	15	32
TAPAJÓS	17107	4727	12380	45	24	67	11032	3048	7984	22	11	35
TOCANTINS	32918	15093	17825	32	31	33	22019	10117	11902	16	15	17
XINGU	25339	7559	17780	46	28	64	16340	4875	11466	23	13	35

Em 2010 não foram identificados pelo IBGE aglomerados subnormais⁹ no município de Canaã dos Carajás, entretanto, visitas em campo e dados obtidos através da PMCC dão conta que existem, sim, esses aglomerados, principalmente do tipo áreas invadidas e loteamentos irregulares ou clandestinos. A caracterização desses assentamentos precários segue (Quadro3) :

⁹ O conceito de aglomerados subnormais adotado pelo IBGE é:

"É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e

b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características:

- urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
- precariedade de serviços públicos essenciais.

Quadro 3 - Caracterização dos Assentamentos Precários - Canaã dos Carajás 2014

Nº	Nome	Tipo	Consolidação	Condições do terreno	Condições de moradia	Condição do traçado urbano	Infraestrutura e serviços urbanos existentes	Intervenções realizadas	Intervenções necessárias	Regularidade Urbanística	Regularização Fundiária	Fonte da delimitação da área
1	Loteamento Monte Castelo (05 de outubro)	Loteamento irregular	Consolidável	Adequado	Parte das U.H. são passíveis de adequação. E parte já adequada	Regular	Eletricidade Coleta de lixo iluminação pública parcial	Sem Intervenção	Adequação de UH's, adequação de sistema viário e regularização urbanística e fundiária do loteamento	Não tem decreto	Necessária	45.249 M²
2	Jardim Florido	Loteamento irregular	Consolidável	Adequado	U.H inadequadas	Regular	Sem infraestrutura	Sem Intervenção	Adequação de UH's, e implantação de infraestrutura básica	Não tem decreto	Necessária	
3	Bela Vista A	Loteamento irregular	Consolidável	Adequado	Parte das Uh adequadas e parte passíveis de adequação	Regular	Iluminação pública Eletricidade	? (verificar in loco)	Adequação das UH, regularização urbanística e fundiária e implantação de infraestrutura básica	Não tem decreto	Necessária	
4	Bela Vista B	Loteamento irregular	Não consolidável	Inadequado, pois está à margem de um córrego	Inadequadas	Regular	Sem infraestrutura	Sem Intervenção	Remoção das casas à margem do córrego	Não tem decreto	Necessária	

Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente" (IBGE, 2011: s/nº).

5	Santa Vitória (MOTO CROSS)	Loteamento irregular	Consolidável	Adequado	Parte das U.H. são passíveis de adequação. E parte é inadequada	Regular	Eletricidade Coleta de lixo Iluminação pública parcial	Adequação do sistema viário, regularização da rede elétrica implantação de infraestrutura básica	Adequação de UH's, regularização urbana e fundiária do loteamento.	Não tem decreto	Necessária
6	Vale da Benção	Loteamento irregular	Consolidável	Adequado	Inadequadas	Regular	Eletricidade	Adequação do sistema viário, regularização da rede elétrica	Adequação de UH's, Construção de novas UHs, implantação da infraestrutura básica, regularização urbana e fundiária do loteamento.	Não tem decreto	Necessária
7	Novo Brasil II A	Loteamento irregular	Consolidável	Adequado	Parte das UH adequadas e parte passíveis de adequação	Regular	Eletricidade Coleta de lixo Iluminação pública	Abertura de ruas	Implantação de infraestrutura básica, regularização urbana e fundiária do terreno.	Verificar no IDURB	Verificar no IDURB
8	Novo Brasil II B	Loteamento irregular	Não consolidável	Inadequado	Inadequadas	Regular	Eletricidade Coleta de lixo Iluminação pública	Sem Intervenção	Remoção das famílias do morro.	Verificar no IDURB	Verificar no IDURB
9	Santana	Loteamento irregular	Consolidável	Adequado	Inadequadas?	Regular	Sem infraestrutura	Sem Intervenção	Adequação das UH, regularização urbana e fundiária e implantação de infraestrutura básica.	Não tem decreto	Necessária
10	Vale do Sossego										

Pode-se afirmar que a maioria desses assentamentos é consolidável. Alguns já dispõem de serviços públicos de coleta de lixo, rede de energia elétrica e alguns possuem até rede de água, porém advinda de poço artesiano e não tratada. Não há estudo específico para estimar o número de domicílios atualmente, sendo os dados mais atuais os descritos no Censo 2010 do IBGE.

Alguns destes assentamentos estão em processo de regularização fundiária por parte da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás – PMCC, como é o caso da ocupação Santa Vitória (Motocross) e do Vale da Benção (ocupação do Distrito Industrial).

6.2. Déficit quantitativo e qualitativo

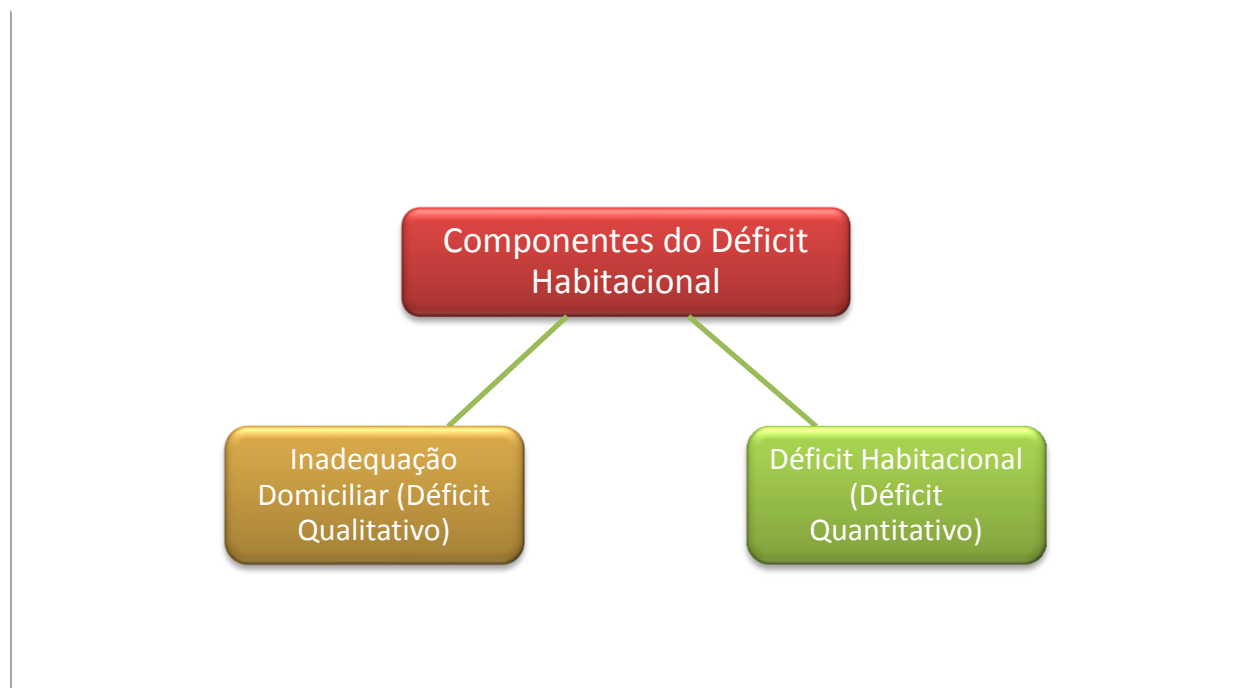
As necessidades habitacionais são resultado de dois componentes:

- ✓ Déficit habitacional ou quantitativo
- ✓ Inadequação habitacional ou déficit qualitativo.

O déficit habitacional e quantitativo trata da necessidade de reposição total de unidades habitacionais precárias e ao atendimento da demanda sem provisão pelas condições atuais do mercado habitacional.

As moradias classificadas como inadequadas são aquelas que necessitam de melhoramentos para que alcancem um padrão mínimo de habitabilidade, definido a partir de critérios quantitativos de cômodos do domicílio em relação ao tamanho da família.

Figura 19 - Componentes do Déficit Habitacional



Antes de analisarmos os dados sobre o município de Canaã dos Carajás fornecidos pela Fundação João Pinheiro (FJP) sobre o déficit habitacional, se faz necessária uma breve explicação sobre os componentes deste índice.

Neste sentido o cálculo do déficit habitacional, que estima a necessidade de novas unidades habitacionais é composto pelo déficit quantitativo, por reposição ou incremento do estoque e pelo déficit qualitativo, que identifica a situações de inadequação habitacional.

a) Para o cálculo do Déficit Quantitativo (novas unidades):

- a. estimativa da necessidade de Reposição do Estoque de domicílios: são considerados os domicílios rústicos;
- b. estimativa de incremento do estoque de domicílios: são considerados os domicílios improvisados, a coabitação familiar, a coabitação disfarçada, cômodos alugados ou cedidos, ônus excessivo com aluguel¹⁰.

b) Para o cálculo do Déficit Qualitativo (Inadequação habitacional):

- i) densidade excessiva de morador/dormitório (mais de 3 pessoas por cômodo¹¹);
- ii) carência de serviços de infraestrutura (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo);
- iii) inadequação fundiária e

¹⁰ As definições utilizadas sobre estes itens são: domicílios rústicos são os que não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, construídas com materiais inapropriados. Apresentam desconforto para seus ocupantes, riscos de desmoronamento e contaminação por doenças em decorrência de suas precárias condições de salubridade; domicílios improvisados são aqueles que estão instalados em locais construídos para fins não residenciais que, no momento em que foi realizada a pesquisa, serviam de moradia como, por exemplo, lojas, fábricas, embarcações, carroças, vagões de trens, tendas e grutas; coabitação familiar são computadas as famílias conviventes secundárias, que são constituídas por, no mínimo, duas pessoas que residem em um mesmo domicílio junto com outra família denominada principal; cômodos alugados ou cedidos, ônus excessivo com aluguel compreende a soma das famílias conviventes secundárias com as famílias que viviam em cômodos cedidos ou alugados (considerados como domicílios com coabitação disfarçada); ônus excessivo com aluguel ocorre quando mais de 30% da renda familiar é comprometida com o aluguel em famílias com renda inferior a 3 SM.

¹¹ Segundo a Fundação João Pinheiro, “Cômodos são todos os compartimentos integrantes do domicílio separados por paredes, inclusive banheiros e cozinha, e os existentes na parte externa do prédio, desde que constituam parte integrante do domicílio. Não são considerados os corredores, alpendres, varandas abertas e outros compartimentos utilizados para fins não residenciais, como garagens, depósitos, etc.”.

iv) inexistência de unidade sanitária interna

Figura 20 - Déficit Habitacional

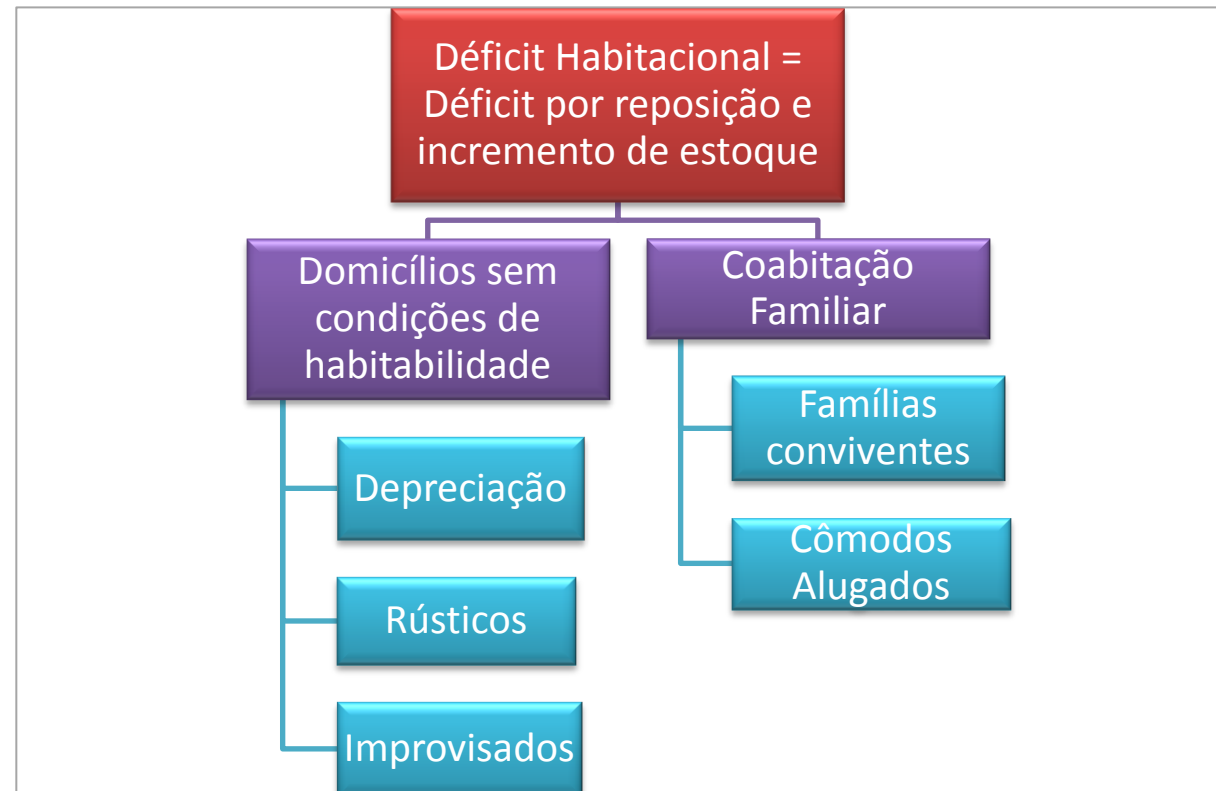
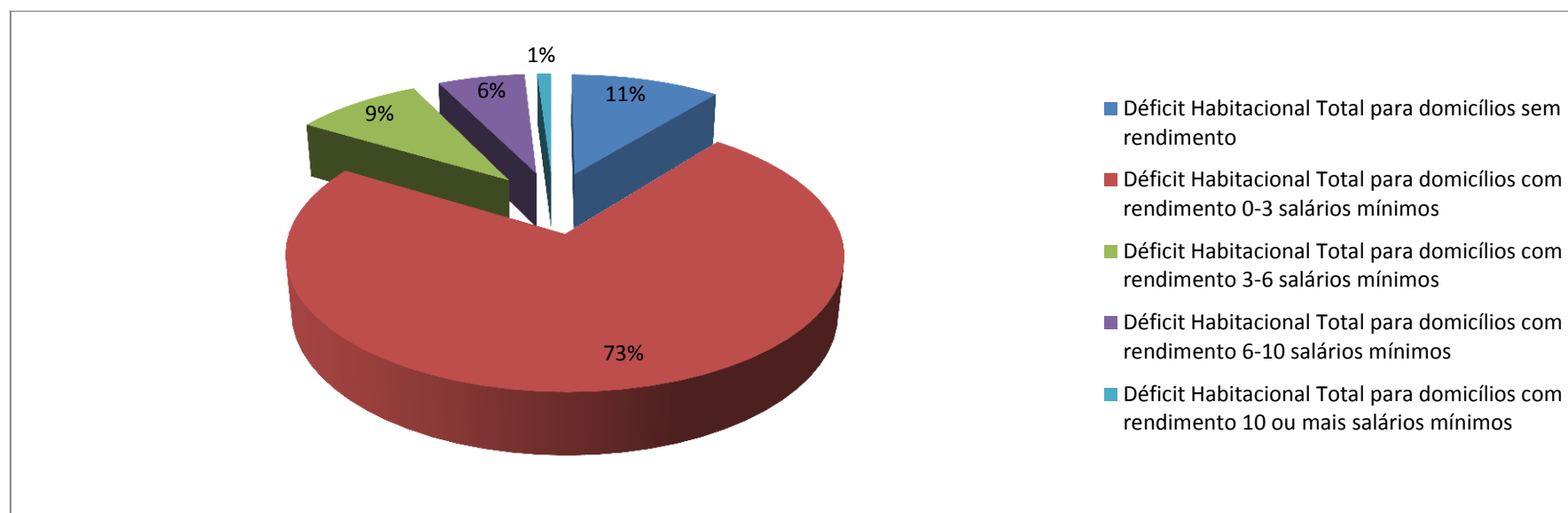


Tabela 25 - Déficit Habitacional Total Canaã dos Carajás - 2010

Déficit Habitacional Total	Déficit Habitacional Total para domicílios sem rendimento	Déficit Habitacional Total para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Déficit Habitacional Total para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Déficit Habitacional Total para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Déficit Habitacional Total para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
1412	152	1029	129	88	14

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

Gráfico 10- Déficit Habitacional Total Canaã dos Carajás - 2010



De acordo com as informações da fundação João Pinheiro (FJP,2010) Canaã dos Carajás apresenta um déficit habitacional total de 1.412 unidades habitacionais. Isso representa 18 % do total de domicílios existentes no município. A Prefeitura conta hoje um total de 5.933 fa-

mílias (EspaçoReservado1)¹² cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, sendo a faixa onde existe a maior concentração de pessoas nessa condição a de 0 a 3 SM. Isso prova a necessidade urgente de implantação de políticas públicas habitacionais de subsídio integral, conforme determina a Política Habitacional Nacional de Habitação. De acordo com a equipe da PMCC não há existência de imóveis vazios no município que possam ser destinados à habitação de interesse social. A partir desta informação, pode-se concluir que a construção de novas moradias e a disponibilização de auxílio construção para readequação de moradias são algumas das alternativas que poderão ser capazes de minimizar o problema habitacional de Canaã dos Carajás.

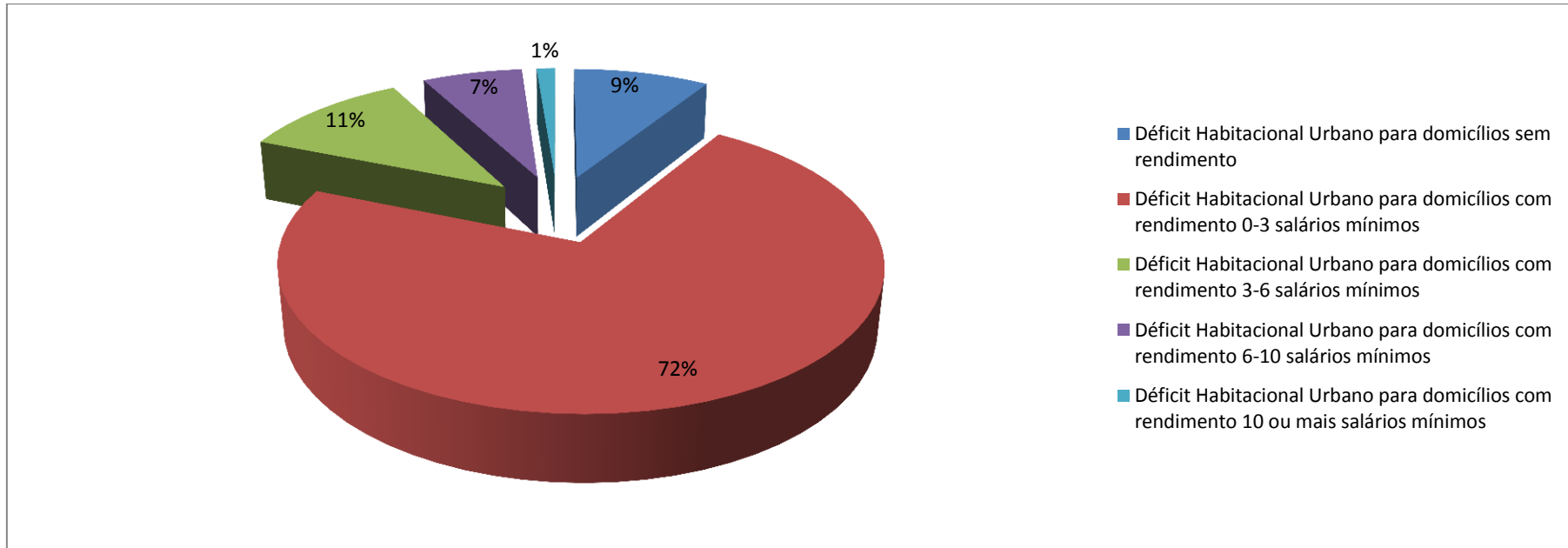
Déficit Habitacional Urbano

Tabela 26 - Déficit Habitacional Urbano Canaã dos Carajás - 2010

Déficit Habitacional Urbano	Déficit Habitacional Urbano para domicílios sem rendimento	Déficit Habitacional Urbano para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Déficit Habitacional Urbano para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Déficit Habitacional Urbano para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Déficit Habitacional Urbano para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
1164	105	840	129	77	14
Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010					

¹² RI Bolsa Família e Cadastro Único de Canaã dos Carajás.

Gráfico 11 - Canaã dos Carajás: Déficit Habitacional Urbano 2010



No gráfico 11 pode ser verificado que as mesmas condições do déficit habitacional total se reproduzem. A maior parte do déficit concentra-se na faixa de 0 a 3 SM, o que, se somado à faixa seguinte, (3 a 6 SM), que, segundo a diretriz nacional, requer subsídios parciais, chega-se ao total de 83% de todo o déficit urbano. É necessário intervir de forma sistemática, promovendo ações para reduzir este déficit, antes do surgimento de favelas, o que agravaria a situação habitacional do município.

A seguir pode ser visto o déficit rural, que apesar de menos numeroso, precisa de uma olhar mais sensível, uma vez que na zona rural o acesso a equipamentos públicos e infraestrutura é ainda mais precário, principalmente considerando a região em que Canaã dos Carajás está situada.

Déficit Habitacional Rural

Tabela 27 - Déficit Habitacional Rural Canaã dos Carajás - 2010

Unidade Territorial	Déficit Habitacional Rural
Canaã dos Carajás	248

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

6.3. Precariedade Habitacional

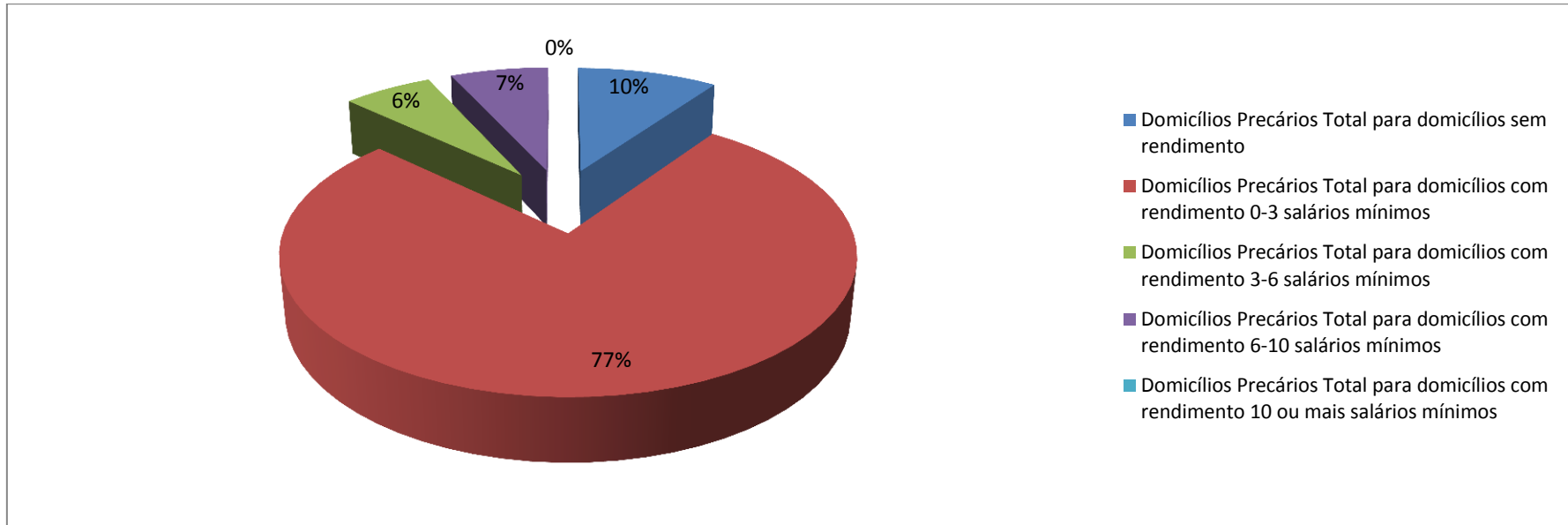
Domicílios Precários - Total

Tabela 28 - Domicílios Precários - Total - Canaã dos Carajás - 2010

Domicílios Precários Total	Domicílios Precários Total para domicílios sem rendimento	Domicílios Precários Total para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Domicílios Precários Total para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Domicílios Precários Total para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Domicílios Precários Total para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
639	62	494	40	44	0

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

Gráfico 12 - Canaã dos Carajás: Domicílios Precários – Total – 2010



Em relação à precariedade é possível afirmar que, como na maior parte do Brasil, é mais intensa na faixa de renda que vai de 0 a 3SM. Em Canaã dos Carajás esta característica se reproduz. O município passou de apenas 2.277 domicílios em 2000 para 7.446 domicílios em 2010, aumentando em 3,27 vezes ao longo do período. Já a população evoluiu de 10.992 habitantes em 2000 para 28.716 habitantes em 2010, um aumento de pouco mais de duas vezes e meia no mesmo período.

Pode-se observar a seguir o quantitativo de domicílios precários urbanos e rurais. Do total de domicílios precários, 64,5% estão concentrados na zona urbana.

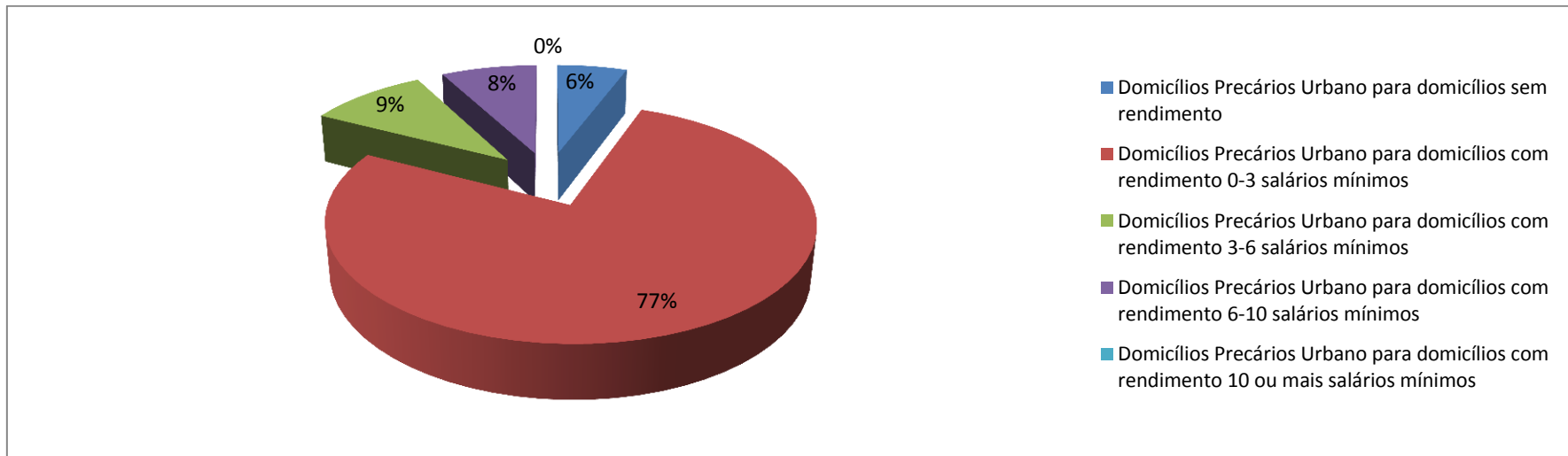
Domicílios Precários – Urbano

Tabela 29 - Domicílios Precários - Urbano - Canaã dos Carajás - 2010

Domicílios Precários Urbano Total	Domicílios Precários Urbano para domicílios sem rendimento	Domicílios Precários Urbano para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Domicílios Precários Urbano para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Domicílios Precários Urbano para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Domicílios Precários Urbano para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
412	27	317	39	32	0

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

Gráfico 13 - Canaã dos Carajás: Domicílios Precários – Urbano – 2010



Domicílios Precários Rural

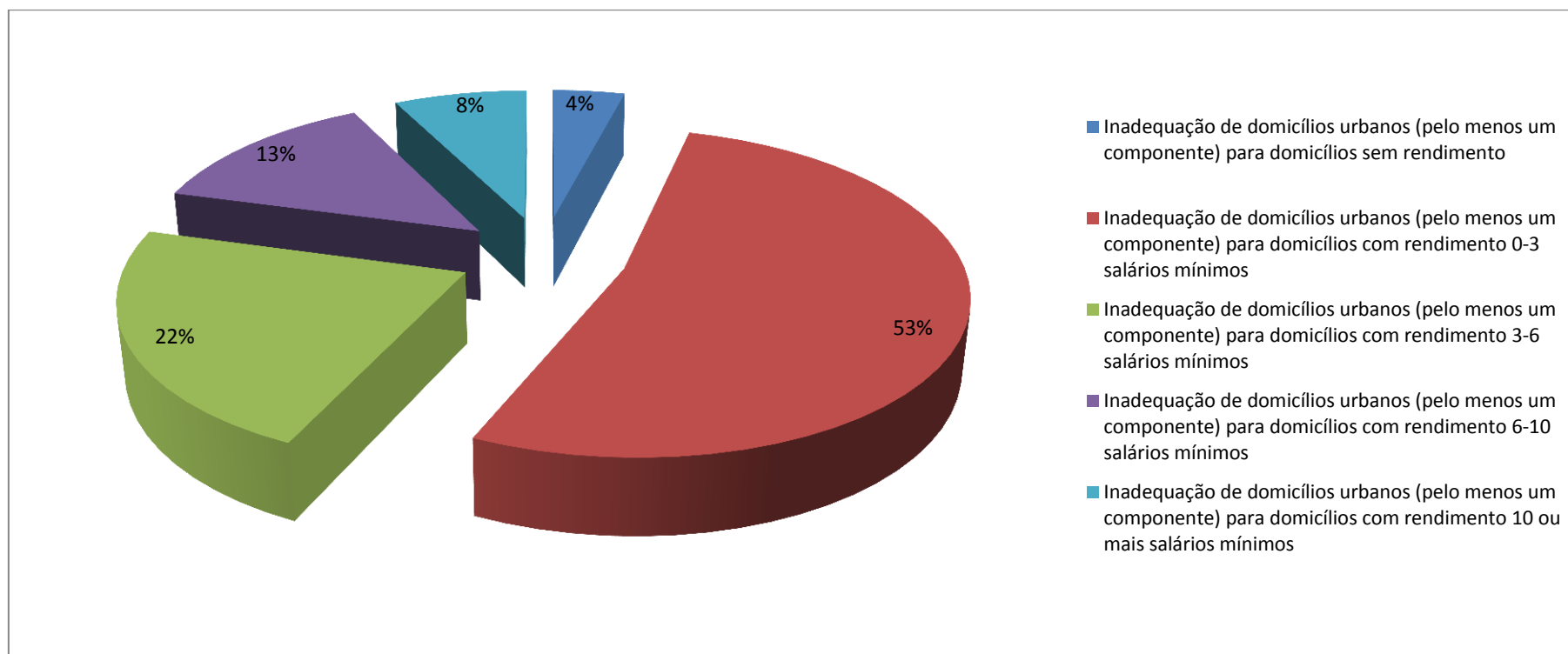
Tabela 30 - Domicílios Precários - Rural - Canaã dos Carajás - 2010

Unidade Territorial	Domicílios Precários Rural Total
Canaã dos Carajás	227
Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010	

Inadequação de domicílios Urbanos – total

Tabela 31 - Inadequação de Domicílios Urbanos - Total - Canaã dos Carajás - 2010

Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) Total	Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) para domicílios sem rendimento	Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
4436	180	2339	994	591	331
Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010					

Gráfico 14 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – 2010

Em relação à inadequação, constata-se que o município de Canaã dos Carajás tem 4.436 domicílios inadequados, majoritariamente concentrados na faixa de renda de 0 a 3 SM, seguido da faixa de renda de 3 a 6 SM.

Figura 21 - Inadequação Domiciliar



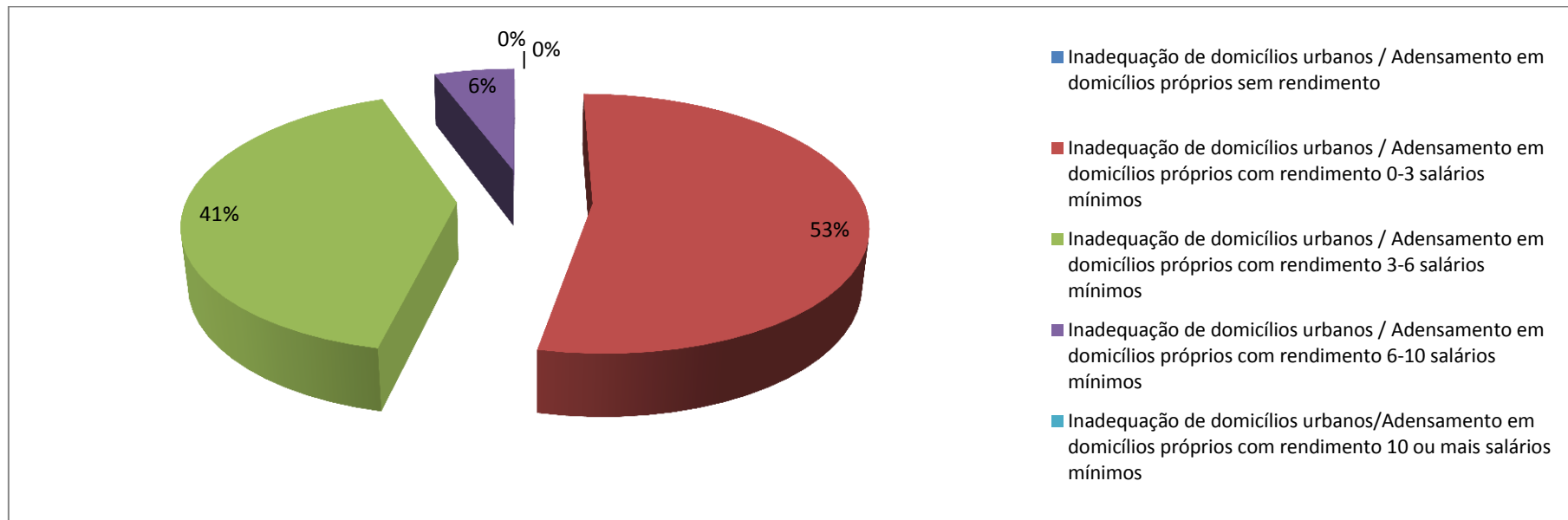
Inadequação de domicílios urbanos por adensamento

Tabela 32 - Inadequação de Domicílios Urbanos - Adensamento - Canaã dos Carajás - 2010

Inadequação de domicílios urbanos/ Adensamento em domicílios próprios Total	Inadequação de domicílios urbanos / Adensamento em domicílios próprios sem rendimento	Inadequação de domicílios urbanos / Adensamento em domicílios próprios com rendimento 0-3 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Adensamento em domicílios próprios com rendimento 3-6 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Adensamento em domicílios próprios com rendimento 6-10 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos/Adensamento em domicílios próprios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
170	0	91	70	10	0

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

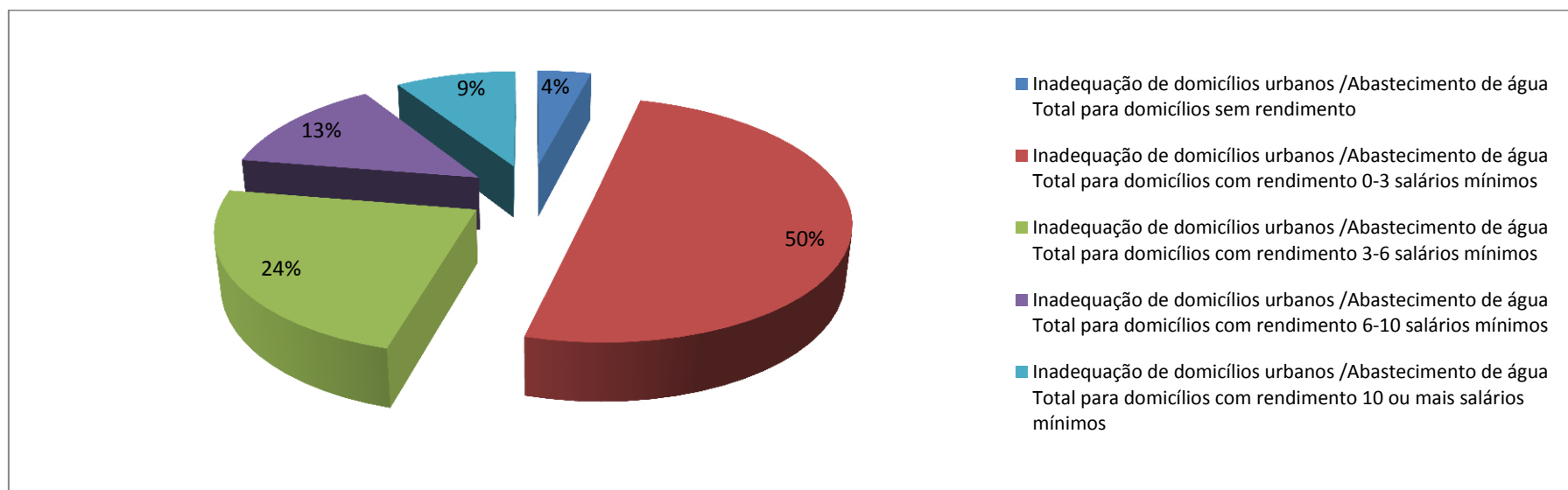
Gráfico 15 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – Adensamento – 2010



Inadequação de domicílios urbanos Abastecimento de Água**Tabela 33** - Inadequação de Domicílios Urbanos – Abastecimento de Água - Canaã dos Carajás - 2010

Inadequação de domicílios urbanos /Abastecimento de água Total	Inadequação de domicílios urbanos /Abastecimento de água Total para domicílios sem rendimento	Inadequação de domicílios urbanos /Abastecimento de água Total para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos /Abastecimento de água Total para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos /Abastecimento de água Total para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos /Abastecimento de água Total para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
3630	148	1821	847	483	331

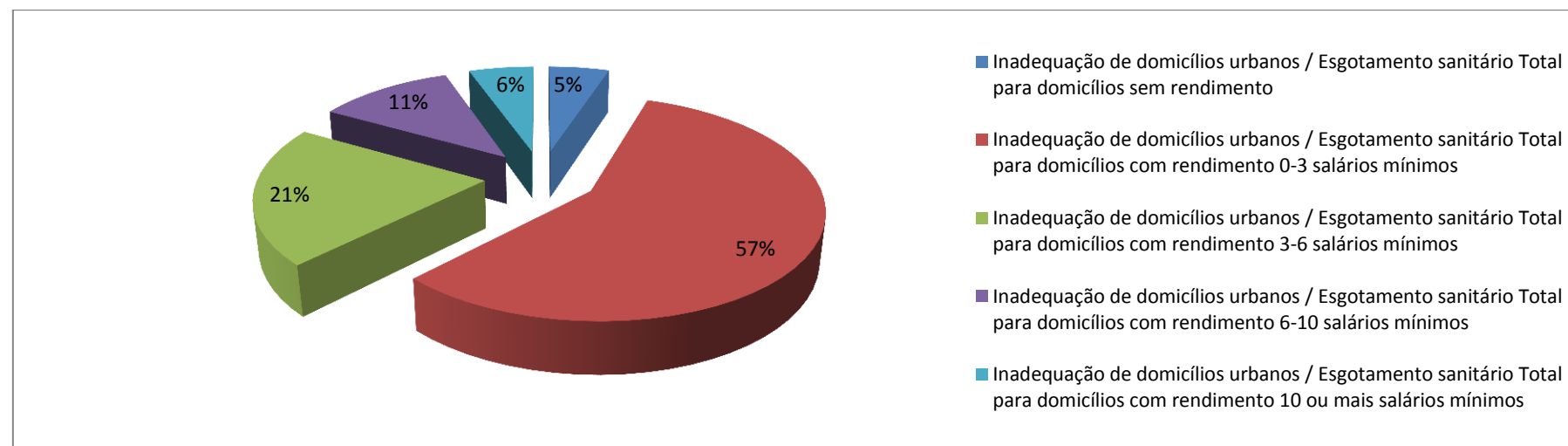
Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

Gráfico 16 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – Abastecimento de Água – 2010

Inadequação de domicílios urbanos Esgotamento Sanitário

Tabela 34 - Inadequação de Domicílios Urbanos – Esgotamento Sanitário - Canaã dos Carajás - 2010

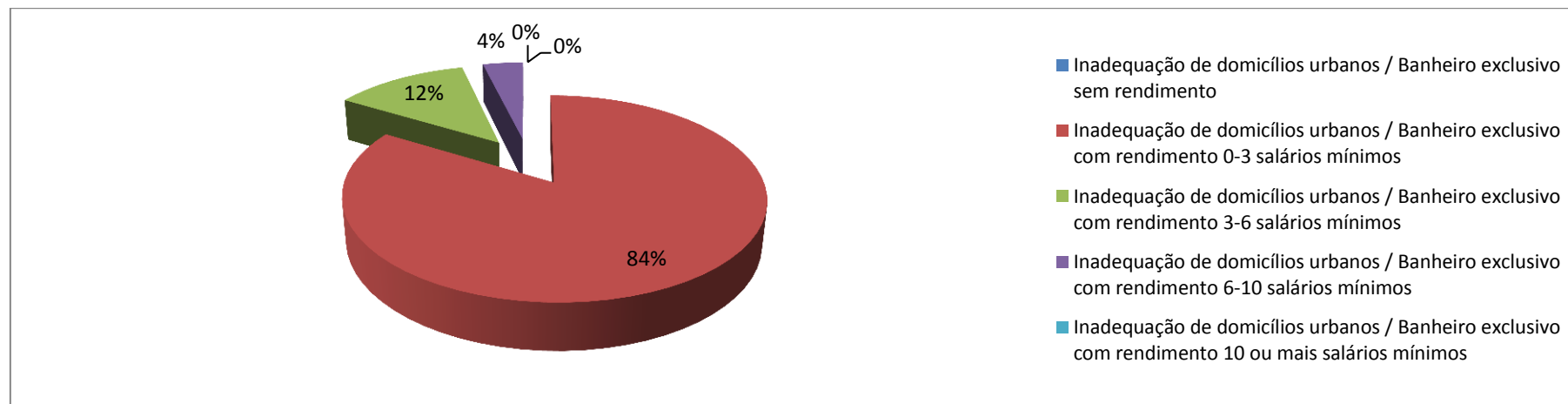
Inadequação de domicílios urbanos / Esgotamento sanitário Total	Inadequação de domicílios urbanos / Esgotamento sanitário Total para domicílios sem rendimento	Inadequação de domicílios urbanos / Esgotamento sanitário Total para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Esgotamento sanitário Total para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Esgotamento sanitário Total para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Esgotamento sanitário Total para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
2809	143	1611	582	319	153
Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010					

Gráfico 17 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – Esgotamento Sanitário – 2010Inadequação de domicílios urbanos Banheiro Exclusivo**Tabela 35** - Inadequação de Domicílios Urbanos – Banheiro Exclusivo - Canaã dos Carajás - 2010

Inadequação de domicílios urbanos / Banheiro exclusivo Total	Inadequação de domicílios urbanos / Banheiro exclusivo sem rendimento	Inadequação de domicílios urbanos / Banheiro exclusivo com rendimento 0-3 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Banheiro exclusivo com rendimento 3-6 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Banheiro exclusivo com rendimento 6-10 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Banheiro exclusivo com rendimento 10 ou mais salários mínimos
299	0	250	38	11	0

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

Gráfico 18 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – Banheiro Exclusivo – 2010



Inadequação de domicílios urbanos Destinação do Lixo

Tabela 36 - Inadequação de Domicílios Urbanos – Destinação do Lixo - Canaã dos Carajás - 2010

Inadequação de domicílios urbanos / Destino do lixo Total	Inadequação de domicílios urbanos / Destino do lixo Total para domicílios sem rendimento	Inadequação de domicílios urbanos / Destino do lixo Total para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Destino do lixo Total para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Destino do lixo Total para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Destino do lixo Total para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
27	0	15	12	0	0

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

Gráfico 19 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – Lixo – 2010

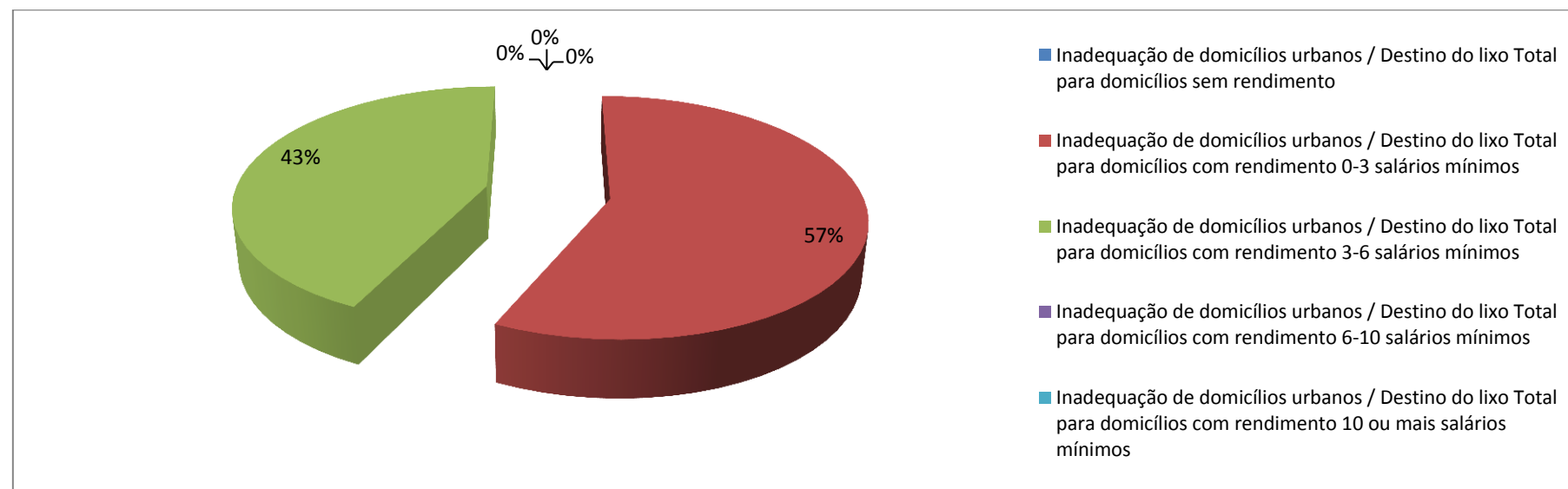
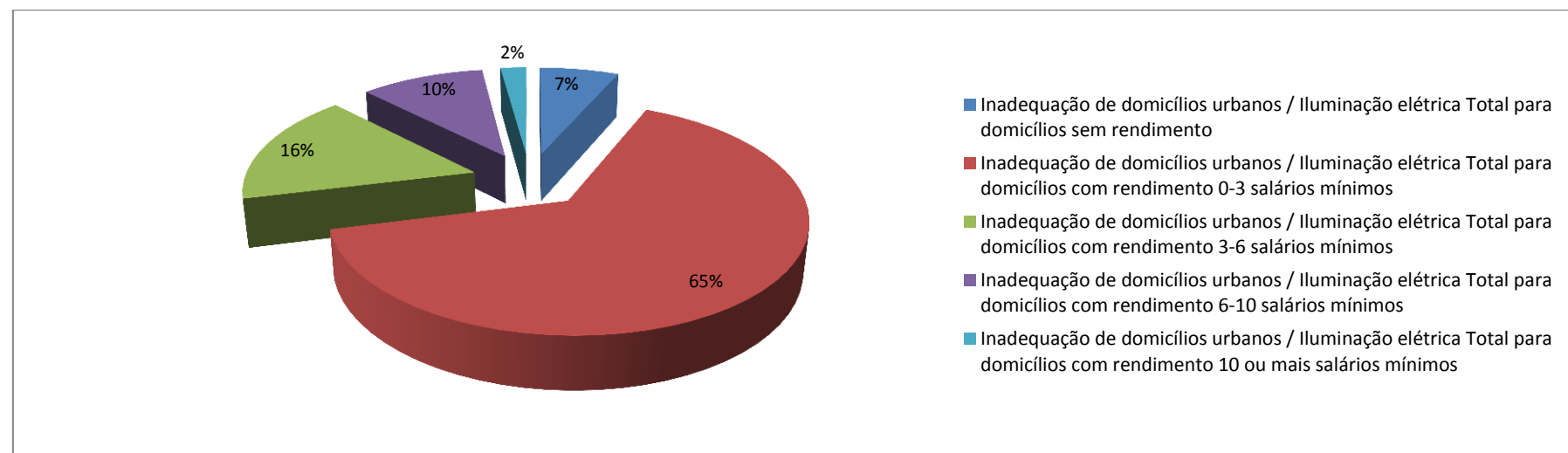
Inadequação de domicílios urbanos Iluminação Elétrica

Tabela 37 - Inadequação de Domicílios Urbanos – Iluminação Elétrica - Canaã dos Carajás - 2010

Inadequação de domicílios urbanos / Iluminação elétrica Total	Inadequação de domicílios urbanos / Iluminação elétrica Total para domicílios sem rendimento	Inadequação de domicílios urbanos / Iluminação elétrica Total para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Iluminação elétrica Total para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Iluminação elétrica Total para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Inadequação de domicílios urbanos / Iluminação elétrica Total para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
435	29	281	72	44	9

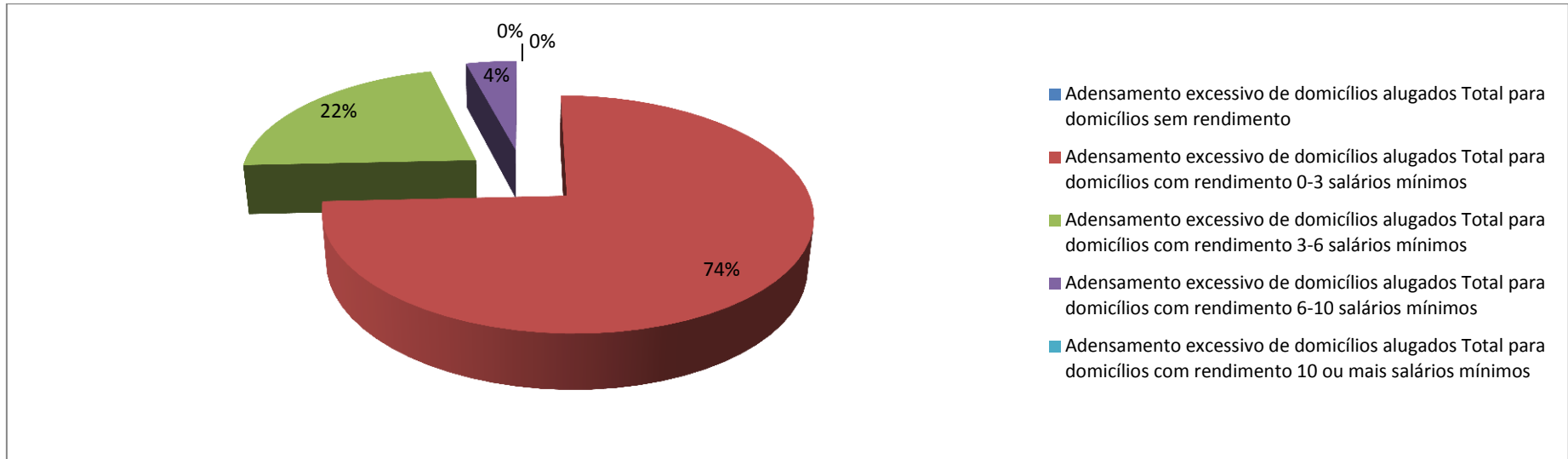
Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

Gráfico 20 - Canaã dos Carajás: Inadequação de Domicílios Urbanos – Iluminação Elétrica – 2010Adensamento excessivo de domicílios alugados**Tabela 38** - Adensamento Excessivo de Domicílios Alugados - Canaã dos Carajás - 2010

Adensamento excessivo de domicílios alugados Total	Adensamento excessivo de domicílios alugados Total para domicílios sem rendimento	Adensamento excessivo de domicílios alugados Total para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Adensamento excessivo de domicílios alugados Total para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Adensamento excessivo de domicílios alugados Total para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Adensamento excessivo de domicílios alugados Total para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
119	0	88	26	5	0

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

Gráfico 21 - Canaã dos Carajás: Adensamento Excessivo de Domicílios Alugados – 2010



Ônus excessivo com aluguel

Tabela 39 - Ônus excessivo com aluguel - Canaã dos Carajás - 2010

Ônus excessivo com aluguel Total	Ônus excessivo com aluguel Total para domicílios sem rendimento	Ônus excessivo com aluguel Total para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Ônus excessivo com aluguel Total para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Ônus excessivo com aluguel Total para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Ônus excessivo com aluguel Total para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
322	66	256			

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

Gráfico 22 - Canaã dos Carajás: Ônus excessivo com Aluguel – 2010

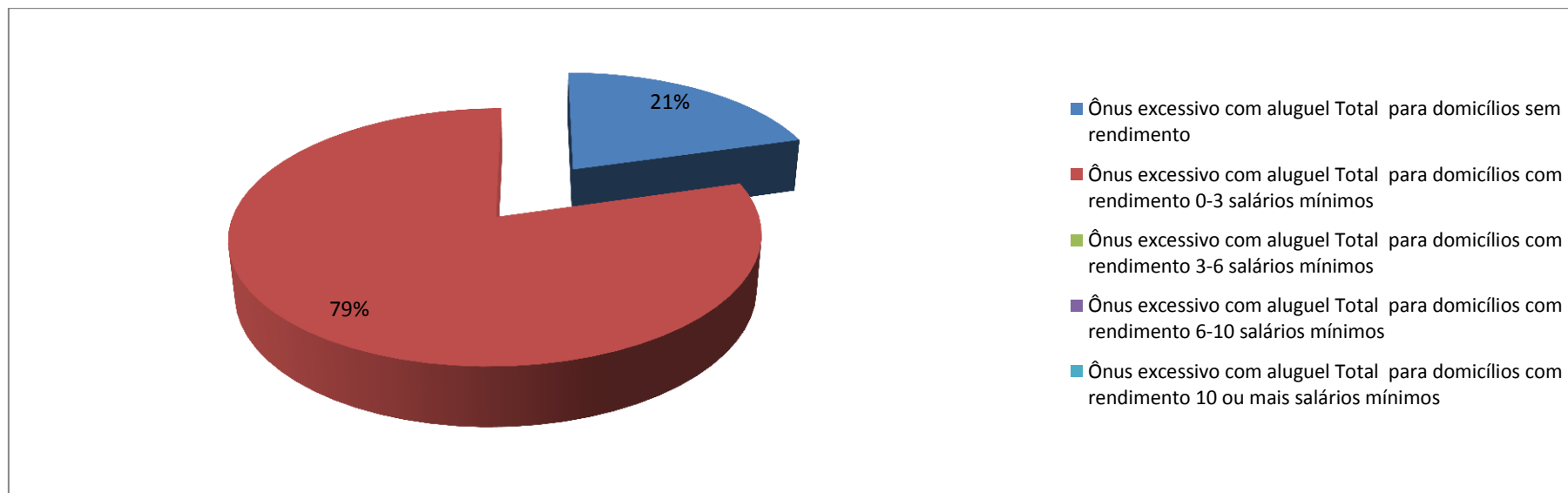
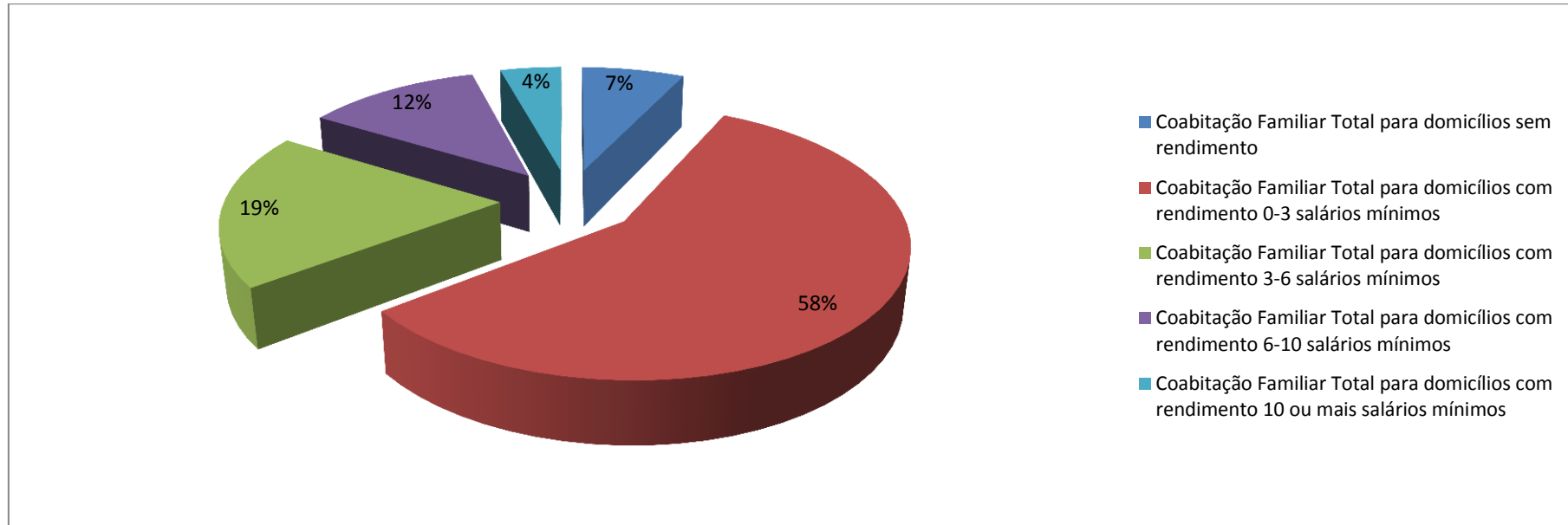
Coabitação Familiar total

Tabela 40 - Coabitação Familiar Total - Canaã dos Carajás - 2010

Coabitação Familiar Total	Coabitação Familiar Total para domicílios sem rendimento	Coabitação Familiar Total para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Coabitação Familiar Total para domicílios com rendimento 3-6 salários mínimos	Coabitação Familiar Total para domicílios com rendimento 6-10 salários mínimos	Coabitação Familiar Total para domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos
332	23	191	63	39	14

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

Gráfico 23 - Canaã dos Carajás: Coabitação Familiar – Total – 2010



7. Déficit Habitacional e Demanda Futura para Canaã dos Carajás

I – Déficit Habitacional

A estimativa do Déficit habitacional ora apresentado foi uma aproximação da metodologia utilizada pela Fundação João Pinheiro - FJP em suas estimativas do Déficit Habitacional 2010.

Segundo a FJP (2013), o déficit habitacional considera a necessidade de novas moradias e a inadequação domiciliar os problemas na qualidade do imóvel quanto à garantia de condições adequadas de habitabilidade.

O déficit habitacional está associado às deficiências do estoque de moradias sejam elas para serem repostas por não apresentarem condições de habitabilidade ou por abrigarem problemas de coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo em imóveis alugados.

Os conceitos e variáveis utilizados estão descritos no Quadro 1, que também identifica alguns ajustes metodológicos necessários, em função da não disponibilidade de realizar alguns cruzamentos de determinadas variáveis nas bases de dados públicas do Censo 2010.

A estimativa do déficit habitacional de Canaã dos Carajás se obteve pela agregação de quatro componentes, que por questões de definições, podem ocorrer interseções entre eles, ou seja, o mesmo domicílio ser contado em mais de um componente, dessa forma, o déficit habitacional total para este município é a soma dos quatro componentes menos as repetições. O total do déficit habitacional também foi desagregado por situação de domicílio e faixas de renda domiciliar.

Quadro 4 - Conceitos e Ajustes metodológicos utilizados na estimativa do déficit habitacional de Canaã dos Carajás

Componente	Conceito e Ajustes Metodológicos
Habitações precárias	Foi composto de dois subgrupos, o primeiro considerou os domicílios improvisados que são todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, em-

baixo de pontes e viadutos, barracas, carcaças de carros abandonados e cavernas, entre outros), o que indica a carência de novas unidades domiciliares. O segundo utilizou os domicílios rústicos, em que foram levados em consideração aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Em decorrência das condições de insalubridade, esse tipo de edificação proporciona desconforto e traz risco de contaminação por doenças.

Coabitação familiar Foi definida por dois subgrupos. No primeiro foram considerados os domicílios do tipo cômodo, independente da condição de sua ocupação, sejam eles cedidos, próprios ou alugados, porque esse tipo de moradia mascara a situação real de coabitação, uma vez que os domicílios são formalmente distintos. O segundo observou as famílias conviventes que tenham intenção declarada de se mudar, essa variável não está disponível de forma direta no Censo Demográfico de 2010, por isso esse subgrupo foi estimado pelo autor a partir das informações disponíveis em PNAD's para o total do estado.

Ônus excessivo com aluguel O ônus excessivo com aluguel foi caracterizado por todas as famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel. Dada impossibilidade de realizar esse cruzamento, em bases de dados públicas se considerou o corte de pelo menos 25% da renda domiciliar comprometida com aluguel.

Adensamento excessivo em domicílios Alugados A seleção utilizada de adensamento excessivo ocorreu nos domicílios alugados que possuíam mais de três habitantes por dormitório. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem de dormitório em caráter permanente e apenas para os moradores do domicílio. Consideraram-se todos os moradores do domicílio na contagem de moradores.

Fonte: FJP/Próprio Autor, 2013.
 Elaboração: Próprio Autor, 2014

Com base na metodologia já descrita anteriormente foi estimado o déficit habitacional de Canaã dos Carajás, cujos resultados encontram-se apresentados a seguir.

O município Canaã dos Carajás de acordo com o Censo Demográfico 2010 tinha 7.446 domicílios particulares permanentes que abrigavam uma população de 26.716 habitantes, resultando em uma média de 3,6 moradores por domicílios. Desse total de domicílios, 78,06% encontrava-se em áreas urbanas do município (Tabela 1).

Tabela 41 - Indicadores Demográficos por situação do Domicílio de Canaã dos Carajás, 2010

Indicadores Demográficos	Absoluto			%	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Domicílios Particulares Permanentes	7.446	5.812	1.634	78,06	21,94
População Residente	26.716	20.727	5.989	77,58	22,42
Média de Moradores por Domicílios	3,6	3,6	3,7	-	-

Fonte: IBGE/Próprio Autor, 2010.
 Elaboração: Próprio Autor, 2014.

O déficit habitacional estimado para o município de Canaã de Carajás foi de 17,3% dos domicílios particulares permanentes, equivalente a 1.291, dos quais 80,25% encontram-se na área urbana, gerando um déficit habitacional de 17,8% dos domicílios particulares permanentes da área urbana. O déficit para a área rural do município foi de 15,6% (Tabela 2).

Tabela 42 - Déficit Habitacional por situação de domicílio de Canaã dos Carajás, 2010

Situação do Domicílio	Déficit Habitacional	
	Absoluto	Relativo
Total	1.291	17,3
Urbana	1.036	17,8
Rural	255	15,6
Fonte: IBGE/Próprio Autor, 2010. Elaboração: Próprio Autor, 2014.		

Observando o déficit habitacional por componentes de Canaã dos Carajás, em 2010, eram necessárias mais de 639 habitações para reposição de moradias precárias (improvisadas ou rústicas), 318 novas para sanar a coabitação familiar, mais 197 para famílias cujo ônus com aluguel é excessivo e 163 novas moradias para pessoas que vivem em domicílios com excedentes de pessoas por dormitórios por não disporem de renda suficiente para alugar um imóvel adequado ao tamanho da família (Tabela 3).

Tabela 43 - Déficit Habitacional por componentes de Canaã dos Carajás, 2010

Componentes	Déficit Habitacional (Absoluto)
a) Habitações Precárias	639

b) Coabitação Familiar	318
c) Ônus Excessivo com Aluguel	197
d) Adensamento Excessivo	163
Fonte: IBGE/Próprio Autor, 2010.	
Elaboração: Próprio Autor, 2014.	

Ao desagregar por faixa de renda a estimativa do déficit habitacional de Canaã dos Carajás, em 2010, observa-se que o maior déficit ocorreu na faixa de 3 salários mínimos (SM), com 22,4%, o que já era esperado pelo fato de, além de ser a classe de menor renda, é a de maior concentração domiciliar com 64,61% do total de domicílios particulares permanentes. Na faixa de 3 até 5 SM o déficit era de 8,1%, na faixa de 5 a 10 SM era de 11,7% e na faixa de mais de 10 SM era apenas 2,0% (Tabela 4).

Tabela 44 - Déficit Habitacional por faixa de Renda de Canaã dos Carajás, 2010

Faixa de Renda	Domicílios Totais	Déficit Habitacional (Absoluto)	Déficit Habitacional Relativo
Até 3 SM	4.811	1.078	22,4
Mais de 3 até 5 SM	1.354	110	8,1
Mais de 5 a 10 SM	800	94	11,7
Mais de 10 SM	481	10	2,0
Fonte: IBGE/Próprio Autor, 2010.			
Elaboração: Próprio Autor, 2014.			

II – Inadequação Domiciliar

As habitações inadequadas, apesar de não proporcionarem condições desejáveis de habitação, não implicam na necessidade de construção de novas unidades. Pelo conceito adotado nessas estimativas, são passíveis de serem identificadas nas moradias inadequadas localizadas em áreas urbanas, entretanto, algumas foram identificadas para a área rural, porém devem-se considerar algumas restrições estatísticas e conceituais, pois apresentam formas diferenciadas de adequação nem sempre captadas pelos dados utilizados.

Uma habitação pode ser inadequada devido a vários critérios, aqui se considerou o adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, carência ou deficiência de infraestrutura e a inexistência de unidade sanitária exclusiva. Cada inadequação deve se analisada separadamente, pois o mesmo domicílio pode estar em duas ou mais situações de inadequação, ou seja, a soma de domicílios inadequados por distintas classificações não é possível.

Os conceitos e variáveis utilizadas estão descritos no Quadro 2, que também identifica alguns ajustes metodológicos necessários, em função da não disponibilidade de realizar alguns cruzamentos de determinadas variáveis nas bases de dados públicas do Censo 2010.

Quadro 5 - Conceitos e Ajustes metodológicos utilizados na estimativa das inadequações domiciliares de Canaã dos Carajás, 2010

Inadequação	Conceitos e ajustes metodológicos
Adensamento excessivo em domicílios próprios	É caracterizada pelo número médio de moradores de domicílios próprios por dormitório acima de três (3), ressaltando que foram considerados como dormitórios o total de cômodos que servem de dormitório em caráter permanente e apenas para os moradores do domicílio
Domicílios carentes de serviço de infraestrutura	A carência em infraestrutura tem sido, do ponto de vista absoluto e relativo, o componente mais importante da inadequação de domicílios. Sob essa rubrica agregam-se os seguintes serviços básicos: iluminação elétrica (existência), abastecimento de água (rede ge-

Domicílios sem unidade sanitária domiciliar exclusiva	<p>ral), esgotamento sanitário (rede geral e fossa séptica) e coleta de lixo. Consideram-se como carentes de infraestrutura todos os domicílios que não dispõem de ao menos um dos serviços citados.</p> <p>A inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva define o domicílio que não dispõe de banheiro ou sanitário de uso exclusivo. Na maioria das vezes ocorre nos cortiços tradicionais (em trajetória de extinção ou de transformação) como em terrenos com dois ou mais domicílios, ocupados por famílias ligadas por parentesco ou fortes laços afetivos.</p> <p>Fonte: FJP/Próprio Autor, 2013. Elaboração: Próprio Autor, 2014.</p>
--	--

Com base na metodologia já descrita anteriormente foram estimadas as inadequações domiciliares de Canaã dos Carajás, cujos resultados encontram-se apresentados a seguir.

Observando as inadequações domiciliares aqui estimadas por situação de domicílios, todas são maiores na área urbana, em função da maior concentração de domicílios nessa área e também pelo fato de serem características que na maioria das vezes são comuns em lugares com grande concentração de população.

Dos 7.446 domicílios particulares permanentes de Canaã dos Carajás, em 2010, 280 apresentavam adensamento excessivo em domicílios próprios, 6.748 tinham carência de infraestrutura e 812 não dispunham de unidade sanitária de uso exclusivo (Tabela 5).

Tabela 45 - Inadequações Domiciliares por situação do domicílio em Canaã dos Carajás, 2010

Inadequação Domiciliar	Total	Urbano	Rural
Adensamento Excessivo em Domicílios Próprios	280	224	56
Carência de Infraestrutura	6.748	5.226	1.522
Inexistência de Unidade Sanitária	812	452	360
Fonte: IBGE/Próprio Autor, 2010. Elaboração: Próprio Autor, 2014.			

Desagregando por faixa de renda domiciliar, semelhante ao que ocorreu na estimativa do déficit habitacional, em 2010, no município de Canaã dos Carajás, a maior concentração de domicílios com inadequações ocorreu na faixa de até 3 SM, com 69,93% dos domicílios com adensamento excessivo de moradores por dormitório, 66,89% dos domicílios carentes de infraestrutura e 90,15% dos domicílios sem unidade sanitária de uso exclusivo (Tabela 6).

A inadequação domiciliar de carência de infraestrutura foi a que apresentou a maior desconcentração em relação a renda domiciliar, de modo que se observou significativas carências nas faixas subsequentes a de até 3 SM, com 17,37% na faixa de mais de 3 até 5 SM, 10,48% na faixa de mais de 5 até 10 SM e 5,6% na faixa acima de 10 SM, em Canaã dos Carajás em 2010.

Tabela 46 - Inadequações Domiciliares por faixa de renda domiciliar em Canaã dos Carajás, 2010

Faixa de Renda	Adensamento Excessivo em Domicílios Próprios	Carência de Infraestrutura	Inexistência de Unidade Sanitária
Até 3 SM	193	4.513	732
Mais de 3 até 5 SM	78	1.172	37
Mais de 5 a 10 SM	9	707	43
Mais de 10 SM	-	355	-

Fonte: IBGE/Próprio Autor, 2010.
Elaboração: Próprio Autor, 2014.

III – Projeções Domiciliares - Demanda Futura por Moradias

A demanda demográfica por moradias é a quantidade de unidades residenciais necessárias para atender todas as famílias que irão efetivamente formar um novo domicílio. Segue então, o comportamento demográfico de uma população, acompanhando normas sociais de organização familiar, casamentos, idade de saída da casa dos pais e o próprio crescimento da população. Logo, a demanda é demográfica porque o pressuposto da necessidade é baseado em evento demográfico e o montante é estimado por meio de projeção populacional e modelo demográfico.

As projeções populacionais aqui apresentadas são fonte Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), oriundas do trabalho “Evolução e tendências demográficas”. As principais fontes utilizadas neste estudo foram os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 2000 e 2010, referentes à dinâmica demográfica.

Para realização da projeção populacional, foi utilizado conjuntamente métodos objetivos e subjetivos. Inicialmente utilizou-se o método de razão (*ratio methods*) que estima a população de uma área menor considerando o crescimento da área maior, aplicando a técnica da Partição do Crescimento (*Share-of-Growth*), em que a projeção populacional da pequena área levou em consideração a sua contribuição no incremento absoluto da população esperada para a maior área (IDESP, 2010). Este método é conhecido no Brasil como “método dos coeficientes ou AiBi” em que o crescimento das áreas menores guarda relacionamento linear com o crescimento da área maior.

A fórmula algébrica do modelo é:

$$P_{it} = P_{il} + \left[\frac{(P_{it} - P_{ib})}{(P_{jl} - P_{jb})} \right] (P_{jt} - P_{jl}) \quad (1)$$

Em que:

P_{it} = população a ser projetada para o município i no ano t

P_{il} = população inicial para o município i

P_{ib} = população base do município i

P_{jl} = população inicial para RI correspondente

P_{jb} = população base para RI correspondente

P_{jt} = população a ser projetada RI no ano t

E simplificando a equação 1 pode ser reescrita da seguinte forma:

$$P_{it} = A_i P_{jt} + B_i \quad (2)$$

A_i = coeficiente de proporcionalidade entre o crescimento da área menor e a maior

B_i = coeficiente linear de correção

7.1. Projeção do déficit habitacional de Canaã dos Carajás 2014 – 2023

A projeção do déficit depende da tendência de evolução populacional e das intervenções que serão realizadas a partir do estoque de moradias em déficit no ano de referência, nesse trabalho 2010. Sem essas duas tendências a projeção fica arbitrária e vários podem ser os cenários possíveis.

Dessa forma, a projeção do déficit habitacional para Canaã dos Carajás foi realizada com base em três cenários a serem apresentados. Algumas considerações foram feitas e coletadas para a elaboração da projeção:

- Necessidade de igualar metodologias de cálculo dos componentes em 2000 e 2010 para obter um déficit habitacional comparável, de modo a calcular a taxa de crescimento médio anual do período.
- A participação de Canaã dos Carajás no déficit habitacional 2000 e 2010 cujas fontes são diferentes. Em 2000 a participação era de 0,10% em relação ao total divulgado pela Fundação João Pinheiro, e em 2010 a participação era de 0,32% com base em estimativas do próprio autor.
- A Prefeitura de Canaã informou a previsão de entrega de 933 novas moradias, em 2014, através do programa Minha Casa Minha Vida.
- Para o **Cenário A** se considerou a taxa média anual de crescimento (9,6%) de 2000 a 2010 para o período de 2011 a 2013, em 2014 considerou a intervenção de 933 novas moradias e para o período seguinte, de 2015 a 2023, a taxa média anual de crescimento de 2000 a 2014, o que levou a uma taxa menor (3,5%). Manteve-se crescimento por não ter sido informado nenhuma outra intervenção no período.
- No **Cenário B**, considerou-se um cenário pessimista de que nenhuma intervenção viesse ocorrer no município, o número de habitações em déficit cresceria a taxas constantes anuais de 9,6% com base no que ocorreu de 2000 a 2010.

- No **Cenário C**, se levou em conta que nem todas as novas moradias irão atender domicílios em déficits, dado o considerável número de inadequações domiciliares. Dessa forma, estimou-se que, em 2014, 50% das moradias seriam para resolver problemas de déficit habitacional e a partir de 2015 a prefeitura e demais esferas governamentais trabalhariam em prol de uma redução do estoque restante de 2% ao ano. Esse cenário (C) fica como melhor sugestão dado que no plano habitacional do município várias ações estão sendo propostas.

Tabela 47 - Projeção do Déficit Habitacional para o município de Canaã dos Carajás, 2014-2030

Ano	População	Domicílios	Déficit esperado Absoluto			Déficit esperado Relativo		
			A	B	C	A	B	C
2010	26.716	7.446	1.291	1.291	1.291	17,3	17,3	17,3
2014	33.300	9.250	730	1.822	1.172	7,9	19,7	12,7
2015	34.347	9.541	755	1.997	1.149	7,9	20,9	12,0
2016	35.355	9.821	781	2.189	1.126	8,0	22,3	11,5
2017	36.329	10.091	807	2.399	1.103	8,0	23,8	10,9
2018	37.270	10.353	832	2.629	1.081	8,0	25,4	10,4
2019	38.182	10.606	858	2.881	1.060	8,1	27,2	10,0
2020	39.066	10.852	884	3.158	1.038	8,1	29,1	9,6
2021	39.923	11.090	909	3.461	1.018	8,2	31,2	9,2
2022	40.752	11.320	935	3.793	997	8,3	33,5	8,8
2023	41.552	11.542	961	4.157	977	8,3	36,0	8,5
2024	42.319	11.755	986	4.556	958	8,4	38,8	8,1
2025	43.051	11.959	1.012	4.993	939	8,5	41,7	7,8
2026	43.743	12.151	1.038	5.472	920	8,5	45,0	7,6
2027	44.392	12.331	1.063	5.997	901	8,6	48,6	7,3

2028	44.994	12.498	1.089	6.572	883	8,7	52,6	7,1
2029	45.548	12.652	1.115	7.203	866	8,8	56,9	6,8
2030	46.050	12.792	1.140	7.894	848	8,9	61,7	6,6

Fonte: IBGE, FJP, Próprio Autor.

Elaboração: Próprio Autor.

Considerando o cenário C foram realizadas projeções do déficit habitacional e das inadequações de domicílios até 2013, desagregadas por situação de domicílio e faixa de renda domiciliar. Seguem algumas considerações:

- As projeções basearam-se nas proporções observadas para 2010, uma intervenção de 933 novos domicílios em 2014 e meta de redução de 2% ao ano.
- Se considerou que 50% das novas moradias seriam para atender problemas de déficit habitacional e os outros 50% para atender inadequação domiciliar. No caso da inadequação com exceção da carência de infraestrutura que utilizou-se redução total, as demais foram proporcionais ao observado em 2010.

Tabela 48 - Projeção do Déficit Habitacional absoluto por situação do domicílio e faixa de renda para o município de Canaã dos Carajás, 2014-2030

Ano	Déficit Habitacional Total						
	Total	Urbano	Rural	Até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM
2010	1.291	1.036	255	1.078	110	94	10
2014	1.172	941	232	979	100	85	9

2015	1.149	922	227	959	98	84	9
2016	1.126	903	222	940	96	82	9
2017	1.103	885	218	921	94	80	9
2018	1.081	868	214	903	92	79	8
2019	1.060	850	209	885	90	77	8
2020	1.038	833	205	867	88	76	8
2021	1.018	817	201	850	87	74	8
2022	997	800	197	833	85	73	8
2023	977	784	193	816	83	71	8
2024	958	769	189	800	82	70	7
2025	939	753	185	784	80	68	7
2026	920	738	182	768	78	67	7
2027	901	723	178	753	77	66	7
2028	883	709	174	738	75	64	7
2029	866	695	171	723	74	63	7
2030	848	681	168	708	72	62	7

Fonte: IBGE, FJP, Próprio Autor.

Elaboração: Próprio Autor

Tabela 49 - Projeção do Déficit Habitacional relativo por situação do domicílio e faixa de renda para o município de Canaã dos Carajás, 2014 - 2030

Ano	Déficit Habitacional (%)						
	Total	Urbano	Rural	Até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM
2010	17,3	17,8	15,6	22,4	8,1	11,7	2,0

2014	12,7	13,0	11,4	16,4	5,9	8,6	1,5
2015	12,0	12,4	10,8	15,6	5,6	8,2	1,4
2016	11,5	11,8	10,3	14,8	5,4	7,8	1,4
2017	10,9	11,2	9,8	14,1	5,1	7,4	1,3
2018	10,4	10,7	9,4	13,5	4,9	7,1	1,3
2019	10,0	10,3	9,0	12,9	4,7	6,8	1,2
2020	9,6	9,8	8,6	12,4	4,5	6,5	1,1
2021	9,2	9,4	8,3	11,9	4,3	6,2	1,1
2022	8,8	9,1	7,9	11,4	4,1	6,0	1,1
2023	8,5	8,7	7,6	10,9	4,0	5,7	1,0
2024	8,1	8,4	7,3	10,5	3,8	5,5	1,0
2025	7,8	8,1	7,1	10,1	3,7	5,3	0,9
2026	7,6	7,8	6,8	9,8	3,5	5,1	0,9
2027	7,3	7,5	6,6	9,4	3,4	5,0	0,9
2028	7,1	7,3	6,4	9,1	3,3	4,8	0,8
2029	6,8	7,0	6,2	8,8	3,2	4,6	0,8
2030	6,6	6,8	6,0	8,6	3,1	4,5	0,8

Fonte: IBGE, FJP, Próprio Autor.

Elaboração: Próprio Autor.

Tabela 50 - Projeção de Domicílios com Adensamento Excessivo em Domicílios Próprios por situação do domicílio e faixa de renda para o município de Canaã dos Carajás, 2014 - 2030

Ano	Adensamento Excessivo em Domicílios Próprios						
	Total	Urbano	Rural	Até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM

2010	280	224	56	193	78	9	-
2014	160	128	32	110	45	5	-
2015	157	125	31	108	44	5	-
2016	154	123	31	106	43	5	-
2017	151	120	30	104	42	5	-
2018	148	118	30	102	41	5	-
2019	145	116	29	100	40	5	-
2020	142	113	28	98	39	5	-
2021	139	111	28	96	39	4	-
2022	136	109	27	94	38	4	-
2023	133	107	27	92	37	4	-
2024	131	105	26	90	36	4	-
2025	128	102	26	88	36	4	-
2026	126	100	25	87	35	4	-
2027	123	98	25	85	34	4	-
2028	121	96	24	83	34	4	-
2029	118	95	24	81	33	4	-
2030	116	93	23	80	32	4	-

Fonte: IBGE, FJP, Próprio Autor.

Elaboração: Próprio Autor.

Tabela 51 - Projeção de Domicílios com Carência de Infraestrutura por situação do domicílio e faixa de renda para o município de Canaã dos Carajás, 2014 - 2030

Ano	Carência de Infraestrutura						
	Total	Urbano	Rural	Até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM

2010	6.748	5.226	1.522	4.513	1.172	707	355
2014	6.281	5025	1256	4.329	1.750	202	330
2015	6.155	4924	1231	4.243	1.715	198	324
2016	6.032	4826	1206	4.158	1.680	194	317
2017	5.912	4729	1182	4.075	1.647	190	311
2018	5.793	4635	1159	3.993	1.614	186	305
2019	5.678	4542	1136	3.913	1.582	182	299
2020	5.564	4451	1113	3.835	1.550	179	293
2021	5.453	4362	1091	3.758	1.519	175	287
2022	5.344	4275	1069	3.683	1.489	172	281
2023	5.237	4189	1047	3.610	1.459	168	275
2024	5.132	4106	1026	3.537	1.430	165	270
2025	5.029	4024	1006	3.467	1.401	162	265
2026	4.929	3943	986	3.397	1.373	158	259
2027	4.830	3864	966	3.329	1.346	155	254
2028	4.734	3787	947	3.263	1.319	152	249
2029	4.639	3711	928	3.198	1.292	149	244
2030	4.546	3637	909	3.134	1.266	146	239

Fonte: IBGE,
FJP, Próprio Autor.
Elaboração: Próprio Autor.

Tabela 52 - Projeção de Domicílios com Inexistência de Unidade Sanitária por situação do domicílio e faixa de renda para o município de Canaã dos Carajás, 2014 - 2030

Ano	Inexistência de Unidade Sanitária						
	Total	Urbano	Rural	Até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM
2010	812	452	360	732	37	43	-
2014	465	372	93	321	130	15	-
2015	456	365	91	314	127	15	-
2016	447	357	89	308	124	14	-
2017	438	350	88	302	122	14	-
2018	429	343	86	296	119	14	-
2019	420	336	84	290	117	14	-
2020	412	330	82	284	115	13	-
2021	404	323	81	278	112	13	-
2022	396	316	79	273	110	13	-
2023	388	310	78	267	108	12	-
2024	380	304	76	262	106	12	-
2025	372	298	74	257	104	12	-
2026	365	292	73	252	102	12	-
2027	358	286	72	246	100	11	-
2028	350	280	70	242	98	11	-
2029	343	275	69	237	96	11	-
2030	337	269	67	232	94	11	-

Fonte: IBGE, FJP, Próprio Autor.
Elaboração: Próprio Autor.

8. Anexo I

O Diagnóstico do Plano Municipal de Habitação de Canaã dos Carajás foi elaborado tendo como base, principalmente, dados obtidos no IBGE. Entretanto, esses dados não levam em consideração as particularidades do município. Canaã dos Carajás passa processos migratórios oriundos da exploração mineral que afetam diretamente a realidade da região em que ele se encontra. O projeto S11D, em fase de implantação, tem atraído mão de obra de todo o país, o que tem contribuído para um crescimento demográfico acima da projeção elaborada pelo IBGE. Prevendo esse cenário, a empresa Vale, responsável pelo projeto S11D, solicitou à empresa Golder que elaborasse uma nova estimativa de crescimento para o município de Canaã dos Carajás, cujas metodologias seguem:

A construção de cenários desenvolvida nesse plano abordará 2 tipos de cenários exploratórios. Os extrapolativos, os quais reproduzem no futuro os comportamentos dominantes no passado. E os alternativos, os quais exploram os fatores de mudança que podem levar a realidades completamente diferentes do passado e do presente. (BUARQUE, 2003)

Nas simulações realizadas para 20 anos de projeção foram assumidas as seguintes definições:

- O cenário extrapolativo livre de restrições está associado à taxa de crescimento populacional urbano de 4,52% a.a. e rural de 2,24% a.a. medida entre 2007 e 2010. Também foi considerado o incremento de 0,39% a.a. sobre o grau de urbanização de 2010 para todo o período de projeção;

O cenário extrapolativo com variações canônicas está associado às taxas de crescimento populacional de:

- b1) 8,37% a.a. estimada no período de 2000 a 2013 e incremento de 0,39% a.a. sobre o grau de urbanização de 2010 para todo o período de projeção;
- b2) 10,11% estimada pela GOLDER no EIA do Projeto S11D para o valor inferior do intervalo até 2020. A partir de 2021 foi adotada a taxa de 5,15% estimada pelo IBGE para 2013. Também foi considerado o incremento de 0,39% a.a. sobre o grau de urbanização de 2010 para todo o período de projeção;
- b3) 11,59% estimada pela GOLDER no EIA do Projeto S11D para o valor superior do intervalo até 2020. A partir de 2021 foi adotada a taxa de 5,15% estimada pelo IBGE para 2013. Também foi considerado o incremento de 0,39% a.a. sobre o grau de urbanização de 2010 para todo o período de projeção;

O cenário alternativo assume a taxa de crescimento de 9,36% a.a. medida entre 2000 e 2010 e incremento de 0,39% a.a. sobre o grau de urbanização de 2010 para todo o período de projeção.

As premissas para a decisão do cenário mais provável são:

- ✓ Evolução do crescimento e das taxas de crescimento populacional de Canaã dos Carajás;
- ✓ Evolução do grau de urbanização de Canaã dos Carajás;
- ✓ Saldo líquido migratório para Canaã dos Carajás; - Diminuição do incremento demográfico conforme o aumento populacional é acompanhado pelo crescimento econômico, melhorias da infraestrutura, serviços e comércio na região;
- ✓ Comparativo da evolução demográfica de cidades do entorno que também receberam influência de grandes empreendimentos mine-
rários;

- ✓ Premissas de outros estudos para projeção populacional de Canaã dos Carajás;
- ✓ Impacto socioeconômico do Projeto Mina de Cobre do Sossego em Canaã dos Carajás;
- ✓ Geração de emprego estimada para o Projeto Ferro Carajás S11D;
- ✓ Período de implantação do Projeto S11D;
- ✓ Diferenças tecnológicas do Projeto S11D comparado ao Projeto Sossego;
- ✓ Implantação de pelo menos dois grandes projetos previstos, além do S11D.

Baseado nessas premissas, o cenário adotado é o b2, apresentado na Tabela 53.

Tabela 53 - Projeção Populacional de Canaã dos Carajás para 20 anos

Projeção Populacional de Canaã dos Carajás para 20 anos.

	População (habitantes)			População (%)	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
2014	39.272	31.080	8.192	79,14%	20,86%
2015	43.242	34.390	8.852	79,53%	20,47%
2016	47.614	38.053	9.561	79,92%	20,08%
2017	52.427	42.104	10.323	80,31%	19,69%
2018	57.728	46.586	11.141	80,70%	19,30%
2019	63.564	51.544	12.020	81,09%	18,91%
2020	69.990	57.028	12.962	81,48%	18,52%
2021	73.595	60.252	13.343	81,87%	18,13%

2022	77.385	63.657	13.728	82,26%	17,74%
2023	81.370	67.253	14.118	82,65%	17,35%
2024	85.561	71.050	14.511	83,04%	16,96%
2025	89.967	75.060	14.908	83,43%	16,57%
2026	94.601	79.294	15.306	83,82%	16,18%
2027	99.473	83.766	15.707	84,21%	15,79%
2028	104.596	88.488	16.108	84,60%	15,40%
2029	109.982	93.474	16.508	84,99%	15,01%
2030	115.646	98.739	16.907	85,38%	14,62%
2031	121.602	104.298	17.304	85,77%	14,23%
2032	127.865	110.168	17.696	86,16%	13,84%
2033	134.450	116.366	18.083	86,55%	13,45%

Fonte: IBGE/EIA S11D. Elaboração: Terra Meio Ambiente.

Devido à fluidez da realidade confirmada pelos fatos e argumentos descritos anteriormente, é aconselhável revisões periódicas de acordo com a Contagem Populacional e Censos Demográficos realizados pelo IBGE.

9. Bibliografia

- Déficit habitacional municipal no Brasil. / Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2013.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (1995, 2001, 2004, 2006). “Déficit Habitacional Brasileiro. Belo Horizonte.
- SANTOS, R. O. Projeções populacionais para pequenas áreas a partir de cenários econômicos: aplicação de *ratio methods* para a região do Alto Paraopebas-MG, 2010-2025. Belo Horizonte: CEDEPLAR.. Dissertação de Mestrado, 2010.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo, 2010.
- Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. Projeções Populacionais, Belém, 2014.

2014

Prefeitura Municipal de
Canaã dos Carajás -
PMCC/CLC Consultoria

[Estratégias de Ação – Plano Local de Habitação de Interesse Social]

Canaã dos Carajás

PREFEITO MUNICIPAL

Jeová Gonçalves de Andrade

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

José Luiz dos Santos

SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO

Marcos Paulo de Assis

CONSULTORIA CLC

Coordenação Geral

Simonia Caetano Batista

Coordenação Especializada

Juliana Cristina Leal Salvador Conti

Joelma de Moura Leite

Consultoria Especializada

Rovaine Ribeiro

Mapeamento

Tabilla Leite

Redação Final do Texto

Simonia Caetano Batista

Joelma de Moura Leite

Juliana Cristina Leal Salvador Conti

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Comitê de Coordenação

Ismael Mac Robson Avelar - Coordenador.

Maria Raquel Dutra da Cruz - Secretária.

Clóvis Avelino Ribeiro – Sociólogo.

Ivone César Frigotto – Pedagoga.

Comitê Técnico

Marcos Paulo de Assis – Secretário Municipal de Habitação.

Eliel Sobral da Silva Ramos – Analista de Sistema

Irisleide Lucena de Sousa – Assistente Social

Daniela Lopes de Andrade – Assistente Social

Carol Kelly Lima Amoras Coelho – Arquiteta

Equipe de Apoio

Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

José Luiz dos Santos - Secretário SEPLAN

Arleides Martins de Paula - Assessora SEPLAN

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES

Maria Pereira de Sousa - Secretária

Eliete Natalino Pimentel Pinto - Assistente Social

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOB

Zito Augusto Correia - Secretário SEMOB

Osmar Ribeiro da Silva - Engenheiro Sanitarista

Secretaria Municipal de Governo – SEGOV

José Moreira Soares - Secretário SEGOV

Edilson Valadares - Chefe de Governo

Instituto de Desenvolvimento Urbano – IDURB

Marili Terezinha Rodrigues - Presidente

Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE

Edson Gomes Pereira - Presidente

Glaiston de Paiva Campos - Técnico em Saneamento

Sumário

1. Introdução.....	5
2. Diretrizes e objetivos.....	5
3. Provisão, adequação e urbanização: linhas programáticas, programas e ações.	7
3.1. Linha Programática para Integração Urbana de Assentamentos Precários (LP1)	9
3.1.1. P1A – Programa para a promoção pública de UH’s urbanas em Assentamentos Precários	10
3.1.2. P1B – Programa de melhoria habitacional em Assentamentos Precários	10
3.1.3. P1C – Programa de Assistência Técnica para Assentamentos Precários	11
3.1.4. P1D – Programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Precários.....	12
3.1.5. P1E – Programa de Contenção de Invasões	13
3.1.6. P1F – Programa de Apoio à remoção	14
3.1.7. P1G – Programa de Eliminação e Gerenciamento de Áreas de Risco	15
3.2. Linha Programática para Produção e Aquisição de habitação - LP2.....	16
3.2.1. P2A – Programa para a promoção de novas UH’s	16
3.2.2. P2B – Programa para a promoção Pública de Loteamentos Urbanos ou aquisição de Lotes Urbanizados com oferta de materiais de construção	17
3.3. Linha Programática de Atendimento de Melhoria Habitacional - LP3	18
3.4. Linha Programática de Atendimento para Assistência Técnica	18
3.5. Linha Programática para o Desenvolvimento institucional - LP5	19
4. Monitoramento, avaliação e revisão.....	31

1. Introdução

Este trabalho é parte integrante do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Canaã dos Carajás e corresponde à 3ª etapa do trabalho de elaboração do referido PLHIS – Estratégias de Ação. Neste documento serão apresentadas as diretrizes, definidos os objetivos gerais e específicos do Plano, as linhas programáticas, programas e ações indicados para equacionar o problema habitacional em Canaã dos Carajás, seguidos de metas, indicadores e sugestão de monitoramento.

Para Canaã dos Carajás, um município jovem, porém muito denso, em função do alto fluxo migratório, motivado pela existência de projeto mineral capitaneado pela empresa Vale, procurou-se, de acordo com as informações obtidas nas etapas anteriores, traçar programas e ações que evitem o adensamento excessivo em determinadas áreas, que reorganizem o traçado urbano (enfrentando as invasões e preservando o meio ambiente), que identifiquem as áreas de expansão e, principalmente, promovam o acesso à moradia digna e diminuição do déficit habitacional. Para isso, foram pensadas ações de curto, médio e longo prazo.

2. Diretrizes e objetivos

Para melhor compreensão das diretrizes e dos objetivos do Plano Local de Habitação de Interesse Social, seguem os conceitos:

Diretrizes: são as linhas reguladoras que nortearão as informações e análises obtidas no diagnóstico para alcançar os objetivos;

Objetivos: é o que se quer atingir como resposta aos problemas diagnosticados e que devem prever resultados quantificáveis e perceptíveis a toda a população.

Considerando os princípios descritos na Política Nacional de Habitação (direito à moradia, moradia digna, inclusão social, integração das políticas habitacionais em todos os âmbitos governamentais, sendo a questão habitacional uma política de Estado, cumprimento à função social da propriedade e a garantia da participação da sociedade civil) foram traçadas as seguintes diretrizes para a política habitacional de Canaã dos Carajás:

- a) **Alinhar a política municipal de habitação com a política estadual e nacional de habitação.** É imprescindível para Canaã dos Carajás estar estruturado e capacitado institucionalmente para acessar os recursos disponíveis a nível estadual e principalmente a nível federal, tendo em vista a priorização da política habitacional por parte do governo federal nos últimos anos. O alinhamento com as instâncias governamentais superiores, aliado aos recursos próprios, propiciará o acesso da população às políticas habitacionais.
- b) **Fomentar a sustentabilidade social, econômica e ambiental nos projetos habitacionais.** Considerando a diversidade da população, planejar ações que contemplem as diversas necessidades para que o problema habitacional seja solucionado. Elaborar políticas economicamente viáveis para o município e para a população, considerando sempre o uso racional dos recursos naturais e das áreas de proteção ambiental.
- c) **Zelar pela gestão democrática através da participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos.** Atuar de forma transparente, sempre informando a população sobre as políticas adotadas e estabelecer formas de participação popular que integrem governo e população.
- d) **Utilizar os instrumentos previstos no Plano Diretor para integrar a política habitacional às demais políticas municipais, em conformidade com a legislação urbanística dele decorrente e consolidar a política fundiária.** Utilizar o Plano Diretor para normatizar as ações urbanísticas da política municipal de habitação. Priorizar aquisição de áreas para habitação em locais não periféricos e

com acesso aos equipamentos públicos e em caso de não disponibilidade de áreas centrais, garantir a implantação desses equipamentos.

- e) **Estimular a produção de moradias, seguindo as orientações da legislação vigente, pela iniciativa pública e privada, bem como fomentar a autogestão.** O problema habitacional passa pela produção de moradias. Estimular essa produção é imprescindível para sanar o déficit habitacional. E criar alternativas para o problema é fundamental para sua solução.

Os objetivos definidos para o PLHIS de Canaã dos Carajás seguem descritos a seguir:

- a) Consolidar a estrutura administrativa para o enfrentamento aos problemas habitacionais de Canaã dos Carajás.
- b) Aumentar a oferta de moradia de interesse social, estimulando a produção de moradias pelo setor público, privado, cooperativas e associações, visando reduzir o déficit habitacional e atendendo a população de menor renda.
- c) Estimular a produção de moradias para atingir público acima de 3 salários mínimos.
- d) Criar condições para resolver o problema de inadequação habitacional, com melhoria dos serviços públicos, infraestrutura e das unidades habitacionais.
- e) Impedir a ocupação irregular de áreas (públicas ou privadas), atuando de forma efetiva no parcelamento do solo e dando utilidade para as localidades.
- f) Promover regularização fundiária de assentamentos precários, bem como de áreas ainda irregulares.

3. Provisão, adequação e urbanização: linhas programáticas, programas e ações.

As Linhas Programáticas foram definidas após o mapeamento das necessidades habitacionais descritas no diagnóstico e de acordo com os objetivos e as diretrizes traçados no PLHIS. Seguindo a recomendação do Ministério das Cidades, serão adotadas linhas previamente definidas no Plano Nacional de Habitação.

Com o objetivo de organizar melhor a demanda e dimensionar as necessidades de financiamento e subsídios, o PlanHab também definiu os grupos de atendimento. Essa definição se deu de acordo com a capacidade de acessar um financiamento, considerando-se a renda familiar e per capita, análise da cesta de consumo e tipologia dos municípios, relacionada com o funding adequado a cada situação e em função das simulações elaboradas para a montagem do modelo de financiamento e subsídios. São eles:

Tabela 1 - Grupos de Atendimento

Grupo 1	Famílias sem renda ou com renda líquida abaixo da mínima necessária à capacidade de assumir um compromisso de retorno regular e estruturado (abaixo da linha de financiamento);
Grupo 2	Famílias com renda mensal que permite assumir algum compromisso de pagamento (mensal) regular estruturado e acessar financiamento imobiliário, mas em valor insuficiente para obter uma moradia adequada e, ainda, com alto risco de crédito para os agentes financeiros (e por eles têm sido evitadas), em decorrência de suas rendas informais e reduzidas e das precárias garantias oferecidas para o financiamento;
Grupo 3	Famílias com renda mensal que permite assumir compromisso de pagamento mensal, mediante acesso a financiamento imobiliário, mas nem sempre suficiente para obter uma moradia adequada, e com moderado risco de crédito para os agentes financeiros;

Grupo 4 Famílias com capacidade de pagamento regular e estruturada, com plenas condições de assumirem compromisso de pagamento mensal relativo ao financiamento imobiliário, em valor suficiente para obter uma moradia adequada desde que em condições acessíveis, pois possuem empregos e rendas estáveis e são capazes de oferecer garantias reais para os financiamentos contraídos.

Grupo 5 Famílias com plena capacidade de acesso a um imóvel adequado às suas necessidades, por meio de esquemas de financiamento de mercado.

Fonte: PlanHab, 2009

3.1. Linha Programática para Integração Urbana de Assentamentos Precários (LP1)

De acordo com o PlanHab, o objetivo das intervenções de urbanização de assentamentos precários “consiste no estabelecimento de padrões mínimos de habitabilidade e a integração do assentamento à cidade, por meio da adaptação da configuração existente, de forma a viabilizar a implantação e o funcionamento das redes de infraestrutura básica, melhorar as condições de acesso e circulação e eliminar situações de risco, de forma compatível com a proteção e recuperação do meio ambiente. Essa ação abrange a integração de ações de habitação, saneamento ambiental, inclusão social, jurídicas e de registros imobiliários”¹.

Para o município de Canaã dos Carajás, dentro dessa Linha Programática, foram propostos os seguintes Programas:

¹ Plano Nacional de Habitação. Linhas Programáticas.

3.1.1. P1A – Programa para a promoção pública de UH’s urbanas em Assentamentos Precários

Este Programa tem como principal objetivo a promoção pública de Unidades Habitacionais em Assentamentos Precários, garantindo a permanência das famílias nas áreas beneficiadas e assegurando uma melhoria nas condições de vida dessa população.

- Público Alvo: Moradores dos Assentamentos Precários previamente identificados pelo Poder Público.
- Agentes: Governo Municipal, Governo Estadual – COHAB, Caixa Econômica Federal, Programa Minha Casa Minha Vida, Ministério das Cidades e bancos comerciais.
- Fontes de Recursos: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, recursos orçamentários municipais e outros recursos do Orçamento Geral da União – OGU.
- Prioridades de Atendimentos: famílias com renda até três salários mínimos

3.1.2. P1B – Programa de melhoria habitacional em Assentamentos Precários

Uma vez que já existem Assentamentos Precários consolidados, e neles uma grande quantidade de unidades habitacionais passíveis de adequação, esse programa prevê ações, não só de *melhoria habitacional*, mas também ações de *urbanização*, com o objetivo de assegurar a inclusão territorial do assentamento. Para a melhoria habitacional das unidades habitacionais existentes serão criados mecanismos de acesso a materiais de construção visando adequação ou ampliação.

- Público Alvo: Famílias que se encontram em moradias precárias ou mal conservadas locadas em áreas sem restrições de ocupação.
- Agentes: Governo Municipal, Governo Estadual – COHAB, Caixa Econômica Federal, Programa Minha Casa Minha Vida, Ministério das Cidades e bancos comerciais.
- Fontes de Recursos: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, recursos orçamentários municipais e outros recursos do Orçamento Geral da União – OGU.
- Prioridades de Atendimentos: Famílias sem renda ou com renda líquida abaixo da mínima necessária à linha de financiamento.

3.1.3. P1C – Programa de Assistência Técnica para Assentamentos Precários

Este programa atenderá a população através de duas ações: Ação de Assistência Técnica para *produção* de novas UH's em Assentamentos Precários e Ação de Assistência Técnica para *melhoria* das UH's em Assentamentos Precários. Essa assistência técnica tem o objetivo de garantir a legalidade e qualidade das edificações realizadas por autoprodução e das reformas, adequações ou ampliações das residências, através do suporte técnico para os serviços de arquitetura, engenharia, de ordem jurídica ou social.

- Público Alvo: Famílias que se encontram em unidades habitacionais precárias e/ou mal conservadas situadas em áreas sem restrição de ocupação e com condições de acesso ao crédito formal ou material de construção.
- Agentes: Governo Municipal, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades e outras instituições (Universidades, Organizações não governamentais, institutos de pesquisa, entre outros).

- Fontes de Recursos: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, recursos orçamentários municipais e outros recursos do Orçamento Geral da União – OGU.
- Prioridades de Atendimentos: Famílias com renda mensal que lhes permite assumir algum compromisso de pagamento mensal regular e estruturado e acessar financiamento imobiliário.

3.1.4. P1D – Programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Precários

Regularização fundiária é a regularização da posse e parcelamento do solo dos assentamentos precários. O objetivo desse programa é garantir a inclusão territorial e segurança da posse aos moradores de assentamentos precários, localizados em terras públicas ou privadas, de modo a evitar remoções arbitrárias e despejos forçados. Ele se subdivide em três ações, sendo a primeira de Regularização *Urbanística* de Assentamentos Precários, a segunda de Regularização *Jurídica* de Assentamentos Precários e a terceira de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais.

Os Assentamentos Informais se subdividem em Loteamentos Clandestinos e Loteamentos Irregulares. Loteamentos Clandestinos são aqueles que nascem regulares, aprovados pelo município, mas no decorrer da sua execução passam a apresentar alguma irregularidade, seja de ordem jurídica ou urbanista. Já os Loteamentos Clandestinos são definidos pelo parcelamento de solo realizado à revelia do Poder Público. Eles podem ser caracterizados pelo traçado regular de sistema viário e pela divisão de lotes, o que facilita as intervenções de complementação da infraestrutura urbana.

A Regularização Urbanística proposta nesse programa visa promover a integração física dos assentamentos ao conjunto da cidade e melhorar os diversos aspectos das condições habitacionais, além de estabelecer padrões de ocupação urbana sem riscos, e que sejam compatíveis com a proteção e recuperação do meio ambiente. São três as modalidades de intervenção: urbanização integral – trata-se daquela descrita

no Planhab; Urbanização gradual – aquela feita ao longo do tempo e Intervenções pontuais – execução de obras de emergência para eliminação de riscos, diminuição da insalubridade ou melhoria da acessibilidade.

- Público Alvo: Famílias que se encontram em assentamentos consolidáveis.
- Agentes: Governo Municipal, Governo Estadual – COHAB, Caixa Econômica Federal, Programa Minha Casa Minha Vida, Ministério das Cidades, bancos comerciais, Cartórios de Registro Civil e ITERPA.
- Fontes de Recursos: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, recursos orçamentários municipais e outros recursos do Orçamento Geral da União – OGU.
- Prioridades de Atendimentos:
 - o Regularização urbanística em áreas de risco e de proteção ambiental;
 - o Regularização jurídica dos assentamentos precários;
 - o Regularização urbanística e jurídica dos assentamentos informais.

3.1.5. P1E – Programa de Contenção de Invasões

O principal objetivo desse programa é inibir o surgimento ou adensamento de favelas/aglomerados subnormais através de ações de fiscalização de áreas públicas e da destinação das áreas públicas existentes para o uso coletivo, estimulando, prioritariamente, a construção de equipamentos públicos que beneficiem a população como um todo.

- Público Alvo: Famílias integrantes do déficit calculado no Diagnóstico, e que estão inseridas no Cadastro Municipal.
- Agentes: Governo Municipal, Governo Estadual – COHAB, Caixa Econômica Federal, Programa Minha Casa Minha Vida, Ministério das Cidades e bancos comerciais.
- Fontes de Recursos: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, recursos orçamentários municipais e outros recursos do Orçamento Geral da União – OGU.
- Prioridades de Atendimentos: famílias com renda igual ou abaixo de três salários mínimos.

3.1.6. P1F – Programa de Apoio à remoção

Em alguns casos a remoção pode ser a única solução para determinada área ocupada no município, sendo, portanto, necessária não só para eliminar situações de risco, mas também para promover o desadensamento e executar intervenções urbanas. Além disso, em algumas áreas a remoção pode ser necessária em função de restrições legais à ocupação. Essa remoção também pode acontecer de forma temporária, para execução de obras de infraestrutura e construção de novas moradias. A intervenção, nesse caso, também envolve a abertura de sistema viário, implantação de infraestrutura completa, parcelamento do solo, construção de equipamentos (quando necessária) e regularização fundiária. Esse apoio poderá se dar das seguintes formas: através da promoção de Locação Social em áreas urbanas já consolidadas e da promoção pública de Unidades Habitacionais urbanas.

- Público Alvo: Famílias alocadas em áreas de risco em Assentamentos Precários
- Agentes: Governo Municipal, Governo Estadual – COHAB, Caixa Econômica Federal, Programa Minha Casa Minha Vida, Ministério das Cidades e bancos comerciais.
- Fontes de Recursos: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, recursos orçamentários municipais e outros recursos do Orçamento Geral da União – OGU.
- Prioridades de Atendimentos: famílias com renda igual ou abaixo de três salários mínimos.

3.1.7. P1G – Programa de Eliminação e Gerenciamento de Áreas de Risco

Ocupações irregulares, sejam em áreas alagadiças sujeitas à inundação ou em áreas sujeitas à deslizamentos, são comuns na região de Canaã dos Carajás. Uma vez que o município está inserido em um relevo acidentado e com diversos cursos d'água, o poder público municipal, através desse programa, tem como principais objetivos: o estímulo da preservação ambiental através da criação de uma legislação própria; a realização de vistorias visando a elaboração periódica de pareceres de risco; a promoção de ações de revitalização de fundos de vale e de áreas comprovadamente de risco, executando de obras de consolidação geotécnica; e a realocação das moradias que se encontram em situação de risco.

- Público Alvo: Famílias alocadas em áreas de risco em Assentamentos Precários
- Agentes: Governo Municipal, Governo Estadual – COHAB, Caixa Econômica Federal, Programa Minha Casa Minha Vida, Ministério das Cidades, bancos comerciais e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM.

- Fontes de Recursos: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, recursos orçamentários municipais e outros recursos do Orçamento Geral da União – OGU.
- Prioridades de Atendimentos:
 - o Realocação das moradias que estão situadas em áreas de risco;
 - o Cercamento e revitalização das áreas de risco (inundações e/ou deslizamentos);
 - o Revitalização dos cursos d'água.

3.2. Linha Programática para Produção e Aquisição de habitação - LP2

O objetivo dessa linha programática é ofertar novas unidades habitacionais através da construção, bem como da aquisição de Unidades Habitacionais visando reduzir o déficit habitacional.

3.2.1. P2A – Programa para a promoção de novas UH's

Esse programa para Promoção de Novas Unidades Habitacionais estimulará ações a serem promovidas pelo setor público, privado ou por autogestão, para aquisição, construção ou arrendamento de unidades habitacionais em áreas rurais e urbanas. O objetivo principal é ofertar novas Unidades Habitacionais para reduzir o déficit habitacional básico e para responder à demanda habitacional futura estimada no Diagnóstico desse Plano.

- Público Alvo: Grupos de Atendimento de 1 a 5

- Agentes: Governo Municipal, Governo Estadual – COHAB, Caixa Econômica Federal, Programa Minha Casa Minha Vida, Ministério das Cidades e bancos comerciais.
- Fontes de Recursos: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, recursos orçamentários municipais e outros recursos do Orçamento Geral da União – OGU.
- Prioridade de atendimento: famílias sem renda ou com renda até três salários mínimos.

3.2.2. P2B – Programa para a promoção Pública de Loteamentos Urbanos ou aquisição de Lotes Urbanizados com oferta de materiais de construção

Os principais objetivos desse Programa são, além de viabilizar a promoção pública e privada de lotes urbanizados, adquirir lotes urbanizados, para mitigar ocupações desordenadas. Eles deverão estar associados à oferta de materiais para construção e serviços e assistência técnica.

- Público Alvo: Grupos de Atendimento 1 e 2.
- Agentes: Governo Municipal, Governo Estadual – COHAB, Caixa Econômica Federal, Programa Minha Casa Minha Vida, Ministério das Cidades e bancos comerciais.
- Fontes de Recursos: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, recursos orçamentários municipais e outros recursos do Orçamento Geral da União – OGU.
- Prioridade de atendimento: famílias sem renda ou com renda até três salários mínimos.

3.3. Linha Programática de Atendimento de Melhoria Habitacional - LP3

Essa Linha tem como principal objetivo reduzir o déficit qualitativo do município. Isso através de ações que ampliem o acesso a materiais de construção, e que eles estejam associados a serviços de assistência técnica para execução, conclusão, reforma e ampliação de Unidades Habitacionais. As ações também serão voltadas ao estímulo à autopromoção, à busca pela garantia de boas condições de habitabilidade e salubridade e do uso correto dos materiais e das técnicas construtivas, além de valorização arquitetônica e da inserção urbana adequada das Unidades Habitacionais. Além disso, essa linha propõe ações voltadas à urbanização, visando reduzir a carência de infraestrutura e melhorando os espaços e os equipamentos públicos.

- Público Alvo: Grupos de Atendimento 1, 2 e 3.
- Agentes: Governo Municipal, Governo Estadual – COHAB, Caixa Econômica Federal, Programa Minha Casa Minha Vida, Ministério das Cidades e bancos comerciais.
- Fontes de Recursos: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, recursos orçamentários municipais e outros recursos do Orçamento Geral da União – OGU.
- Prioridade de atendimento: famílias sem renda ou com renda até três salários mínimos.

3.4. Linha Programática de Atendimento para Assistência Técnica

Com o objetivo de ofertar serviços de assistência técnica para melhorar a capacidade dos envolvidos na produção habitacional, essa linha se dividirá em ações de acordo com o público-alvo que receberá essa capacitação. As ações propostas serão ofertadas para a produção de no-

vas unidades habitacionais, para a melhoria das unidades habitacionais existentes, e para os loteadores/investidores, essa última voltada à regularização fundiária de loteamentos irregulares e/ou clandestinos.

- Público Alvo: Grupos de Atendimento 1, 2 e 3 e loteadores/investidores.
- Agentes: Governo Municipal, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades e outras instituições (Universidades, Organizações não governamentais, institutos de pesquisa, entre outros).
- Fontes de Recursos: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, recursos orçamentários municipais e outros recursos do Orçamento Geral da União – OGU.
- Prioridade de atendimento: Famílias com renda mensal que lhes permite assumir algum compromisso de pagamento mensal regular e estruturado e acessar financiamento imobiliário.

3.5. Linha Programática para o Desenvolvimento Institucional - LP5

Em função da desigualdade da capacidade institucional dos municípios brasileiros essa linha visa promover ações estratégicas para o desenvolvimento institucional dos componentes do SNH para exercer suas funções com autonomia técnica, administrativa e de gestão na formulação, implementação, avaliação, e revisão da política, planos, programas e projetos habitacionais. Além disso, visa aumentar a eficiência dos investimentos e das demais linhas programáticas propostas. Sendo assim, ela irá abranger ações de capacitação de técnicos e dirigentes para a gestão do PLHIS, de disponibilização de técnicos para tratar da área habitacional urbana e rural, de identificação e registro de ações e estratégias que demandam articulação regional, de criação de um banco de dados municipal voltado ao controle e monitoramento das ações em habitação urbana e rural e da estruturação de um setor de capacitação de recursos/convênios, que tenha a habitação como prioridade.

- Público Alvo: Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás – Governo Municipal
- Agentes: Governo Municipal.
- Fontes de Recursos: Recursos orçamentários municipais.
- Prioridade de atendimento:
 - o Disponibilização dos servidores;
 - o Capacitação técnica;
 - o Estruturação institucional.

Tabela 2 - Programas, Subprogramas e Ações

Programas, Subprogramas e Ações		
<i>Linhas Programáticas do Governo Federal</i>	<i>Programas Municipais</i>	<i>Ações Municipais</i>
LP 1 – Linha Programática de atendimento para integração urbana e de assentamentos precários e informais	P1A – Programa para a promoção pública de UH’s urbanas em Assentamentos Precários	P1A I – Ação de promoção pública de UH’s em Assentamentos Precários
	P1B – Programa de melhoria habitacional em Assentamentos Precários	P1B I – Ação de Melhoria das UH’s em Assentamentos Precários
		P1B II – Ação de Urbanização
	P1C – Programa de Assistência Técnica para Assentamentos Precários	P1C I – Ação de Assistência Técnica para produção de novas UH’s em Assentamentos Precários
		P1C II – Ação de Assistência Técnica para melhoria das UH’s em Assentamentos Precários

		P1D I – Ação de Regularização Urbanística de Assentamentos Precários
	P1D – Programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Precários	P1D II – Ação de Regularização Jurídica de Assentamentos Precários
		P1D – III – Programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais
		P1E I – Ação de fiscalização de áreas públicas
	P1E – Programa de Contenção de Invasões	P1E II – Ação de destinação de áreas públicas para uso coletivo
		P1E I – Ação de Promoção de Locação Social
	P1F – Programa de Apoio à remoção	P1E II – Ação de Promoção Pública de UH's Urbanas
		P1H I – Ação de Preservação ambiental definida em legislação própria
		P1G II – Ação de Realização de vistorias e elaboração de pareceres de risco periodicamente
	P1G – Programa de Eliminação e Gerenciamento de Áreas de Risco	P1G III – Ação de Revitalização de Fundos de Vale e Áreas de Risco
		P1G IV – Ação de Realocação de moradias em áreas de risco
		P2A I – Ação para a Promoção Pública de UH's urbanas
LP 2 – Linha Programática de Atendimento para Produção e Aquisição de Habitações	P2A – Programa para a promoção de novas UH's	P2A II – Ação para a Promoção por Autogestão de Unidades Habitacionais Urbanas

		P2A III – Ação para a Promoção por Autogestão de Unidades Habitacionais Rurais
		P2A IV – Ação para a Produção privada de Unidades Habitacionais
	P2B – Programa para a promoção Pública de Loteamentos Urbanos ou aquisição de Lotes Urbanizados com oferta de materiais de construção	P2B I – Ação de Promoção Pública de Loteamentos Urbanos
		P2B II – Ação de oferta de materiais de construção para a produção de UH's
		P2B III – Ação de aquisição pública de Lotes Urbanizados para produção de novas UH's
LP3 – Linha Programática de Atendimento de Melhoria Habitacional	P3A – Programa de Melhoria Habitacional	P3A I – Ação de Melhoria Habitacional
		P3A II – Ação de Urbanização
LP4 – Linha Programática de Atendimento para Assistência Técnica	P4A – Programa de Assistência Técnica de apoio à produção de UH's, à autoconstrução, ao parcelamento do solo e à requalificação habitacional	P4A I – Ação de Assistência Técnica para a produção de novas UH's
		P4A II – Ação de Assistência Técnica para a melhoria das UH's existentes
		P4A III – Ação de Capacitação de loteador/investidor para Regularização Fundiária de Loteamentos Irregulares e/ou Clandestinos
LP5 – Linha Programática para o Desenvolvimento Institucional	P5A – Programa de Desenvolvimento Institucional	P5A I – Ação de capacitação de técnicos e dirigentes para a gestão do plano
		P5A II – Ação de Disponibilização de técnicos para tratar da área habitacional e urbana e rural

P5A III – Ação de Identificação e registro de ações e estratégias que demandam articulação regional

P5A IV – Ação de Criação de um Banco de Dados municipal voltado ao controle e monitoramento das ações em habitação – urbano e rural

P5A V – Ação de estruturação do setor de captação de recursos/convênios que tenha como prioridade a habitação

Fonte: Ministério das Cidades e CLC

Aos Assentamentos Precários listados no diagnóstico foram associadas algumas ações pré-estabelecidas na tabela 3.

Tabela 3 - Assentamentos Precários: Condições e Ações propostas

<i>Nº</i>	<i>Nome</i>	<i>Consolidação</i>	<i>Condições do terreno</i>	<i>Condições de moradia</i>	<i>Infraestrutura e serviços urbanos existentes</i>	<i>Intervenções necessárias</i>	<i>Ações</i>
1	Loteamento Monte Castelo (05 de outubro)	Consolidável	Adequado	Parte das U.H. são passíveis de adequação. E parte já adequada	Eletricidade Coleta de lixo iluminação pública parcial	Adequação de UH's, adequação de sistema viário e regularização urbanística e fundiária do loteamento	Ação de Urbanização/Ação de assistência técnica para produção de novas UH's em AP/Ação de assistência técnica para melhoria de UH's em AP/Promoção pública de unidades habitacionais urbanas/Regularização Fundiária.

2	Jardim Florido	Consolidável	Adequado	U.H inadequadas	Sem infraestrutura	Adequação de UH's, e implantação de infraestrutura básica.	Ação de Urbanização/Ação de assistência técnica para produção de novas UH's em AP/Ação de assistência técnica para melhoria de UH's em AP/Promoção pública de unidades habitacionais urbanas/Regularização Fundiária.
3	Bela Vista A	Consolidável	Adequado	Parte das Uh adequadas e parte passíveis de adequação	Iluminação pública Eletricidade	Adequação das UH, regularização urbanística e fundiária e implantação de infraestrutura básica.	Ação de Urbanização/Ação de assistência técnica para produção de novas UH's em AP/Ação de assistência técnica para melhoria de UH's em AP/Promoção pública de unidades habitacionais urbanas/Regularização Fundiária.
4	Bela Vista B	Não consolidável	Inadequado, pois está à margem de um córrego	Inadequadas	Sem infraestrutura	Remoção das casas à margem do córrego.	Promoção pública de UH's urbanas/Produção Privada de UH's/Promoção por autogestão de UH's/Ação de Contenção de Invasões.
5	Santa Vitória (MOTO CROSS)	Consolidável	Adequado	Parte das U.H. são passíveis de adequação. E parte é inadequada	Eletricidade Coleta de lixo Iluminação pública parcial	Adequação de UH's, regularização urbanística e fundiária do loteamento.	Ação de Urbanização/Ação de assistência técnica para produção de novas UH's em AP/Ação de assistência técnica para melhoria de UH's em AP/Promoção pública de unidades habitacionais urbanas/Regularização Fundiária.

6	Vale da Benção	Consolidável	Adequado	Inadequadas	Eletricidade	Adequação de UH's, Construção de novas UHs, implantação da infraestrutura básica, regularização urbanística e fundiária do loteamento.	Ação de Urbanização/Ação de assistência técnica para produção de novas UH's em AP/Ação de assistência técnica para melhoria de UH's em AP/Promoção pública de unidades habitacionais urbanas.
7	Novo Brasil II A	Consolidável	Adequado	Parte das UH adequadas e parte passíveis de adequação	Eletricidade Coleta de lixo Iluminação pública	Implantação de infraestrutura básica, regularização urbanística e fundiária do terreno.	Ação de Urbanização/Ação de assistência técnica para produção de novas UH's em AP/Ação de assistência técnica para melhoria de UH's em AP/Promoção pública de unidades habitacionais urbanas/Regularização Fundiária.
8	Novo Brasil II B	Não consolidável	Inadequado	Inadequadas	Eletricidade Coleta de lixo Iluminação pública	Remoção das famílias do morro.	Promoção pública de UH's urbanas/Produção Privada de UH's/Promoção por autogestão de UH's/Ação de Contenção de Invasões.
9	Paraíso das águas A	Consolidável	Adequado	Parte adequadas e parte passíveis de adequação	Água Eletricidade Coleta de lixo	Adequação das UH, regularização urbanística e fundiária e implantação de infraestrutura básica	Ação de Urbanização/Ação de assistência técnica para produção de novas UH's em AP/Ação de assistência técnica para melhoria de UH's em AP/Promoção pública de unidades habitacionais urbanas/Regularização Fundiária.
10	Paraíso das águas B	Não consolidável	Inadequado pois está a margem de um córrego	Inadequadas	Sem infraestrutura	Remoção das casas.	Promoção pública de UH's urbanas/Produção Privada de UH's/Promoção por autogestão de UH's/Ação de Contenção de Invasões.

sões.

11	Santana	Consolidável	Adequado	Inadequadas	Sem infraestrutura	Adequação das UH, regularização urbanística e fundiária e implantação de infraestrutura básica.	Ação de Urbanização/Ação de assistência técnica para produção de novas UH's em AP/Ação de assistência técnica para melhoria de UH's em AP/Promoção pública de unidades habitacionais urbanas/Regularização Fundiária.
12	Vale do Sossego						

Fonte: PMCC e CLC

4. Metas, indicadores e fontes de recursos

- **Metas e indicadores**

Este tópico trata das metas e indicadores propostos para cumprimento dos programas estabelecidos neste PLHIS, bem como das principais linhas de captação de recursos s nível federal, além da disponibilidade de recursos municipais descritas na Lei Orçamentária Anual e previsão de arrecadação futura indicada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As metas podem ser entendidas como as quantidades de produtos a serem ofertados por programa e ação em um determinado período de tempo, constituindo-se no resultado intermediário que contribui para o alcance dos objetivos. Os indicadores são instrumentos capazes de medir o desempenho dos programas e devem ser passíveis de aferição e coerentes com o objetivo estabelecido.

- **Fontes de financiamento**

As distintas fontes de recursos usadas pelo poder público federal para a produção habitacional de interesse social e os distintos programas direcionados às necessidades e demandas habitacionais mostram a diversidade na procedência desses recursos. Seu acesso se dá através do uso de instruções normativas disponibilizadas pelo governo federal com a finalidade de classificar e disciplinar este acesso, cujas fontes são vinculadas a fundos e programas específicos.

Deste modo, os municípios mais qualificados e organizados em sua gestão administrativa conseguem ser beneficiados com maior facilidade na obtenção desses recursos, pois a qualificação técnica e jurídica e a forma de apresentação de suas propostas é o que os qualifica na seleção e adesão aos programas e recursos disponibilizados.

A seguir descrevem-se os tipos de fontes, programas e ações elencados:

- **Habitação de Interesse Social - HIS 125**

- Ação Provisão Habitacional de Interesse Social;
- Ação Provisão Habitacional de Interesse Social - Modalidade: Assistência Técnica;
- Ação Apoio à elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social – PLHIS;
- Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários;
- Ação de Apoio à Produção Social da Moradia.

- **FGTS**

- Carta de Crédito Individual;
- Carta de Crédito Associativo;
- Pró-Moradia;
- Operações Coletivas.
 - **OGU (Orçamento Geral da União)**
- Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Habitação e Saneamento;
- Habitar Brasil BID – HBB;
- Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H;
- Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH;
 - **FAR (Fundo de Arrendamento Residencial)**
- Programa de Arrendamento Residencial – PAR.
 - **FDS (Fundo de Desenvolvimento Social Crédito Solidário)**
- Programa Crédito Solidário.
 - **FAT (Fundo de Assistência ao Trabalhador Carta de Crédito)**

- PMI - Projetos Multisetoriais Integrados.

Pode-se ainda acessar outras fontes de financiamento, a saber:

- **Ministério da Saúde: através da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)** e do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que desenvolvem projetos de melhorias sanitárias e execução de banheiros internos nas casas.
- **Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):** para programas de geração de trabalho e renda e de apoio às pequenas e médias empresas.
- **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):** através de programas de desenvolvimento institucional e de urbanização de assentamentos subnormais do Habitar – Brasil - BID, e de infraestrutura como o PAT- PROSANEAR.
- **Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Banco Mundial União Europeia:** oferecem recursos para situações especiais de urbanização de assentamentos precários.
- **Universidades:** mediante convênio para desenvolvimento de alternativas habitacionais e projetos a custos mais reduzidos e adequados à realidade e à cultura local e assistência técnica às obras.
- **Entidades de classe ligadas ao setor imobiliário:** para apoio à fiscalização de projetos e programas e incremento da produção habitacional voltada para a população de mais baixa renda.
- **Sistema “S” (SESI, SESC, SENAC, SENAI e outros):** apoio a projetos integrados de organização social e desenvolvimento socioeconômico em capacitações, treinamento de mão de obra e geração de trabalho e renda.
- **ONG’s:** que promovam ou deem apoio a projetos habitacionais e sociais.

Para o estabelecimento das metas, é necessário retomar os resultados do diagnóstico. Segue abaixo o quadro que descreve a projeção do déficit habitacional para o município de Canaã dos Carajás 2014-2030.

Tabela 4 - Projeção do Déficit Habitacional para o município de Canaã dos Carajás, 2014-2030

<i>Ano</i>	<i>População</i>	<i>Domicílios</i>	<i>Déficit esperado Absoluto</i>			<i>Déficit esperado Relativo</i>		
			A	B	C	A	B	C
2010	26.716	7.446	1.291	1.291	1.291	17,3	17,3	17,3
2014	33.300	9.250	730	1.822	1.172	7,9	19,7	12,7
2015	34.347	9.541	755	1.997	1.149	7,9	20,9	12,0
2016	35.355	9.821	781	2.189	1.126	8,0	22,3	11,5
2017	36.329	10.091	807	2.399	1.103	8,0	23,8	10,9
2018	37.270	10.353	832	2.629	1.081	8,0	25,4	10,4
2019	38.182	10.606	858	2.881	1.060	8,1	27,2	10,0
2020	39.066	10.852	884	3.158	1.038	8,1	29,1	9,6
2021	39.923	11.090	909	3.461	1.018	8,2	31,2	9,2
2022	40.752	11.320	935	3.793	997	8,3	33,5	8,8
2023	41.552	11.542	961	4.157	977	8,3	36,0	8,5
2024	42.319	11.755	986	4.556	958	8,4	38,8	8,1
2025	43.051	11.959	1.012	4.993	939	8,5	41,7	7,8
2026	43.743	12.151	1.038	5.472	920	8,5	45,0	7,6
2027	44.392	12.331	1.063	5.997	901	8,6	48,6	7,3
2028	44.994	12.498	1.089	6.572	883	8,7	52,6	7,1
2029	45.548	12.652	1.115	7.203	866	8,8	56,9	6,8
2030	46.050	12.792	1.140	7.894	848	8,9	61,7	6,6

Fonte: IBGE, FJP, Próprio Autor.

Elaboração: Próprio Autor.

A partir da projeção do déficit calculada no Diagnóstico e levando em consideração o elevado crescimento demográfico do município, foram estipuladas metas e indicadores a serem alcançados pelo município para equacionar o problema habitacional.

Tabela 5 - Metas e Indicadores

<i>Linha Programática</i>	<i>Programa</i>	<i>Ações</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores</i>
	P1A – Programa para a promoção pública de UH’s urbanas em Assentamentos Precários	P1A I – Ação de promoção pública de UH’s em Assentamentos Precários	Construir 1500 unidades habitacionais em 10 anos	Unidades habitacionais construídas
		P1B I – Ação de Melhoria das UH’s em Assentamentos Precários	Promover a melhoria habitacional em 80% das UH’s dos assentamentos precários em 10 anos	UH’s melhoradas
	P1B – Programa de melhoria habitacional em Assentamentos Precários	P1B II - Ação de urbanização	Urbanizar 70% de assentamentos precários em 10 anos	Número de assentamentos atendidos em urbanização
Integração Urbana de Assentamentos Precários (LP1)	P1C – Programa de Assistência Técnica para Assentamentos Precários	P1C I – Ação de Assistência Técnica para produção de novas UH’s em Assentamentos Precários	Atender 100% das famílias que necessitarem de assistência técnica em 1 ano	Família atendida
		P1C II – Ação de Assistência Técnica para melhoria das UH’s em Assentamentos Precários	Atender 100% das famílias que necessitarem de assistência técnica em 1 ano	Família atendida
	P1D – Programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Precários	P1D I – Ação de Regularização Urbánística de Assentamentos Precários	Regularizar 80% dos assentamentos precários em 10 anos	Assentamentos precários regularizados

	P1D II – Ação de Regularização Jurídica de Assentamentos Precários	Regularizar juridicamente 80% dos assentamentos precários em 10 anos	Assentamentos precários regularizados juridicamente
	P1D III - Programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais	Regularizar 80% dos assentamentos informais em 10 anos	Assentamentos informais regularizados
P1E – Programa de Contenção de Invasões	P1F I – Ação de fiscalização de áreas públicas	Fiscalizar 100% das áreas públicas existentes no município de forma permanente	Áreas públicas fiscalizadas
	P1F II – Ação de destinação de áreas públicas para uso coletivo	Identificar 100% das áreas públicas do município, impantando cercas e placas para melhor identificação em 1 ano	Áreas públicas cercadas e com placas
P1F – Programa de Apoio à remoção	P1G I – Ação de Promoção de Locação Social em áreas urbanas consolidadas	Beneficiar 100% das famílias necessitados desse benefício em 5 anos	Famílias beneficiadas
	P1G II – Ação de Promoção Pública de UH's Urbanas	Construir 800 unidades habitacionais em 10 anos	UH's contruídas
P1G – Programa de Eliminação e Gerenciamento de Áreas de Risco	P1H I – Ação de Preservação ambiental definida em legislação própria	Manter 100% das áreas de preservação ambiental livre de ocupações de forma permanente	Área de proteção ambiental preservada
	P1H II – Ação de Realização de vistorias e elaboração de pareceres de risco periodicamente	Vistoria 100% das áreas de risco em 1 ano	Área de risco vistoriada
	P1H III – Ação de Revitalização de Fundos de Vale e Áreas de Risco	Revitalizar 100% dos fundos de vale e áreas de risco em 10 anos	Áreas revitalizadas

		PIH IV – Ação de Realocação de moradias em áreas de risco	Realocar 100% das famílias de áreas de risco em 10 anos	Famílias realocadas
Produção e aquisição de habitação - LP2	P2A – Programa para a promoção de novas UH's	P2A I – Ação para a Promoção Pública de UH's urbanas	Construir 1000 unidades habitacionais em 10 anos	UH's contruídas
		P2A II – Ação para a Promoção por Autogestão de Unidades Habitacionais Urbanas	Fomentar a construção de 500 unidades habitacionais por autogestão em 5 anos	UH's contruídas por autogestão
		P2A III – Ação para a Promoção por Autogestão de Unidades Habitacionais Rurais	Fomentar a construção de 100 unidades habitacionais no meio rural em 10 anos	UH's rurais contruídas
		P2A IV – Ação para a Produção privada de Unidades Habitacionais	Fomentar a construção de 2500 unidades habitacionais pela iniciativa privada em 10 anos	UH's contruídas pela iniciativa privada
P2B – Programa para a promoção Pública de Loteamentos Urbanos ou aquisição de Lotes Urbanizados com oferta de materiais de construção	P2B I – Ação de Promoção Pública de Loteamentos Urbanos	Promover o lançamento de 2 novos loteamentos urbanos em 10 anos		
	P2B II – Ação de oferta de materiais de construção para a produção de UH's	Promover a distribuição de 500 kits material de construção em 10 anos		
	P2B III – Ação de aquisição pública de Lotes Urbanizados para produção de novas UH's	Adquirir 500 lotes urbanizados em 10 anos para construção de UH's		
Atendimento de Melhoria Habitacional - LP3	P3A – Programa de Melhoria Habitacional	P3A I – Ação de Melhoria Habitacional	Promover a melhoria de 2000 unidades habitacionais até 2024	
		P3A II – Ação de Urbanização		
Atendimento para Assistência Técnica LP4	P4A – Programa de Assistência Técnica de apoio à produção de UH's, à autocons-	P4A I – Ação de Assistência Técnica para a produção de novas UH's	Atender 100% dos casos solicitados em 10 anos	Atendimento realizado

	trução, ao parcelamento do solo e à requalificação habitacional	P4A II – Ação de Assistência Técnica para a melhoria das UH's existentes	Atender 100% dos casos solicitados em 10 anos	Atendimento realizado
		P4A III – Ação de Capacitação de loteador/investidor para Regularização Fundiária de Loteamentos Irregulares e/ou Clandestinos	Realização de 1 palestra por bimestre (durante 10 anos) para qualificação dos loteadores/investidores	Palestra realizada
Desenvolvimento institucional - LP5	P5A – Programa de Desenvolvimento Institucional	P5A I – Ação de capacitação de técnicos e dirigentes para a gestão do plano	Realização de 1 palestra semestral para qualificação dos servidores da habitação.	Palestra realizada
		P5A II – Ação de Disponibilização de técnicos para tratar da área habitacional e urbana	Realização de concurso para contratação de 30 servidores para a habitação em 10 anos	Servidores efetivados
		P5A III – Ação de Identificação e registro de ações e estratégias que demandam articulação		
		P5A IV – Ação de Criação de um Banco de Dados municipal voltado ao controle e monitoramento das ações em habitação – urbano e rural	Criação de banco de dados municipal em 1 ano	Banco de dados criado
		P5AV - Ação de estruturação do setor de captação de recurso/convênios que tenha como prioridade a habitação	Estruturação do setor de captação de recursos em 1 ano	Setor de captação de recursos estruturado

Fonte: PMCC e CLC

5. Monitoramento, avaliação e revisão

Após a conclusão e aprovação do Plano Local de Habitação de Interesse Social, é recomendado pela Secretaria Nacional de Habitação que sejam definidos critérios de monitoramento e avaliação para acompanhar os resultados da política habitacional e o cumprimento das metas do PLHIS.

Esses critérios irão avaliar os programas e as ações propostas pelo governo municipal e demais agentes e seus impactos na diminuição do déficit e da inadequação habitacional e monitorar o déficit, a inadequação, o crescimento demográfico e a disponibilização de recursos e de terras.

A revisão do Plano deverá acontecer de quatro em quatro anos, e deverá estar associada ao planejamento orçamentário-financeiro dos Planos Plurianuais – PPA’s (quadro 1). Além disso, deverá levar em consideração as diretrizes nacionais definidas no PlanHab, cujas revisões estão previstas para 2015 e 2019.

Quadro 1 - Período de Execução e Revisão do PLHIS

Período de execução do PLHIS															
Canaã dos Carajás - PA															
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
1º Período			2º Período				3º Período				4º Período				4ª Revisão
			1ª Revisão				2ª Revisão				3ª Revisão				

A equipe municipal terá um papel fundamental nessa etapa, uma vez que é ela quem ficará responsável por manter atualizada toda a base de dados relativa à habitação no município. Esses dados serão utilizados no preenchimento da Tabela para Monitoramento e Avaliação de Desempenho e Efetividade dos Programas (tabela 5). A avaliação será realizada por programa, e irá permitir a comparação das metas definidas com as metas alcançadas durante o período avaliado.

Anualmente a Prefeitura de Canaã dos Carajás deverá atualizar a Tabela para Monitoramento e Avaliação de Desempenho e Efetividade dos Programas, além de elaborar de um Relatório geral produzido por todos os envolvidos direta ou indiretamente com a questão habitacional, contendo os dados dos indicadores e das metas criados neste documento, tendo como base os relatórios individuais, os registros fotográficos, as listas de presenças, entre outras formas de avaliação sugeridas na tabela, e promover uma reunião com o Conselho Municipal de Habitação para a apresentação do relatório e discussão com a sociedade organizada.

Tabela 6 – Modelo de Tabela para Monitoramento e Avaliação de Desempenho e Efetividade dos Programas

<i>Programa</i>	<i>Indicador</i>	<i>Meta</i>		
		<i>Meta</i>	<i>Meta Alcançada (ano a ano)</i>	<i>Forma de Avaliação</i>
P1A – Programa para a promoção pública de UH's urbanas em Assentamentos Precários	Nº de Unidades Habitacionais produzidas pelo setor público em Assentamentos Precários			
PIB – Programa de melhoria habitacional em Assentamentos Precários	Número de Unidades Habitacionais			
PIC – Programa de Assistência Técnica para Assentamentos Precários				
PID – Programa de Regularização Fundiária de				

Assentamentos Precários

P1E – Programa de Contenção de Invasões

P1F – Programa de Apoio à remoção

P1G – Programa de Eliminação e Gerenciamento
de Áreas de Risco

P2A – Programa para a promoção de novas UH's

P2B – Programa para a promoção Pública de
Loteamentos Urbanos ou aquisição de Lotes
Urbanizados com oferta de materiais de constru-
ção

P3A – Programa de Melhoria Habitacional

P4A – Programa de Assistência Técnica de apoio
à produção de UH's, à autoconstrução, ao parce-
lamento do solo e à requalificação habitacional

P5A – Programa de Desenvolvimento Institucio-
nal

Fonte: CLC

O monitoramento será executado pela Secretaria de Habitação em consonância com o setor Minha Casa Minha Vida, e com o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

6. Anexo I – Ata de Aprovação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

Figura 2 - Ata de Aprovação - página 01


70
A Ata aberta em vinte e dois de agosto de dois mil e catorze no QAC-Centro Integrado de Alimento às Cidades para a realização da reunião de apresentação, discursão e aprovação do Plano de Habitação de Interesse Social que iniciou às nove horas e quarenta e cinco minutos fazendo abertura do evento a Eliete Pimentel que explicou sobre a importância do plano para o município, em seguida o Secretário de Habitação, Secretário de Planejamento e o Excecionário Prefeito para Gonalves de Almeida que destacou que este plano trará benefícios para o município e o Conselho Municipal de Habitação. Em seguida o plano de Habitação de Interesse Social foi apresentado aos presentes pela Consultoria CHC que elaborou o mesmo, sendo exposto por slides que identificaram as etapas, objetivos, metas, programas e ações com base na política nacional de habitação, de acordo com dados oriundos da realidade local do município de Lapa dos Carajás. Durante a apresentação foi destacada a "equipe" pelos dois Quilombo Sociais do Setor de Habitação de Plano e Projeto da Prefeitura se possui sistema de abastecimento de água no loteamento de Sossego e a Jelma da Consultoria informou que não foi possível identificar se existe sistema de abastecimento de água no loteamento de Sossego. A Jelma destacou que é necessária a criação de um banco de dados para inserir informações referentes aos orientamentos precários. Foi informado pela Simona da Consultoria para os conselheiros analisarem o RILIS - estratégias de ação para identificar se podem ser feitas alterações ou não, e que


Figura 1 - Ata de Aprovação - página 02

71
o plano pode ser aprovado pelo conselho de habitação para ser enviado para Lapa como única. Foi informado pela Jelma que após aprovação do plano de Lapa poderá ser alterado. Em seguida os conselheiros se reuniram para analisar o plano para alterações e mudanças como a Maria Luiza dos Reis que está satisfeita com o que foi apresentado e que está ansiosa por que conclua o processo. Jilda dos Reis e Rêgis lamentam as necessidades deles por verificar alterações que já ocorreram em alguns bairros e apresentar o RILIS em solicitação e acompanhamento dos alterações "do Conselho" no Conselho. Eliete falou sobre o acompanhamento nos Gêlos Urbanos que já são de grande concentração. O Conselho de Habitação de Interesse Social, após análise, apresentação de sugestões aprova o RILIS por unanimidade. Eu, Maria Raquel Dutra da Cruz que redigiu esta ata encerra a mesma seguindo dos assinaturas dos presentes. Regina Selma Pereira, Ciano Franciana, Lilian Pereira, David Luiza da Silva Sousa, Eliete P. Pimentel, Jilda dos Reis, Maria Edda D. Silva de Leima, Diferença dos Santos, Kelly Costa dos Santos, Pulcinha, Carlora de Sousa, Daniela, Aldeides Martins de Paula, Carol Amoroso Galvão, Marcos Paulo de Assis, Lurivalde Lucena de Sousa, Francisco Magalhães Lepin.

7. Anexo II – Lista de Presença – Reunião com o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social para aprovação das Estratégias de Ação

Figura 4 - Lista de Presença - página 01


 PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS
 Rua Tancredo Neves, s/nº, Centro CEP: 68537-000 Canaã dos Carajás - PA
 Fone: (94) 3358-1322 – Site: www.canaadoscarajas.pa.gov.br



 CANAÃ DOS CARAJÁS
 VOCE FAZENDO FARI


LISTA DE PRESENÇA DA APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
LOCAL: CIAC – CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO **DATA: 22/08/2014**

NOME	SETOR	FUNÇÃO	EMAIL
Dilma Franco	SEFIN	Tesoureira	dilma.franco.02@gmail.com
Paulino B de Sousa			947-04560
Edmar Jansen Jord	Becc: Brigada Comunidade		edmar.jansen.jord@hotmail.com
Regina Selma Pereira	SEMMA	Conselheira	reginaselma13@hotmail.com
Maria Eilda D. Silva de Leima	CDI comunidade	Conselheira	zildaec@hotmail.com
Irivalde Lucena de Sousa	SEM HAB	Coordenadora	irivaldeirivalde@outlook.com
EDMILSON ALVES PEIXOTO	SEM HAB	Sociólogo	peixoto.edmilson@gmail.com
Kelly Costa dos Santos	CDI Comunidade	Monitora	Kellepequenabab@hotmail.com
Eliebel de Azevedo	SEM HAB	COORDENADOR	ELIEBEL@HOTMAIL.COM
Suzana da Silva Sauro	Atomo Proca	Pré Conclutora	Suzana Sauro.01@atomo.com
Olivera Helena dos Anjos	SEM OB	Gestora	oliverahelena@atomo.com
Jeovana Anselmi	PMCC	Prefeito	JEOVANA@DECANAA@HOTMAIL
Marcos Paulo de Assis	SEM HAB	SECRETARIO	pb.marcos_paulo@hotmail.com

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
 SETOR DE ELABORAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS

Figura 5 - Lista de Presença - Página 02


PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS
 Rua Tancredo Neves, s/nº, Centro CEP: 68537-000 Canaã dos Carajás - PA
 Fone: (94) 3358-1322 - Site: www.canaadoscarajas.pa.gov.br




LISTA DE PRESENÇA DA APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
LOCAL: CIAC – CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO **DATA: 22/08/2014**


NOME	SETOR	FUNÇÃO	EMAIL
Arleudes Martins de Paula	SEPLAN	Assessoria	arleudesmartins@hotmail.com
José Carlos Costa Botelho	CLC - consultoria		joscarloscosta@gmail.com
José Luiz dos Santos	SEPLAN	SECRETARIO	luiz.2170@hotmail.com
Cláudia Avelino de Azevedo	SEAP/SEPLAN	Sociólogo	claudia.avelino@brymc.com
Gláucia Syllia de Souza	SEMDES	Socióloga	glauciasyllia@hotmail.com
Francisco Magalhães de Azevedo	SEMDES	Pedagogo	magalhãesfm@gmail.com
Mário Rogério de Azevedo	SEK DP	Secretaria	mario.secretaria@yplsa.com.br
Dilma Franco	SEFIN	Tesouraria	dilmafranco@gmail.com

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
 RUA COSTA E SILVA, Nº20 - BAIRRO NOVO PARAÍSO

Figura 6 - Lista de Presença - Conselheiros



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
FREQUÊNCIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data: 22 de agosto de 2014.
Hora: 10hs00min.
Local: AV. JK, Centro – Canaã dos Carajás – PA.

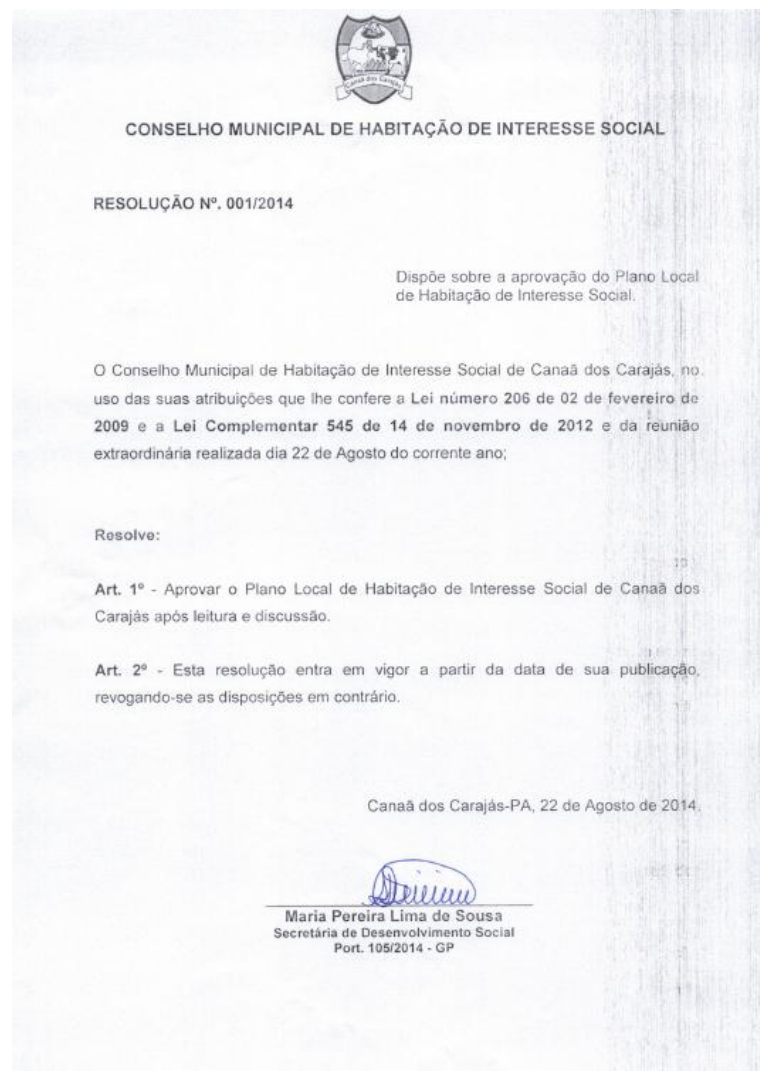
Pauta: Aprovação da proposta: Ações Estratégicas do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS – 3ª parte.

PRESENTES:

Nº	Conselheiros /Nome Completo	Entidade Representante/Fone
01	Colmeia Garcia	914877041
02	Regina Selma Pereira	Associação de Imigrantes (94) 9127-9056 regina.selma13@hotmail.com
03	Suzana da Silva Sousa	Associação 92262211
04	Maria Lilda D. Silva de Lima	CDI Comunidade 9163-8984
05	Yolanda Maria Ribeiro da Silva	ASMOAC 91762370
06	Kelly Costa dos Santos	CDI Comunidade 9285-0726
07	Rubens B de Souza	Ass. Duro 9140-1560
08	Edino de Aguiar	Sec. Administrativa 91247353
09	Edina Lina dos Santos Sousa	SEMOB 91729008
10	William de L. Braga	SEPLAN 91264099
11	Delfina Franco	SEFIN 92145707
12	Paulo Amores	Planejamento 9155-3815
13		
14		
15		

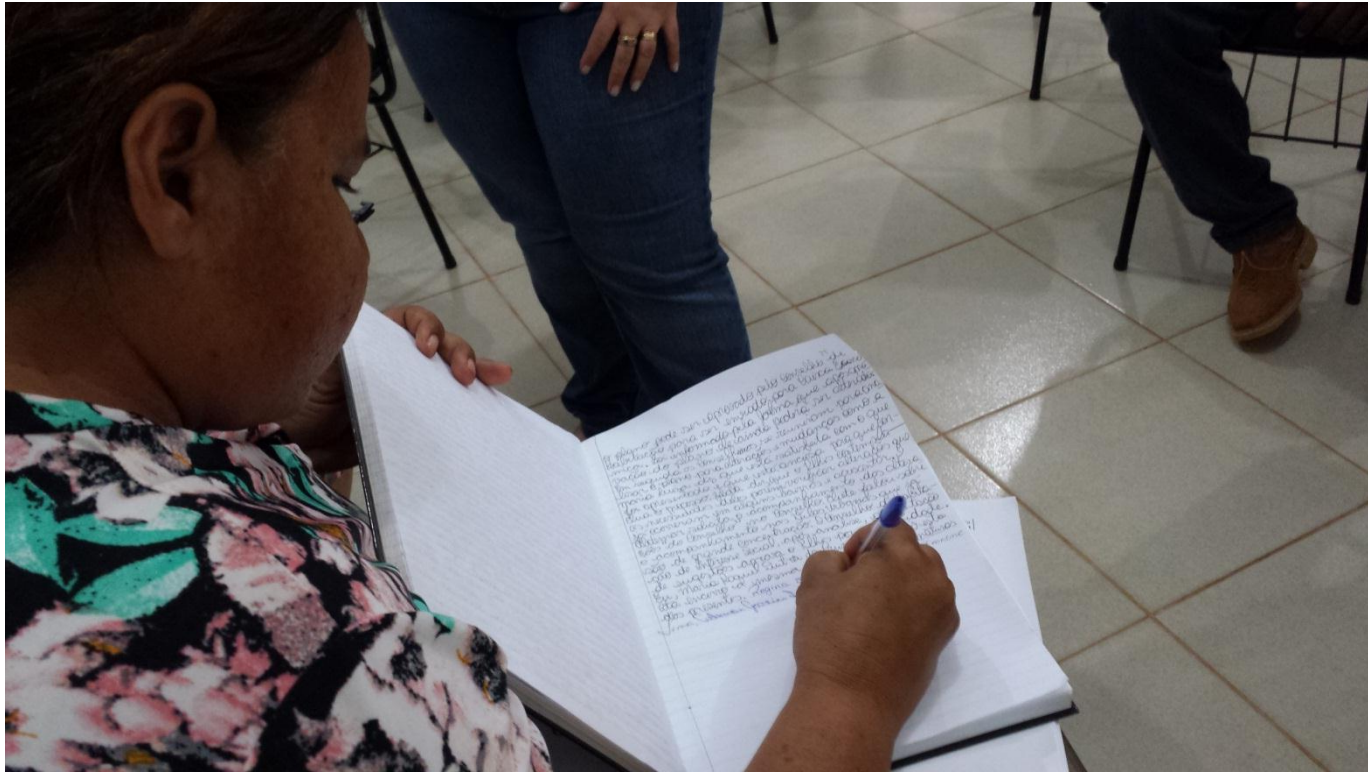
8. Anexo III – Resolução de Aprovação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

Figura 7 - Resolução nº001/2014 - Aprovação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social



9. Anexo IV – Relatório Fotográfico





10. Bibliografia

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP/ MINISTÉRIO DAS CIDADES – Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit Habitacional no Brasil** 2006. Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cadernos Ministério das Cidades: desenvolvimento urbano. **Política nacional de desenvolvimento urbano**. Caderno nº 1. Série de Cadernos Ministério das Cidades. Brasília: Governo Federal, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Nacional de Habitação**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php/plano-nacional-de-habitacao.html>



CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 001/2014

Dispõe sobre a aprovação do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Canaã dos Carajás, no uso das suas atribuições que lhe confere a **Lei número 206 de 02 de fevereiro de 2009** e a **Lei Complementar 545 de 14 de novembro de 2012** e da reunião extraordinária realizada dia 22 de Agosto do corrente ano;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Canaã dos Carajás após leitura e discussão.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canaã dos Carajás-PA, 22 de Agosto de 2014.

Maria Pereira Lima de Sousa
Secretária de Desenvolvimento Social
Port. 105/2014 - GP